



VIII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1999-2000)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 3 DE MAIO DE 2000

Presidente: Ex.<sup>mo</sup> Sr. António de Almeida Santos

Secretários: Ex.<sup>mos</sup> Srs. Artur Rodrigues Pereira dos Penedos  
Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso  
António José Carlos Pinho

## SUMÁRIO

O Sr Presidente declarou aberta a sessão as 15 horas e 35 minutos

**Antes da ordem do dia.** — Deu-se conta da entrada na Mesa das propostas de lei n<sup>o</sup>s 189 a 191/VIII, da interpelação n<sup>o</sup> 18/VIII e da apresentação de requerimentos e da resposta a requerimentos

O Sr Deputado Paulo Portas (CDS-PP), em interpelação a Mesa, apelou para o maior consenso possível na escolha do Provedor de Justiça. A propósito do mesmo assunto, usaram também da palavra os Srs Deputados António Capucho (PSD), Francisco de Assis (PS), Lino de Carvalho (PCP) e Luís Fazenda (BE).

Em declaração política, o Sr Deputado Paulo Portas (CDS-PP) atribuiu ao Governo a responsabilidade pela falta de uma política de segurança. Respondeu, depois, aos pedidos de esclarecimento dos Srs Deputados António Capucho (PSD), José Magalhães (PS), que também exerceu o direito de defesa da consideração da bancada, e Guilherme Silva (PSD).

Também em declaração política, o Sr Deputado Luís Fazenda (BE) imputou ao Governo e ao Primeiro-Ministro a responsabilidade pela agitação social que se vive no País e respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Srs Deputados José Magalhães (PS) e Paulo Portas (CDS-PP).

O Sr Deputado Vitor Peixoto (PS) deu conta de uma visita feita pelos Deputados do círculo eleitoral de Lisboa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao novo concelho de Odivelas, que teve por objectivo proceder a análise e avaliação in loco de alguns dos problemas estruturantes e pendentes do concelho, tendo respondido, depois, ao pedido de esclarecimento do Sr Deputado Bernardino Soares (PCP).

O Sr Deputado Machado Rodrigues (PSD) acusou o Governo de nada fazer para o desenvolvimento de Trás-os-Montes. Respondeu, no fim, ao pedido de esclarecimento do Sr Deputado Alexandre Chaves (PS).

**Ordem do dia** — Procedeu-se a discussão conjunta, na generalidade, dos projectos de lei n<sup>o</sup>s 90/VIII — Pensões degradadas da Administração Pública (Deputado do PSD Armenio Santos), 112/VIII — Pensões degradadas da Administração Pública (BE), 148/VIII — Actualização das pensões degradadas da função pública (PCP) e 162/VIII — Lei de uniformização das pensões da função pública (CDS-PP). Usaram da palavra, a diverso título, os Srs Deputados Arménio Santos (PSD), Silvio Rui Cervan (CDS-PP), Francisco Louçã (BE), Lino de Carvalho (PCP), Manuel dos Santos e Menezes Rodrigues (PS), Paulo Portas (CDS-PP) e Alexandre Chaves (PS).

Entretanto, foi aprovado um parecer da Comissão de Ética relativo à substituição de um Deputado do PCP e dois do PS.

Foram ainda apreciados, conjuntamente, na generalidade, os projectos de lei n<sup>o</sup>s 44/VIII — Alteração do Decreto-Lei n<sup>o</sup> 64-A/89, de 2<sup>º</sup> de Fevereiro (contrato de trabalho a termo) (BE) e 146/VIII — Altera o regime jurídico do contrato de trabalho a termo, combatendo a precariedade no emprego (PCP), tendo intervindo, a diverso título, os Srs Deputados Luís Fazenda (BE), Carlos Alberto (PS), Telmo Correia (CDS-PP), Odete Santos (PCP), Maria Celeste Cardona (CDS-PP), Pedro da Vinha Costa (PSD) e Strecht Ribeiro (PS).

O Sr Presidente encerrou a sessão eram 20 horas e 05 minutos

O Sr Presidente — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão

*Eram 15 horas e 35 minutos*

*Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados.*

**Partido Socialista (PS)**

Agostinho Moreira Gonçalves  
 Aires Manuel Jacinto de Carvalho  
 Alexandre António Alves Chaves  
 Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes  
 António Alves Marques Júnior  
 António de Almeida Santos  
 António Fernandes da Silva Braga  
 António Fernando Menezes Rodrigues  
 António Jorge Freire de Brito Calvete  
 António José Gavino Paixão  
 António Manuel Dias Baptista  
 António Manuel do Carmo Saleiro  
 Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho  
 Artur Rodrigues Pereira dos Penedos  
 Bruno Renato Sutil Moreira de Almeida  
 Carlos Alberto  
 Carlos Alberto Dias dos Santos  
 Carlos José Gonçalves Vieira de Matos  
 Carlos Manuel Luís  
 Casimiro Francisco Ramos  
 Cláudio Ramos Monteiro  
 Dinis Manuel Prata Costa  
 Eduarda Maria Castro de Sousa  
 Eduardo Ribeiro Pereira  
 Fernando Manuel de Jesus  
 Fernando Pereira Serrasqueiro  
 Filipe Mesquita Vital  
 Francisco José Pereira de Assis Miranda  
 Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho  
 Helena Maria Mesquita Ribeiro  
 Isabel Maria Batalha Vigia Polaco d'Almeida  
 Isabel Maria dos Santos Barata  
 Jamila Bárbara Madeira e Madeira  
 João Alberto Martins Sobral  
 João Francisco Gomes Benavente  
 João Mamedo Lourenço  
 João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira  
 Joaquim Sebastião Sarmento da Fonseca Almeida  
 Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira  
 Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro  
 José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro  
 José Afonso Teixeira de Magalhães Lobão  
 José Alberto Rebelo dos Reis Lamego  
 José Aurélio da Silva Barros Moura  
 José Carlos da Cruz Lavrador  
 José da Conceição Saraiva  
 José de Matos Leitão  
 José Eduardo Vera Cruz Jardim  
 José Ernesto Figueira dos Reis  
 José Manuel de Medeiros Ferreira  
 José Manuel Pires Epifânio  
 José Manuel Rosa do Egípto  
 José Manuel Santos de Magalhães  
 José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros  
 José Rodrigues Pereira dos Penedos  
 Jovita de Fátima Romano Ladeira  
 Júlio Francisco Miranda Calha

Laurentino José Monteiro Castro Dias  
 Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal  
 Luís Miguel Gomes Miranda Teixeira  
 Luisa Pinheiro Portugal  
 Luiz Manuel Fagundes Duarte  
 Mafalda Cristina Mata de Oliveira Troncho  
 Manuel Alberto Barbosa de Oliveira  
 Manuel António dos Santos  
 Manuel Joaquim Barbosa Ribeiro  
 Margarida Maria Santos Soares da Rocha Gariso  
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos  
 Maria Celeste Lopes da Silva Correia  
 Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa  
 Maria do Carmo de Jesus Amaro Sequeira  
 Maria do Céu da Cruz Vidal Lourenço  
 Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro  
 Maria Fernanda dos Santos Martins Catarino Costa  
 Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta  
 Maria Isabel da Silva Pires de Lima  
 Maria Isabel Ferreira Coelho de Sena Lino  
 Maria Luisa Silva Vasconcelos  
 Maria Teresa de Oliveira Ferreira Coimbra  
 Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque  
 Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura  
 Nelson Madeira Baltazar  
 Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes  
 Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte  
 Paulo Alexandre de Carvalho Pisco  
 Pedro Ricardo Cavaco Castanheira Jorge  
 Renato Luís de Araújo Forte Sampaio  
 Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves  
 Rosalina Maria Barbosa Martins  
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira  
 Rui Manuel Leal Marqueiro  
 Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos  
 Teresa Maria Neto Venda  
 Victor Brito de Moura  
 Vitor Manuel Alves Peixoto  
 Vitor Manuel Caio Roque  
 Zelinda Margarida Carmo Marouço Oliveira Semedo

**Partido Social Democrata (PSD)**

Adão José Fonseca Silva  
 Álvaro dos Santos Amaro  
 Ana Maria Martins Narciso  
 Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso  
 António da Silva Pinto de Nazaré Pereira  
 António de Carvalho Martins  
 António d'Orey Capucho  
 António Edmundo Barbosa Montalvão Machado  
 António Manuel da Cruz Silva  
 António Manuel Santana Abelha  
 António Paulo Martins Pereira Coelho  
 Armando Manuel Dinis Vieira  
 Arménio dos Santos  
 Artur Ryder Torres Pereira  
 Bruno Jorge Viegas Vitorino  
 Carlos José das Neves Martins  
 Carlos Manuel Marta Gonçalves  
 David Jorge Mascarenhas dos Santos  
 Domingos Duarte Lima  
 Eduardo Eugénio Castro de Azevedo Soares  
 Feliciano José Barreiras Duarte  
 Fernando Manuel Lopes Penha Perera  
 Fernando Santos Pereira

Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva  
 Henrique José Monteiro Chaves  
 Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves  
 Hugo José Teixeira Velosa  
 João José da Silva Maçãs  
 Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte  
 Joaquim Martins Ferreira do Amaral  
 Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto  
 José António de Sousa e Silva  
 José de Almeida Cesário  
 José Eduardo Rêgo Mendes Martins  
 José Frederico de Lemos Salter Cid  
 José Luís Campos Vieira de Castro  
 José Luís Fazenda Arnaut Duarte  
 José Manuel de Matos Correia  
 José Manuel Macedo Abrantes  
 Lucília Maria Samoreno Ferra  
 Luís Manuel Machado Rodrigues  
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes  
 Luís Pedro Machado Sampaio de Sousa Pimentel  
 Manuel Alves de Oliveira  
 Manuel Castro de Almeida  
 Manuel Filipe Correia de Jesus  
 Manuel Joaquim Barata Frexes  
 Manuel Maria Moreira  
 Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida  
 Maria do Céu Baptista Ramos  
 Maria Eduarda de Almeida Azevedo  
 Maria Manuela Dias Ferreira Leite  
 Maria Natália Guterres Viegas C da Conceição Antunes  
 Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro  
 Maria Teresa Pinto Basto Gouveia  
 Mário da Silva Coutinho Albuquerque  
 Melchior Ribeiro Pereira Moreira  
 Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva  
 Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas  
 Pedro Augusto Cunha Pinto  
 Pedro José da Vinha Rodrigues Costa  
 Pedro Miguel de Azeredo Duarte  
 Sérgio André da Costa Vieira

#### Partido Comunista Português (PCP)

António João Rodeia Machado  
 Bernardino José Torrão Soares  
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas  
 João António Gonçalves do Amaral  
 Joaquim Manuel da Fonseca Matias  
 José Honório Faria Gonçalves Novo  
 Lino António Marques de Carvalho  
 Maria de Fátima Caero Queirado Amaral  
 Maria Luísa Raimundo Mesquita  
 Maria Natália Gomes Filipe  
 Maria Odete dos Santos  
 Octávio Augusto Teixeira  
 Vicente José Rosado Merendas

#### Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP)

António Herculano Gonçalves  
 António José Carlos Pinho  
 Fernando Alves Moreno  
 João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo  
 José Miguel Nunes Anacoreta Correia  
 Luís Pedro Mota Soares

Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró  
 Maria Celeste Ferreira Lopes Cardona  
 Narana Sinaí Coissoró  
 Paulo Sacadura Cabral Portas  
 Raúl Miguel de Oliveira Rosado Fernandes  
 Sílvio Rui Neves Correia Gonçalves Cervan  
 Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

#### Bloco de Esquerda (BE)

Francisco Anacleto Louçã  
 Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda

#### ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr Presidente — Srs Deputados, o Sr Secretário da Mesa vai proceder à leitura do expediente

O Sr Secretário (Artur Penedos) — Sr Presidente e Srs Deputados, deram entrada na Mesa, e foram aceites, as seguintes iniciativas legislativas projectos de lei n<sup>os</sup> 189/VIII — Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa Regional da Madeira (CDS-PP), que baixou à 1<sup>a</sup> Comissão, 190/VIII — Reeleição de Ançã à categoria de vila (José Macedo Abrantes, do PSD), que baixou à 4<sup>a</sup> Comissão, e 191/VIII — Lei de Enquadramento do Orçamento do Estado (PSD), que baixou à 5<sup>a</sup> Comissão, apreciação parlamentar n<sup>º</sup> 18/VIII (PSD) — Do Decreto-Lei n<sup>º</sup> 54-A/2000, de 7 de Abril, que define a estrutura orgânica relativa à gestão, acompanhamento, avaliação e controlo da execução do QCA III e das intervenções estruturais comunitárias relativas a Portugal, nos termos do Regulamento (CE) n<sup>º</sup> 1260/99, do Conselho, de 21 de Junho

Sr Presidente e Srs Deputados, foram apresentados na Mesa os seguintes requerimentos

Na reunião plenária de 12 de Abril de 2000 ao Ministério das Finanças, formulado pelo Sr Deputado Francisco Torres, ao Ministério da Administração Interna, formulado pela Sr<sup>a</sup> Deputada Sónia Fertuzinhos, ao Ministério da Defesa Nacional, formulado pelo Sr Deputado Henrique Rocha de Freitas, aos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Educação, formulado pelo Sr Deputado José Cesário, ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade e à Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, formulados pela Sr<sup>a</sup> Deputada Manuela Aguiar, ao Ministério da Justiça, formulado pela Sr<sup>a</sup> Deputada Maria Ofélia Moleiro, ao Governo, formulado pelo Sr Deputado Sérgio Vieira, aos Ministérios para a Igualdade, da Administração Interna e da Educação, formulados pela Sr<sup>a</sup> Deputada Margarida Botelho, a diversos Ministérios, formulados pelo Sr. Deputado Agostinho Lopes, ao Ministério da Saúde, ao Governo e à Secretaria de Estado do Desporto, formulados pelo Sr Deputado Bernardino Soares, à Secretaria de Estado da Educação, formulado pelo Sr Deputado Basílio Horta, ao Ministério da Educação, formulado pelo Sr Deputado Rosado Fernandes, e a diversos Ministérios, formulados pelo Sr Deputado Francisco Louçã,

Na reunião plenária de 13 de Abril de 2000 ao Ministério da Administração Interna, formulado pelo Sr Deputado Casimiro Ramos, a diversos Ministérios, formulados pela Sr<sup>a</sup> Deputada Eduarda Castro, ao Ministério do Equipamento Social, formulados pelos Srs Deputados Bruno Vitorino e Joaquim Matias, ao Ministério da Cultura, formulado pelo Sr Deputado Eugénio Marinho, ao

Ministério da Educação, formulado pelo Sr Deputado Paulo Pereira Coelho, à Direcção-Geral do Património e ao Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, formulados pelo Sr Deputado José António Silva, a diversos Ministérios, formulados pelo Sr Deputado Agostinho Lopes, ao Ministério da Saúde, formulados pelos Srs Deputados Honório Novo e Pedro Mota Soares, e ao Ministério da Economia e das Finanças, formulado pelo Sr. Deputado Francisco Louçã.

Na reunião plenária de 14 de Abril de 2000 aos Ministérios do Trabalho e da Solidariedade e da Educação, formulado pela Sr<sup>a</sup> Deputada Margarida Botelho; e ao Ministério da Saúde, formulado pela Sr<sup>a</sup> Deputada Maria Celeste Cardona

Entretanto, o Governo respondeu a requerimentos apresentados pelos seguintes Srs Deputados

No dia 14 de Abril de 2000 José Meleiro, na sessão de 12 de Janeiro, Manuela Aguiar, na sessão de 13 de Janeiro, Bernardino Soares, na sessão de 26 de Janeiro, Alexandre Chaves, na sessão de 28 de Janeiro, Isabel Castro, nos dias 1, 9 e 21 e nas sessões de 2 e 3 de Fevereiro, Melchior Moreira, na sessão de 17 de Fevereiro, Silvio Rui Cervan, no dia 10 de Março, e Rosado Fernandes, na sessão de 22 de Março

No dia 18 de Maio de 2000 Ricardo Castanheira, no dia 6 de Dezembro, Joaquim Matias, na sessão de 22 de Dezembro e no dia 10 de Março, Agostinho Lopes, na sessão de 12 de Janeiro, Isabel Castro, nas sessões de 2 e 18 de Fevereiro; Luis Fazenda, no dia 8 de Fevereiro, Vicente Merendas, no dia 10 de Fevereiro, Basílio Horta, na sessão de 16 de Março, e Joyita Ladeira, na sessão de 30 de Março

No dia 19 de Abril de 2000, Natália Filipe, na sessão de 9 de Dezembro, Pedro Mota Soares, nos dias 15 e 21 de Dezembro e na sessão de 23 de Março, Francisco Baptista Tavares, na sessão de 16 de Dezembro, Rodeia Machado, na sessão de 5 de Janeiro, Luís Fazenda, na sessão de 20 de Janeiro, Bernardino Soares, no dia 9 de Fevereiro; Manuela Aguiar, no dia 15 de Fevereiro, Agostinho Lopes, na sessão de 18 de Fevereiro, Isabel Castro e Francisco Louçã, no dia 21 de Fevereiro, Fernando Pésinho, no dia 23 de Fevereiro; Honório Novo, no dia 10 de Março, e Manuel Moreira, na sessão de 22 de Março

No dia 26 de Abril de 2000 Luísa Mesquita, no dia 5 de Novembro, Miguel Miranda Relvas e Agostinho Lopes, na sessão de 18 de Novembro, Francisco Tavares, na sessão de 25 de Novembro, Luís Miguel Teixeira, na sessão de 2 de Dezembro, Paulo Portas, na sessão de 9 de Dezembro, João Maçãs, na sessão de 14 de Dezembro, Barbosa Ribeiro, no dia 15 de Dezembro, José Barros Moura, Manuel Oliveira, Agostinho Lopes, Ana Narciso e Nuno Teixeira de Melo, nas sessões de 16 e 22 de Dezembro, José Meleiro, no dia 21 de Dezembro, Manuel Castro de Almeida e Silvio Rui Cervan, no dia 4 de Janeiro, Isabel Castro, na sessão de 5 de Janeiro, Fernando Pésinho, na sessão de 13 de Janeiro, e Vicente Merendas, na sessão de 23 de Março

No dia 27 de Abril de 2000 Ana Manso, no dia 15 de Dezembro, Ricardo Castanheira, na sessão de 12 de Janeiro, Barbosa Ribeiro, na sessão de 19 de Janeiro, Carlos Martins e Pedro Mota Soares, na sessão de 20 de Janeiro, e Mafalda Troncho, na sessão de 15 de Março

O Sr Presidente — O Sr Deputado Paulo Portas pediu a palavra para uma verdadeira interpelação, segundo me informou

No pressuposto de que assim será, tem a palavra, Sr Deputado

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Sr Presidente, é uma verdadeira interpelação, no sentido de que afecta a organização dos trabalhos e tem a ver com uma questão de imagem da Assembleia da República

Refiro-me à eleição do Sr Provedor de Justiça, com a legitimidade de quem, com toda a frontalidade, disse, desde o início, que não concordava com a candidatura do Dr Laborinho Lúcio, não por razões que se prendam com a pessoa em causa, que é estimável, mas com as suas ideias, que consideramos perigosas. Dissemos, desde o início, que não aceitávamos na Provedoria de Justiça mais um exemplo do complexo de esquerda

A verdade é que o «bloco central» se entendeu para apoiar o Dr Laborinho Lúcio, mas falhou na votação. Revelou-se que o «bloco central» é condição necessária para uma candidatura poder seguir, mas não é condição suficiente para que o candidato seja eleito

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — Acho que houve quem faltasse aos seus compromissos e parece-me evidente que a responsabilidade maior é do maior partido nesta Câmara, que aceitou um determinado candidato, mas falhou-lhe na votação.

Estando agendada a eleição do Sr. Provedor de Justiça, em segunda tentativa, já com outra candidatura, o apelo que faço, nesta Câmara, por seu intermédio, Sr Presidente, é que os partidos maiores desta Câmara, os chamados partidos do «bloco central», deixem de privatizar uma questão tão importante como a eleição do Provedor de Justiça, consultem toda a gente, procurem o maior consenso possível e assentem a sua escolha numa pessoa com um prestígio inatacável, de modo a que esta Assembleia possa reparar o erro que cometeu perante uma pessoa que aceitou candidatar-se pensando que quem o apoia o apoia mesmo e mostre cuidado e atenção para com a Provedoria de Justiça, que é uma instituição fundamental para os cidadãos e que não deve ficar sequestrada nem refém de pequenos problemas partidários, que são menores, perto e à luz da instituição que é a Provedoria

Aplausos do CDS-PP

O Sr Presidente — Sr Deputado, estamos a fazer doutrina sobre a figura da interpelação V Ex<sup>a</sup> abriu-se da figura, mas não a preencheu, porque, necessariamente, a orientação dos trabalhos tem de se entender como orientação dos trabalhos da sessão de que se trata e não como ordenamento dos trabalhos em geral da Assembleia da República

É claro que, tal como se previa, já pediram a palavra os Srs Deputados António Capucho e Francisco de Assis — uma não interpelação sugere outras não interpelações!

Mas, como estamos na fase da definição de critérios, tem a palavra o Sr Deputado António Capucho Peço-lhe que seja breve

O Sr António Capucho (PSD) — Sr Presidente, gostaria de interpelar a Mesa para discordar — com toda a frontalidade o digo e com todo o respeito pelo Sr Deputado Paulo Portas — da classificação de interpelação à Mesa que acaba de ser feita por V Ex<sup>a</sup>

Ao fim de 10 segundos de intervenção, torna-se óbvio que não há interpelação.

Ou passamos a acertar, todas as bancadas, num critério unívoco para a utilização desta figura

**O Sr. Luís Fazenda (BE): — Muito bem!**

**O Orador.** — . ou a minha bancada não deixará de utilizar os mesmos métodos de outras, que se socorrem desta figura para fazerem «números» políticos

#### *Protestos do CDS-PP*

«Números» políticos que são legítimos, se forem feitos ao abrigo de figuras regimentais legítimas!

Desde que o critério seja unívoco para todas as bancadas.. .

**A Sr.ª Natália Filipe (PCP): — Muito bem!**

**O Orador.** — .. Sr. Presidente, estou disponível, senão, sinceramente, começo a ficar farto!

Quero dizer ainda a V. Ex.<sup>a</sup> que não aceito que a bancada do PP continue a utilizar a expressão «bloco central» sempre que há conjugação de voto entre a bancada do Partido Socialista e a bancada do PSD. Não existe qualquer «bloco central», existem dois partidos, que são completamente autónomos, que têm a sua personalidade própria e que, sempre que entendem conveniente, votam num determinado sentido, que pode ser coincidente ou não

O mesmo acontece, em outras ocasiões, entre o PP e o Partido Socialista e nem por isso baptizamos esse «casamento» ou esse «namoro» com qualquer epíteto eufémistico!

**O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP): — *Contra natura, disseram na altura!***

**O Orador** — Quero, finalmente, dizer, Sr. Presidente, que não há da nossa parte, como é público e notório, qualquer responsabilidade nesta questão relacionada com a eleição do Provedor de Justiça

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!**

**O Orador** — Mas, como queremos preservar a instituição Provedoria de Justiça e como temos sentido de Estado e entendemos que é fundamental ultrapassar rapidamente este impasse, não farei qualquer outro comentário sobre a Provedoria de Justiça. E numa coisa dou razão ao Sr. Deputado Paulo Portas: é, evidentemente, matéria que respeita a todas as bancadas e não apenas à nossa

Neste sentido, certamente que todos, os seis grupos parlamentares, sem exceção, concorrerão, a muito curto prazo, para que haja um novo Provedor de Justiça

**Vozes do PSD.** — Muito bem!

**O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP): — Muito bem!**  
Essa é que é a questão!

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado António Capucho, o seu protesto só me ajuda a afinar o cumprimento da figura da interpelação, podendo impô-la a todos os grupos parlamentares, inclusive ao seu, como é óbvio

Eu próprio disse que não era uma interpelação, simplesmente tinha sido pedido como uma verdadeira interpelação, e tenho de acreditar na palavra dos Srs. Deputados

É claro que podia tê-lo interrompido imediatamente, logo que me apercebi, mas isso nem sempre é tão fácil! Isso nem sempre é tão fácil!

Já agora, que estamos na fase da afinação, dou a palavra ao Sr. Deputado Francisco de Assis, também com um pedido de grande síntese, se faz favor, e apenas sobre este tema

**O Sr. Francisco de Assis (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente. Procurarei corresponder ao pedido de V. Ex.<sup>a</sup>**

Assim, direi apenas duas coisas em primeiro lugar, que não me parece que a melhor forma de abordarmos o futuro em relação a esta questão em concreto seja a de perdermos tempo a imputar responsabilidades uns aos outros em relação ao passado, em segundo lugar, para afirmar, em nome da bancada do PS, que não reconhecemos ao Sr. Deputado Paulo Portas qualquer tipo de legitimidade para se arvorar numa espécie de «grande educador».

**O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — «Grande educador» não! Isso é que de maneira nenhuma!**

**O Orador:** — . e de grande moralizador da Assembleia da República

**Vozes do PS** — Muito bem!

**O Orador** — Sempre assumimos as nossas responsabilidades e saberemos também assumi-las em relação a esta matéria

Quero exprimir aqui perante a Câmara, aproveitando o ensejo, o meu respeito e consideração pessoais e políticos pela figura do Dr. Laborinho Lúcio, que ontem entendeu por bem afastar-se do processo conducente à eleição para Provedor de Justiça. Já tive oportunidade de salientar publicamente a admiração que tal personalidade nos suscita, mas devo dizer que, pela forma como participou neste processo, essa admiração saiu reforçada

Quanto a nós, com o mesmo sentido de Estado que o Sr. Deputado António Capucho acabou de revelar na intervenção que antecedeu aquela que estou a fazer, e sem qualquer complexo de «bloco de esquerda»,

#### *Risos do CDS-PP*

digo, de «bloco central», me presto aqui a reconhecer.

**O Sr. Sílvio Rui Cervan (CDS-PP): — É o subconsciente!**

**O Orador:** — Srs. Deputados, de facto, «bloco central» é uma coisa já tão remota no tempo, que agora nos vem mais à memória a questão do «bloco de esquerda»!

Mas, de qualquer das formas, com consideração pelas palavras do Sr. Deputado António Capucho, quero aqui manifestar, em nome do Grupo Parlamentar do PS, a mesma disponibilidade para que, em colaboração com todos os grupos parlamentares e na base do mais amplo consenso parlamentar possível, seja possível, dentro de

muito pouco tempo, resolver esta questão, de modo a que a Assembleia da República eleja outro Provedor de Justiça

*Aplausos do Deputado do PS Manuel dos Santos*

O Sr Presidente — É claro que também já se inscreveram os Srs Deputados Lino de Carvalho e Luís Fazenda! Os Srs Deputados bem pregam — «bem prega Frei Tomás!» —, mas não praticam!

Tem a palavra o Sr Deputado Lino de Carvalho

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Sr Presidente, nós bem pregamos e bem procuramos cumprir, só que, quando as regras são violadas para um, naturalmente, tem de se dar a mesma oportunidade a todos!

O Sr Presidente — Essa regra eu não a aceito! Nunca a aceitei, nem aceito, Sr Deputado, mas tenho-a praticado, infelizmente!

Faça favor de continuar, Sr Deputado

O Orador — Sr Presidente, não pode é ser prejudicado quem vem .

O Sr Presidente — Não será prejudicado, porque, de facto, uma violação nunca pode constituir um precedente, desculpe que lhe diga!

O Orador — Sr Presidente, como sabe, temos também manifestado a nossa preocupação com a utilização muitas vezes abusiva de figuras regimentais, prejudicando os trabalhos da Assembleia e dificultando, aliás, os trabalhos da Mesa.

O Sr Presidente — Vamos entender-nos sobre isso!

O Orador — E preocupamo-nos também com a imagem que, por vezes, passa de um tratamento diferenciado quanto à violação do Regimento em relação a tal ou tal Deputado e a tal ou tal bancada

O Sr Presidente — Sr Deputado, essa crítica eu não aceito! Peço-lhe desculpa até por interrompê-lo, porque eu

O Orador — Sr Presidente, falei na imagem que, por vezes, pode passar!

O Sr Presidente — A imagem, talvez! A imagem, talvez!

O Orador — Então, se não existe, muito bem!

O Sr Presidente — Muito obrigado!

O Orador — Quanto à questão concreta, Sr Presidente, também acompanhámos com muita preocupação o que se tem vindo a passar com a eleição do Provedor de Justiça Disse o Sr. Deputado António Capucho que esta é uma questão que diz respeito a toda a Assembleia, eu diria que devia dizer respeito a toda a Assembleia. Mas é evidente que, pelo menos até agora, o entendimento e desentendimento que houve entre as forças políticas PS e PSD, que se entenderam e desentenderam, na escolha da figura, só a elas diz respeito.

No entanto, se há a intenção de alargar de facto a toda a Assembleia aquele que é um problema de toda a Assembleia, cá estaremos para, na altura própria, intervir no processo. Até agora, esse tem sido apenas um problema do PS e do PSD e não de toda a Assembleia, quando assim não for, cá estaremos para assumir as nossas responsabilidades. Por enquanto, as responsabilidades são do PS e do PSD

O Sr Presidente — Tem a palavra o Sr Deputado Luís Fazenda

O Sr Luís Fazenda (BE) — Sr Presidente, também para uma interpelação virtual, que, no entanto, não é de Frei Tomás mas, sim, da realidade que estamos aqui a enfrentar

Quero, em primeiro lugar, sublinhar que o PS não tem, a propósito desta matéria, qualquer complexo de «bloco de esquerda», porque, o que faltou foi transparência no processo e, pelos vistos, declarações do Primeiro-Ministro a apoiar o processo político que tinham acabado de negociar

Em segundo lugar, quero manifestar o mais vivo e pressuroso desejo de que, rapidamente, todos os partidos, em diálogo nesta Câmara, consigam resolver esta questão, porque quem está a ver os seus direitos diminuídos são os cidadãos e quem está a ser arrastada num processo político para o qual não tem qualquer responsabilidade é a figura da Provedoria de Justiça, a qual deve merecer da Assembleia da República, em respeito pelos direitos de cidadania, todo o interesse, toda a preocupação e concitar a nossa melhor solução política

O Sr Presidente — Srs Deputados, informo que já está agendada a votação para, salvo erro, o dia 17 ou 18 e que o Sr Provedor de Justiça continua em exercício de funções até ser substituído, como é óbvio.

Inscreveram-se para declarações políticas os Srs Deputados Paulo Portas e Luís Fazenda

Tem a palavra, Sr Deputado Paulo Portas

O Sr Paulo Portas (CDS-PP). — Sr Presidente, Sr as e Srs Deputados Acreditamos no princípio de que não há liberdade sem segurança nem há Estado de direito sem autoridade do Estado. São estes fundamentos que estão hoje em profunda crise no nosso país

Há uma crise de autoridade, porque o Governo perdeu a mão nas forças de segurança, e há uma crise de segurança, porque o Governo não tem resposta para a criminalidade que todos os dias aumenta. É por estas duas razões que, como bem escreveu António Barreto, o Governo, na área da segurança, perdeu a confiança dos cidadãos e o respeito das polícias

A opinião pública vê com preocupação a profusão, a sucessão, dos sinais que revelam um enorme desnorte conflitos latentes entre a função de justiça e a função de segurança, desaparecimento completo da cadeia de comando, o que, numa instituição que depende da noção de hierarquia, é um verdadeiro convite à anarquia, sucessão de manifestações dos activistas policiais, crescentemente enquadradadas por forças políticas e misturando, aliás, um discurso securitário com um estilo revolucionário,

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — inexistência de qualquer agenda governamental para a segurança, limitada, como está, à mera

reacção aos acontecimentos, usando da pior das atitudes, que é prometer sindicatos em troca de acalmias, e revelando até, no detalhe (no detalhe que é importante), a pior das cegueiras.

**Vozes do CDS-PP.** — Muito bem!

**O Orador** — como é o caso de prometer o consolo dos seguros mas negar o incentivo, que é o subsídio de risco, numa missão onde o risco é permanente e a coragem precisa de ser não apenas moral mas física

*Aplausos do CDS-PP*

Se a crise de autoridade é manifesta, a insegurança, essa, é a realidade de todos os dias, que cresce sem parar perante a passividade do Governo. Do ponto de vista do cidadão, a crise da política de segurança, traduz-se em números — números que o Governo fez por adiar, números que o Governo tentou relativizar, números que o Governo teve até a ousadia de querer «censurar». Mas, mesmo que o Governo não queira que se saiba, os portugueses sabem que a criminalidade e a violência dispararam 358 000 delitos cometidos num só ano, uma onda de assaltos sem precedentes — mais de 170 000 roubos num só ano, o que perfaz cerca de 400 lojas assaltadas por semana, cerca de 5000 carros roubados por mês. Todos sabemos que o número de queixas é inferior ao número de crimes.

Por isso, é caso para dizer, lamentar e, rapidamente, pôr esta Assembleia a pensar que, em Portugal, sobretudo nas grandes áreas metropolitanas, o cidadão ou é assaltado, ou já teve medo de o ser, ou conhece alguém que já o foi. Os estudos de vítima não deixam margem para quaisquer dúvidas: 42% dos lisboetas têm medo de sair à rua, no seu bairro, à noite, cerca de 80% dos portuenses têm medo dos assaltantes; e, note-se, só 2% receiam as polícias! É por isso que esta Assembleia também deve pôr a mão na consciência gasta-se muito tempo a discutir os abusos da polícia, bem mais tempo do que a procurar soluções para prevenir ou reprimir a violência dos delinquentes.

**Vozes do CDS-PP** — Muito bem!

**O Orador** — Avisado nos parece o conselho de que o Parlamento não deve enganar-se no alvo quando discute a segurança dos portugueses

**Vozes do CDS-PP.** — Muito bem!

**O Orador** — Sr. Presidente, Sras e Srs Deputados. Uma agenda de segurança tem de ter prioridades. O divórcio entre o país dos políticos e o país dos cidadãos ficou bem à vista nos últimos dias: em Aveiro, a violência mais estúpida atingiu crianças e foi praticada por adolescentes! Porém, a maioria dos responsáveis políticos considerou mais relevante falar sobre os incidentes no final de um jogo de hóquei em patins!

Entendamo-nos: esses incidentes foram lamentáveis, as declarações do Ministro foram insensatas, e quem pretenda fazer do caso do hóquei um caso de Estado exagera — e, em política, exagerar é perder a razão!

**Vozes do CDS-PP** — Muito bem!

**O Orador** — Essencial, preocupante, mutíssimo mais preocupante, é o sinal que vem de Aveiro, o sinal de que, em Portugal, há, de facto, cada vez mais crimes cometidos por pessoas cada vez mais jovens! Dirão alguns que a globalização também cá chega nos seus desfechos, incluindo a radicalização da violência que caracteriza sociedades que gostam de se definir como sociedades civilizadas, mas é tempo de os responsáveis políticos perguntarem qual é, nomeadamente, a responsabilidade da televisão na promoção da violência?

**Vozes do CDS-PP** — Muito bem!

**O Orador** — Qual é o papel da escola na prevenção dessa mesma violência? Quando aqui trouxemos ideias, certas ou erradas, mas ideias com propostas e sugestões para travar a violência nos *media* ou na escola, a esquerda confundiu autoridade com autoritarismo e disciplina com repressão. Assim, repito, não vamos lá! Rousseau já não chega, manifestamente, como resposta para a violência no século XXI

**Vozes do CDS-PP** — Muito bem!

**O Orador** — Respostas é o que o País quer, por um lado, para restabelecer a autoridade do Estado e, por outro, para combater uma onda de criminalidade crescente e sistemática. É por isso que os responsáveis políticos devem, a nosso ver, pôr a agenda da segurança com uma ordem de prioridades: qual é a coordenação entre as várias forças de segurança? Qual é a correção do dispositivo policial? Quais são os territórios do País excluídos da lei e da ordem? Quais são os tipos de crime prioritários numa estratégia de combate à criminalidade? Qual é o desenvolvimento de uma política de policiamento de proximidade? Quais são as medidas de prestígio estatutário, remuneratório das forças de segurança? Qual é o tipo de avaliação sistemática do desempenho dessas mesmas forças de segurança? É tempo de os responsáveis políticos — e não negaremos o nosso contributo nessa matéria, certamente — olharem para o problema da segurança não como um facto de sociedade mas como um desafio à comunidade política, porque, repito, não há exercício da liberdade sem a condição de segurança

*Aplausos do CDS-PP*

**O Sr Presidente** — Para pedir esclarecimentos, inscreveram-se os Srs Deputados António Capucho, José Magalhães e Guilherme Silva

Tem a palavra o Sr Deputado António Capucho

**O Sr António Capucho (PSD)** — Sr Presidente, Sr Deputado Paulo Portas, ouvi-o com atenção e V Ex<sup>a</sup> escolheu esta oportunidade para nos fazer uma declaração política muito interessante e oportuna sobre o problema da segurança, ou da insegurança! Já o tínhamos feito na semana passada, quando o meu colega Guilherme Silva, do alto daquela tribuna, proferiu aqui uma interessante declaração política sobre o mesmo tema, e a nossa concordância vai mais longe porque ambos os partidos, sem termos pré-combinado — não há qualquer «bloco centro-direita»,

**O Sr Narana Coissoró (CDS-PP)** — Mas vai haver! Vai haver!

**O Orador** — como não há qualquer «bloco central» ..

**O Sr Narana Coissoró (CDS-PP)** — Vai haver um «bloco centro-direita»!

**O Orador** — VV Ex<sup>as</sup> estão com uma ânsia desmedida e com uma pressa excessiva!

**O Sr Narana Coissoró (CDS-PP)** — Estamos a ver se vos apressamos um pouco!

**O Orador.** — Mas, de facto, os nossos partidos, isoladamente, remeteram uma missiva ao Sr Presidente, requeirando um debate de urgência sobre este tema. Um debate de urgência é uma figura que, mais do que esta, tem a presença do Governo, mas é aí que está o bálsio. Sr. Deputado Paulo Portas

Em Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares, recusaram-nos esse debate de urgência com o argumento de que o Sr Ministro estava convidado para ir à Comissão dizer de sua justiça, ou da sua segurança! Mas pouco disse, pouco acrescentou. Assim, mantivemos hoje — presumo eu que VV Ex<sup>as</sup> também mantiveram — o pedido desse debate de urgência, ou seja, da indispensabilidade da presença aqui do Sr Ministro Fernando Gomes para, connosco, discutir estes temas. O que é que constatamos? Constatamos que o PS recusou o agendamento desse debate de urgência!

É lamentável que o Governo, sistematicamente, se recuse — e, ultimamente, com uma maior incidência — a debater nesta Casa, no *forum* próprio, as grandes questões que afligem o eleitorado e os cidadãos portugueses. É um comentário sobre esta matéria que eu gostaria que V Ex<sup>a</sup> deixasse na Câmara, em complemento à sua exposição, sem prejuízo de outras perguntas no mesmo sentido que serão feitas pelo meu colega Guilherme Silva

**Vozes do PSD** — Muito bem!

**O Sr Presidente** — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Portas

**O Sr Paulo Portas (CDS-PP)** — Sr Presidente, Sr Deputado António Capucho, estou inteiramente de acordo

**O Sr José Magalhães (PS)** — Que extraordinário!

**O Orador** — É evidente que o Governo, num sistema normal de fiscalização parlamentar, com sede específica em Comissão e também sede própria em Plenário, perante uma crise que é simultaneamente de autoridade e de segurança — de autoridade porque o Governo perdeu a mão nas forças policiais e de segurança porque o Governo não tem resposta para o aumento da criminalidade não se furtaria a responder. E eu gostaria de lembrar à Câmara que, durante meses, o Sr Ministro da Administração Interna tentou negar a evidência, tentou relativizar o aumento da criminalidade comum, que é aquela que mais assusta os cidadãos, chegou a proibir os comandos distritais das forças de segurança de publicarem quaisquer números,

**O Sr Silvio Rui Cervan (CDS-PP)** — É uma vergonha!

**O Orador:** — como se evitar o conhecimento da realidade resolvesse o problema da insegurança!

Perante este desnorte generalizado do Governo em matéria de autoridade e de segurança, em meu entender, o Sr Ministro da Administração Interna nunca foi parte da solução, porque nunca teve uma política de segurança. Mas hoje, manifestamente, é parte do problema, porque ele é a fonte do problema da autoridade do Estado e da degradação da autoridade do Estado na comunidade portuguesa

**O Sr Silvio Rui Cervan (CDS-PP)** — Muito bem!

**O Orador** — Portanto, seria importante, evidentemente, do ponto de vista do exercício do contraditório político, que o Sr Ministro aqui estivesse, em vez de termos a bancada do Governo vazia. Que o debate é urgente, é evidente! Aliás, os sinais de degradação da autoridade do Estado deviam inquietar toda a Câmara e, nomeadamente, os partidos de esquerda. Porque quando se vêem os activistas policiais em manifestações crescentemente políticas,

**O Sr Basílio Horta (CDS-PP)** — Muito bem! É isso mesmo!

**O Orador** — por um lado, com um discurso securitário e, por outro, com um tom revolucionário, alguém está, certamente, enganado nesta matéria!

**O Sr Basílio Horta (CDS-PP)** — Com certeza!

**Vozes do CDS-PP** — Muito bem!

**O Orador** — E essa degradação, de tal forma o Governo não a vê que tudo o que aconteceu nos últimos dias era vedado, era ilegal à luz da própria proposta de lei sobre o sindicato policial

**O Sr Narana Coissoró (CDS-PP)** — É a chamada força normativa dos factos!

**O Orador** — A contestação da legalidade, o exercício de manifestações políticas, a greve de zelo às armas, com o seu depósito, tudo isto, pela proposta de lei, era ilegal! Mas foi tudo isto que o Sr Ministro da Administração Interna qualificou como um «pequeno incidente»! A diferença entre um pequeno incidente e uma ilegalidade é exactamente a mesma entre quem conhece os limites e a proporção do exercício da autoridade do Estado, e quem há muito tempo perdeu o conhecimento dessa mesma autoridade

**Vozes do CDS-PP** — Muito bem!

**O Sr Presidente** — Sr Deputado, terminou o tempo. faça o favor de concluir

**O Orador** — Terminei já, Sr Presidente

Creio que só o PS ainda não percebeu, ou só ainda não percebeu até chegar a remodelação, que este Ministro da Administração Interna já não tem capacidade para repor a autoridade do Estado e nunca teve uma política de segurança capaz de combater o aumento da criminalidade que ele quis negar

*Aplausos do CDS-PP*

O Sr Presidente — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado José Magalhães

O Sr. José Magalhães (PS) — Sr Presidente, Sr Deputado Paulo Portas, esta não foi seguramente a declaração política da sua vida — aliás, até perguntei aos meus camaradas de bancada se era mesmo uma declaração política Esta foi uma terceira vez da mesma tentativa, por parte do Sr. Deputado, de manipular os dados estatísticos sobre a criminalidade, num sentido alarmista

Vozes do PS — Muito bem!

O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP) — Era o que dizia o PSD!

O Orador — . e, de resto, «írrigoroso», além de inaceitável, porque já foi desmentido pelo Sr Ministro da Administração Interna nesta Câmara e ontem mesmo Por isso, Sr Deputado, a «incomunicação» entre os Deputados da sua bancada não pode ir ao ponto da surdez dolosa, como é o caso

A sua manipulação de alguns dados estatísticos, num país que, felizmente, tem um terço da criminalidade europeia — e isto, sabendo nós rigorosamente onde há aumentos e onde há diminuições (em certos crimes, de 40%) e não subestimando nós em nada a necessidade de dar resposta ao combate à criminalidade —, essa metodologia, Sr Deputado Paulo Portas, não é uma metodologia razoável em regime democrático e, aliás, como V Ex<sup>a</sup> tem reparado, não convence ninguém

Dizer também que não há debate é ridículo. Ontem mesmo, realizou-se, para o que houve consenso, na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, um debate, convocado e proposto pelo PS, sem limite de tempo.

O Sr Telmo Correia (CDS-PP). — O PSD é que propôs!

Vozes do PS — Não, não! O PS!

O Orador — que, aliás, só terminou às 17 horas e 30 minutos por não haver mais perguntas, sobre questões de segurança interna, designadamente sobre os acontecimentos do Porto e quaisquer outros. E o Sr. Deputado Narana Coissoró, nessas circunstâncias, fez a sua catilinária, mas esgotou-a em menos de 5 minutos

Ou seja, Sr Deputado, o PP não tem, nesta matéria, qualquer razão de queixa quanto ao debate Mais, Sr Deputado Paulo Portas vamos debater o Relatório de Segurança Interna, na 1<sup>a</sup> Comissão, e serão pedidos todos os dados complementares, e vamos realizar visitas às forças de segurança e reuniões com os comandos supremos das forças de segurança Portanto, Sr. Deputado, não «se sangre em saúde», porque nós vamos fazer, nessa matéria, um trabalho que, julgo, pode ser exemplar

O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP) — Já ouvi esse discurso há oito anos!

O Orador — Agora, não é isso o mais grave, porque isso é a sua demagogia congénita alguns suam suor, V Ex<sup>a</sup> sua demagogia pela natureza própria — é uma coisa de que não se consegue libertar

O mais grave é que a sua declaração é vazia quanto a soluções, descontado o alarismo O Sr Deputado nem

sequer reparou nas últimas medidas que tomámos com ponderação e que serão adoptadas para reforçar o funcionamento eficaz das esquadras.

O Sr Deputado não tem conhecimento da proposta, que vai ser submetida ao Parlamento, de remodelação das formas de articulação das forças de segurança — e, nessa altura, veremos qual é a posição do PP. Não basta bramar pela coordenação, é preciso apoiar, em concreto e sem vergonha, as medidas propostas pelo PS, que garantem essa coordenação mais eficaz e uma melhor distribuição de funções entre a Polícia Judiciária e as outras forças de segurança

O Sr Deputado também estava a dormir ou não reparou que o Governo vai colocar...

O Sr. Presidente — Terminou o seu tempo, Sr. Deputado

O Orador — ... defensores do cidadão nas esquadras, para garantir o cumprimento dos direitos, liberdades e garantias

Também não reparou que vai haver medidas de video-vigilância

O Sr. Presidente — Terminou o seu tempo, Sr Deputado. Agradeço-lhe que termine

O Orador. — O Sr Deputado só tem uma coisa a propor: é contra os sindicatos na PSP. Por quê? Por uma razão retrógrada, reaccionária...

#### *Protestos do CDS-PP.*

e profundamente conservadora, o que é um factor de «obstaculação» à normalização da situação e em nada contribui para a segurança interna de Portugal.

É esta a questão que lhe deixamos, Sr. Deputado.

#### *Aplausos do PS*

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr Deputado Paulo Portas

O Sr Paulo Portas (CDS-PP): — Sr Presidente, Sr Deputado José Magalhães, não tendo sido esta manifestamente a pergunta da sua vida, sempre lhe refiro que «obstaculação» não existe, diz-se obstaculização

O Sr. Luís Fazenda (BE) — Precoce!

O Orador: — Mas, passado esse leve reparo,...

O Sr José Magalhães (PS) — Oh, Sr Deputado!

O Orador: — Todos cometemos erros e eu já cometí muitos, mas, já agora, podem corrigir-se quando se cometem

Sr. Deputado, a sua pergunta é completamente inconsciente e revela a vontade de defender o indefensável

Sr Deputado José José Magalhães, houve um aumento grave da criminalidade comum, daquela que assusta os cidadãos, e os cidadãos têm toda a razão para ter medo dessa criminalidade O roubo a lojas, a automóveis, a casas e às próprias pessoas na rua, o roubo por estupro, com ameaça e coacção, aumentou dramaticamente no último ano. É essa a fonte da insegurança dos cidadãos em Portugal Querer disfarçar isto, querer negar que isto seja

verdade, é contribuir para agravar o problema e não para o resolver.

Lembro-lhe o tempo em que o actual Primeiro-Ministro era líder da oposição e se referia, do alto daquela tribuna, às pessoas que já tinham sido assaltadas e aos assaltos que já tinham ocorrido desde o início da sua intervenção. Ora, só quero dizer-lhe isto, Sr. Deputado, hoje, há muito mais criminalidade do que então, quando ela já estava a subir. E eu, que sempre fui contra a política das superesquadras, porque proporcionava insegurança psicológica, sou completamente contra esta política de mini-segurança que os senhores têm e que, aliás, se vê nas vossas «propostas». E dou-lhe dois exemplos: primeiro, o Sr. Deputado diz que vêm aí alguns seguros de vida e invalidez para os polícias — mas faltava que não viessem! Mas onde está o subsídio de risco? Como é que o Governo pode dizer que não há subsídio de risco para os polícias que correm riscos todos os dias, quando se descobre que, há uma semana, o mesmo Governo injectou ou mandou injectar 95 milhões de contos na Parque EXPO 98. S. A.? Há dinheiro para a Parque EXPO e não há dinheiro para o subsídio de risco dos polícias?

*Aplausos do CDS-PP*

É isso que revolta a sociedade portuguesa. De facto, em política e, sobretudo, na gestão orçamental, fazer uma opção é sempre fazer uma renúncia — quando se aposta num sector não se aposta noutra. Mas o que os senhores não estão a perceber é que a segurança está a transformar-se numa prioridade da preocupação dos cidadãos, que não vêm da vossa parte, nem da parte do Governo, qualquer preocupação para com os cidadãos. Os senhores estão muito preocupados com os sindicatos, muito preocupados com as garantias. E os cidadãos, que, todos os dias, são assaltados e roubados? Que medidas têm para eles?

Diz-me o Sr. Deputado que, agora, vão colocar um defensor dos cidadãos dentro das esquadras. O Sr. Deputado, o que os cidadãos querem é policiamento fora das esquadras, nas ruas, à noite, que os proteja da criminalidade! É isto o que os cidadãos querem!

*Aplausos do CDS-PP*

O Sr. Presidente — Terminou o seu tempo, Sr. Deputado

O Orador — É este o erro que os senhores estão a cometer!

*Aplausos do CDS-PP*

O Sr. José Magalhães (PS) — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente — Para que efeito?

O Sr. José Magalhães (PS) — Para exercer o direito de defesa da honra da bancada, em relação a estas declarações acintosas, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente — Faça favor, Sr. Deputado

O Sr. José Magalhães (PS) — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Portas, o Sr. Deputado sabe, porque

o votou, que o Orçamento do Estado para este ano consagra o maior aumento em matéria de segurança interna.

O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP) — Burocracia!

O Orador. — . . e uma garantia de reforço de verbas para as missões de segurança interna — e, aliás, de justiça — em nome de um paradigma,

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Quanto?

O Orador — que é o paradigma da polícia de proximidade, que é o nosso paradigma, cuja execução, evidentemente, não é isenta de dificuldades. Mas, apesar disso, o Sr. Deputado faz a demagogia mais infame e, devo dizer-lhe, absolutamente lamentável.

O Relatório de Segurança Interna publica — não esconde — indicadores. Nós sabemos exactamente quais são as áreas de crime onde houve aumentos e quais são as áreas onde houve diminuição. A geografia das participações revela uma forte concentração nas zonas de Lisboa e Porto e também que é ai que vamos aplicar um conjunto de meios, garantindo, designadamente, o reforço de meios auto e de meios em pessoal, a renovação «líquida» do pessoal da PSP e uma polícia que garanta não trabalho de secretaria mas visibilidade. Foi este Governo e o governo anterior, ambos do PS, que garantiram a colocação de mais polícias na rua e, aliás, a formação de milhares de novos homens e mulheres em condições de proceder ao combate à criminalidade.

Sr. Deputado, não vale a pena discutir política de segurança interna, ignorando isto. Mas anoto — e, francamente, é um acinte que nos ofende — que o Sr. Deputado não só omite isto como quer, de novo, manipular em relação a estatísticas, tudo para esconder um aspecto fundamental. Sr. Deputado, nós gostaríamos de pagar um imenso subsídio de risco às forças policiais.

*Vozes do CDS-PP — Paguem!*

O Orador — Porém, foi aprovada, na última legislatura, contra o nosso voto, porque sabíamos que havia falta de meios orçamentais, uma determinada solução legislativa, solução essa que precisa de ser corrigida, por não ser realista. Por isso, o Sr. Deputado dizer «cortem despesas na Parque EXPO, cortem despesas nos hospitais, cortem despesas 'no mar, na terra e no ar', mas dêem subsídio de risco à PSP»

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Eu não disse nada disso!

O Orador — é desonesto e inaceitável, é uma atitude irresponsável, que fica mal a um dirigente partidário com um mínimo de hombridade.

O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP) — Isso é demagogia!

O Orador — Assim, não nos deixaremos intimidar por este tipo de política e vamos convocar, provavelmente para a próxima semana, Sr. Presidente, uma reunião com o Sr. Ministro da Administração Interna, na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, para discutir aprofundadamente estes temas de agenda e também a próxima agenda do Conselho de Ministros da União Europeia,

**O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP):** — *Paroles, paroles, paroles!*

**O Orador.** — .. onde vão discutir-se novas medidas para a garantia da tranquilidade pública

Este é um debate sério e, se V. Ex.<sup>a</sup> se coloca fora dele, faça a sua demagogia, mas não conte connosco para esse tipo de fraudes

*Aplausos do PS*

**O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP)** — Não contamos, não!

**O Sr. Presidente** — Para dar explicações, querendo-o, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Portas.

**O Sr. Paulo Portas (CDS-PP)** — Sr. Presidente, Sr. Deputado José Magalhães, em primeiro lugar, quero referir que, em termos de desonestade intelectual, suponho que basta consultar o *Diário* para verificar que foi o Sr. Deputado quem falou em cortar verbas nos hospitais e não eu

**O Sr. José Magalhães (PS)** — Não, o senhor deu o exemplo da Parque EXPO!

**O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP):** — Falou em desorçamentação!

**O Orador** — E o que é que uma coisa tem a ver com a outra, Sr. Deputado?

Vamos ver se nos entendemos quando o Governo, de forma, aliás, disfarçada, em termos orçamentais, aplica 95 milhões de contos na Parque EXPO, está a aplicar, no exercício de uma opção, que apesar de ser legítima, é errada, o equivalente a três anos de aumentos de pensões de 10% ao mês, a dois anos de orçamento de segurança, a um ano da totalidade dos abonos e subsídios familiares ou a seis meses de todos os medicamentos comparticipados, em Portugal. É esta a dimensão do dinheiro que os senhores colocaram na Parque EXPO, em Outubro do ano passado!

*Vozes do CDS-PP* — Muito bem!

**O Orador** — E o que eu digo é que, não sendo a gestão dos recursos públicos a gestão do infinito, quando se fazem opções, investe-se em determinados sectores e desinveste-se outros

O que os senhores não percebem, é prova o enorme distanciamento entre o Partido Socialista e a sociedade portuguesa

*Vozes do CDS-PP* — Muito bem!

**O Orador** — e pode provocar o distanciamento entre a sociedade portuguesa e o sistema político, é que a insegurança está a aumentar, a criminalidade está a aumentar, os senhores têm um ministro que falha todos os dias, não têm resposta para essa criminalidade e não têm reforço, nem de verbas, nem de meios, nem de soluções, nem de ideias, para uma política de policiamento com proximidade efectiva. E, perante um fenómeno que afecta profundamente a sociedade portuguesa, que é a criminalidade, o aumento da criminalidade e da criminalidade comum, a

vossa resposta é ou ignorar os números ou prometer, para depois de amanhã, algumas hesitantes e tibias soluções

**O Sr. Silvio Rui Cervan (CDS-PP)** — Muito bem!

**O Orador** — Sr. Deputado José Magalhães, se o senhor entende que o subsidio de risco deve ser pago, mas é preciso rectificar a solução legal, então, digo-lhe com toda a urgência, rectifiquem a solução legal e começem a pagar o subsidio de risco!

**O Sr. Silvio Rui Cervan (CDS-PP)** — Muito bem!

**O Orador** — É que se ainda estamos na fase em que se discute se os polícias têm direito a um subsidio de risco numa profissão de risco, onde a coragem não é só moral, é física, então, ainda estamos no inicio da arte e o problema é urgente

*Aplausos do CDS-PP*

**O Sr. Presidente** — Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Guilherme Silva, para pedir esclarecimentos, informo a Câmara de que se encontram a assistir à sessão vários grupos de alunos do Colégio Paulo VI, de Gondomar, da Escola Secundária Tomaz Pelayo, de Santo Tirso, que já tive o prazer de receber hoje de manhã, da Escola Secundária D. Dinis, de Santo Tirso, da Escola Profissional Agrícola Fernando Barros Leal, de Torres Vedras, da Escola Secundária D. João II, de Setúbal, da Escola Secundária Diogo de Gouveia, de Beja, da Escola Básica/Secundária 2, 3 Padre José Agostinho Rodrigues, de Alter do Chão, da Escola Dr. António Medeiros Franco de Achada do Nordeste, de S. Miguel (Açores) e um grupo de formandos do Pólo de Formação Multidomínio, de Santo Tirso, além de um grupo de cidadãos.

Para todos eles, peço a vossa habitual saudação

*Aplausos gerais, de pé*

Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Silva

**O Sr. Guilherme Silva (PSD)** — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Portas, ouvi com muita atenção a sua intervenção, mas, a seguir, também já ouvi alguns pedidos de esclarecimento, que me suscitam uma apreciação prévia, antes de colocar-lhe as questões

O Sr. Deputado José Magalhães esteve, aqui, a enfatizar que foi a pedido do Partido Socialista que o Sr. Ministro da Administração Interna veio à Comissão

*Vozes do CDS-PP* — Muito bem!

**O Orador** — Isto não é verdade! Foi um requerimento do PSD que motivou a vinda do Sr. Ministro

A posição do Partido Socialista é outra, é a que teve, hoje, na Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares, a de inviabilizar a vinda a Plenário do Ministro da Administração Interna para um debate. Esta é a posição do Partido Socialista

**O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP)** — É verdade! É verdade!

**O Orador** — O Sr. Deputado José Magalhães referiu-se, aqui, a uma falha anterior do CDS-PP relativa a númer

meros da criminalidade Houve essa falha, efectivamente, e o CDS-PP já a assumiu. Mas é o contrário do que o Sr Deputado diz, foi uma falha por defeito.

**O Sr Paulo Portas (CDS-PP)** — Exactamente! Os crimes eram o dobro! O dobro!

**O Orador** — porque o número dos crimes era o dobro do referido pelo CDS-PP Foi essa a advertência que teve de ser feita

#### *Aplausos do CDS-PP*

Portanto, V Ex<sup>a</sup>, com esse reparo, foi buscar «lenha para se queimar»

Por outro lado, o Sr Deputado José Magalhães também referiu que a Assembleia da República aprovou uma lei que dá o subsídio de turno e de piquete à PSP, mas o Governo recusa-se a cumpri-la

Ainda hoje um jornal imputa-me o facto de eu querer a aplicação desse subsídio, visto não haver regulamentação, sendo, portanto, a minha advertência ao Ministro a errada e a posição do Ministro a certa. Só que esse jornal esquece-se de que é o Governo quem tem de regularizar. Logo, a falta é do Governo e do Ministro da Administração Interna, que «volta costas» àquilo que esta Assembleia aprova

**Vozes do CDS-PP** — Muito bem!

**O Orador** — Estes incumprimentos por parte do Governo e do Ministro da Administração Interna geraram o estado de desmotivação e a falta de estímulo em que a PSP se encontra

Ontem, permiti-me dar um conselho ao Sr Ministro da Administração Interna, dizendo-lhe que, realmente, poderia fazer todos os erros e omissões que entendesse em matéria de segurança, porque iria ter sempre, aqui — como, aliás, se comprovou, hoje —, como defensor oficioso, o Sr Deputado José Magalhães

#### *Risos do PSD e do CDS-PP*

**O Sr Narana Coissoró (CDS-PP)** — Oficioso, não! É um defensor «oficial»!

**O Orador** — Mas disse-lhe que não fosse por aí, que arrepiasse caminho, que não se encostasse a essa «almofada», porque seria um erro em matéria da política de segurança

Sr Deputado Paulo Portas, gostaria de saber se o representante do seu partido, no grupo de trabalho que está a elaborar o parecer sobre o Relatório de Segurança Interna, nos acompanha na posição de não emitirmos o parecer enquanto o Governo não fornecer os elementos complementares dos relatórios sectoriais das várias forças de segurança, designadamente do SIS, sobre o qual nada vem no Relatório de Segurança Interna

A Assembleia e a 1<sup>a</sup> Comissão não podem elaborar um parecer com esta insuficiência de dados! E a nossa posição é de não elaborar o parecer enquanto o Governo não fornecer esses elementos. Portanto, gostaria de saber que é a vossa posição

Como também queria saber da posição do seu partido relativamente à exigência que temos

**O Sr Presidente** — Terminou o seu tempo, Sr Deputado, agradeço que termine.

**O Orador** — Vou já terminar, Sr Presidente

Como eu dizia, gostaria de saber qual é a posição do seu partido relativamente à nossa exigência de não aceitarmos o sindicato de polícia sem ficar clarificado, em sede de revisão constitucional, que isso não confere o direito de greve à polícia. Quero, portanto, saber qual é a posição do seu partido a este respeito

**O Sr Presidente**. — Para responder, tem a palavra o Sr Deputado Paulo Portas

**O Sr Paulo Portas (CDS-PP)** — Sr Presidente, Sr Deputado Guilherme Silva, agradeço as suas perguntas e digo-lhe já, sem quaisquer dúvidas, que é evidente que o CDS-PP não pode aceitar a discussão sobre o Relatório de Segurança Interna sem ter dados completos, sem poder fazer a decomposição, força por força, delito por delito, área por área, daí que está, verdadeiramente, em causa

É por isto que tivemos de ir por procedimentos «tentativos». Durante meses, andámos a solicitar às direcções da PSP, da Polícia Judiciária e ao Comando da GNR, os números da criminalidade em relação a 1999, os quais nos foram dados enquanto o Sr Ministro não os mandou calar e não lhes aplicou a «lei da rolha». Como se a «lei da rolha» resolvesse algum problema! Como se algum assalto deixasse de ser feito só porque o Sr Ministro da Administração Interna manda as direcções da polícia calarem os números dos assaltos!

**O Sr Basílio Horta (CDS-PP)** — Ainda é pior!

**O Orador** — Portanto, nós exigimos e acompanhamos a vossa posição, sem qualquer dúvida, pois queremos que os dados sejam completos

A verdade é que para se definir, pensar e executar uma agenda de segurança tem de partir-se de premissas verdadeiras e não de premissas tecnicamente manipuladas

**O Sr Basílio Horta (CDS-PP)** — Claro!

**O Orador** — Por outro lado, relativamente à questão do sindicato, como é evidente, o sindicato da polícia não pode ter o direito de greve e deve ter ainda outras restrições.

**O Sr Narana Coissoró (CDS-PP)** — As manifestações políticas!

**O Orador** — sendo uma delas a da manifestação política

**Vozes do CDS-PP** — Claro!

**O Orador** — Se um sindicato de polícia faz manifestações políticas, então quem e que garante a ordem e a legalidade?

Ora, o Governo, na sua inocente proposta, previa que os sindicatos não poderiam fazer manifestações políticas. Mas o que é que os activistas policiais andam a fazer há dias sem fim, senão manifestações políticas?! Então, aquilo que o Governo considera ilegal é, afinal, um pequeno incidente?! Então, qual é o valor da lei?!

Então, se não sabe qual é o valor da lei, qual é a garantia de que há ordem?!

Devo dizer-lhe que, a meu ver, o centro-direita, em Portugal, tem a obrigação de resolver um problema que os socialistas agravaram

Não quero contribuir para atirar as forças policiais para os braços da extrema esquerda.

**Vozes do CDS-PP** — Muito bem!

**O Orador:** — nem quero contribuir para ver as forças policiais manipuladas por agitação política

**O Sr Basílio Horta (CDS-PP)** — Muito bem!

**O Orador** — Portanto, queremos um governo com autoridade, que saiba o que é aplicar a lei e a ordem, que prestigue a polícia, quer na política de remunerações, quer no seu Estatuto, quer na sua avaliação, que estime a polícia e tenha força suficiente para «separar o trigo do joio», para resolver também a questão sindical nas forças de segurança

Por isso, a questão da greve não é o único limite. Outros limites têm de ser, obviamente, seriamente pensados, como acontece lá fora. Por exemplo, a questão do sindicalismo policial ser ou não obrigatoriamente independente no que toca a confederações — isto para lhe dar outro exemplo

**O Sr. Basílio Horta (CDS-PP)** — É evidente!

**O Sr Presidente.** — Terminou o seu tempo, Sr Deputado, pelo que agradeço que termine

**O Orador** — Terminei já, Sr Presidente

Temos a obrigação de pensar a sério nesta decomposição da autoridade do Estado e nesta crise de insegurança, que está a alastrar na consciência da opinião pública portuguesa, e com toda a razão. Ah, isso temos! E se o problema foi criado sobretudo pela esquerda, é da responsabilidade do centro-direita contribuir para repor a autoridade do Estado e a segurança no País!

*Aplausos do CDS-PP*

**O Sr Presidente** — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr Deputado Luís Fazenda

**O Sr Luís Fazenda (BE)** — Sr Presidente, Srs.<sup>as</sup> e Srs. Deputados Referiu-se o Sr Primeiro-Ministro, António Guterres, nos últimos dias, em termos menos respeitosos, à agitação social, e fê-lo de uma forma admirada, retórica, como se a agitação social não tivesse lugar no seu esquema conceptual, na sua análise do País, comportou-se quase como um cándido que vivia no melhor dos mundos!

Essa agitação social, pelos vistos algo estranha para o Primeiro-Ministro e para o Governo no seu autismo confessado e continuado, é aquela que, segundo dados sindicais e confirmados por entidades oficiais, faz com que desde de Janeiro, de dois em dois dias, tenhamos uma greve no nosso país e com que tenham vindo a suceder-se manifestações, protestos, lutas dos mais diversos sectores profissionais

Mas o Sr Primeiro-Ministro não funciona apenas como «cândido no melhor dos mundos», ele tem uma faceta mais corrosiva e mais autoritária: recusa o diálogo com os sin-

dicatos, fecha-se na sua «torre de marfim», recusa, até, em sede de concertação social, dar a cara e debater com as centrais sindicais, e hoje, hoje mesmo, decretou uma requisição civil sobre os maquinistas da CP. É caso para dizer que vai caindo a máscara sobre o apregoado diálogo social

O espantoso em tudo isto é o Sr Primeiro-Ministro, «o nosso cándido no melhor dos mundos», continuar a pensar que toda esta agitação é, num tique cavaquista, produto de agitadores sociais, daqueles que querem criar dificuldades à governação, e não ser capaz de entender que o aumento da contestação social é um produto directo da política do Governo Aliás, repetiu esse tique cavaquista na própria requisição civil sobre os maquinistas, fazendo-a, como fez o governo de Cavaco Silva, de uma forma unilateral, não cumprindo sequer aquilo que é um Acórdão do Tribunal Constitucional acerca das condições necessárias para uma requisição civil de trabalhadores

Não admira! Apenas admirará ao Governo, que fez da cimeira sobre o emprego essa «lua cheia» de promessas, esse objectivo do pleno emprego, que quase podemos definir como um «espírito santo», uma entidade fantasmagórica, porque o conceito não tem aplicação e é matéria de fé. Mas os laicos sabem analisar os conceitos e as categorias religiosas que saíram dessa cimeira e das expectativas criadas, talvez em plano de igualdade com aqueles que têm uma confissão e alguma especialização teológica

Mas, dizia eu, porque de outra teologia estamos tratar, o Governo, aqui, semeou ilusões, semeou ventos, mas nada colheu de concreto. Dessa cimeira sobre o emprego apenas tivemos a generalização do conceito do *part time* e a ideia do «envelhecimento da idade técnica da reforma», ou seja, coisas que vêm contra aquilo que são direitos adquiridos dos trabalhadores

Não admira, pois, que haja uma diminuição do desemprego, o tal «tanque» de que falava o Sr Primeiro-Ministro, mas do qual não se sabia bem a dimensão. Pois, desse «tanque», se, hoje, diminuiu o desemprego, sabemos claramente que aumentou a precariedade, sabemos também, claramente, que o poder de compra vai diminuir este ano, depois daquilo que os trabalhadores portugueses não podem aceitar, que foi a dissimulação, a política do truque, que se passou com o aumento dos preços dos combustíveis e as expectativas da inflação

No entanto, o Partido Socialista e o Sr Primeiro-Ministro António Guterres, tinham prometido, para o ano 2000, expectativas altamente favoráveis para os trabalhadores portugueses, como a redução do horário de trabalho para as 38 horas e o reforço das condições da contratação colectiva de trabalho. Nada disto é realidade no nosso mundo, que não é um mundo tão «voltainiano» como o do Primeiro-Ministro

Srs.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, não admira pois que no 1º de Maio deste ano não só a CGTP mas também a UGT, que é habitualmente caudatária das políticas do Partido Socialista, tenham elaborado e desenvolvido uma cerrada crítica ao Governo em política social

Queremos afirmar que, cívica e politicamente, a onda de greves que, neste momento, está em curso é uma forma de luta legítima, é uma forma de intervenção para a resolução dos problemas sociais que os eventuais transtornos dessas greves causam — e causam-nos à população portuguesa — e têm de ser assacados à responsabilidade do Governo e do Sr Primeiro-Ministro, o qual não pode, quando rapidamente fala sobre isso, pôr aquela cara de «santo de pau carunchoso», como se nada tivesse a ver

com a realidade e os problemas que criou, ou, como vai sendo habitual, enviar o Sr. Ministro porta-voz, Jorge Coelho, que é, para além disso, de facto, meritoriamente, um «sapador das causas difíceis», para decretar a requisição civil sobre os maquinistas

Queremos, daqui e na Assembleia da República, declarar que a luta dos trabalhadores é justificada por expectativas anunciadas, por direitos próprios e por objectivos de justiça social

Deixamos ao Governo, na modéstia da nossa posição política, um aviso, que é simples o Governo ameaça com «mão dura», «mão dura» sobre a contestação social, cuidado, porque, pelo que temos visto, «o pulso é fraco», podem ter uma luxação!

O Sr. Guilherme Silva (PSD) — Isso é verdade!

O Orador — E nas frases lapidares do Sr. Primeiro-Ministro «a vida é a vida, as pessoas não são números, a luta continua»!

*Aplausos do BE*

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — A luta continua! Não é primeiro que o diz!

O Sr. Presidente — Inscreveram-se, para pedir de esclarecimentos, os Srs. Deputados José Magalhães e Paulo Portas.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. José Magalhães (PS) — Sr. Presidente, Sr. Deputado Luís Fazenda, registámos o aviso e também a dificuldade, da parte de V. Ex.ª, em materializar mais do que um aviso, nos termos em que o fez, e o cuidado que teve em andar à volta de alguns dos temas sobre os quais seria interessante conhecer a posição do Bloco de Esquerda

É muito curioso, porque estamos, hoje, em marés, da parte das oposições, embora opostas, mas coincidentes no equívoco. Os Srs. Deputados Paulo Portas e Guilherme Silva inventaram um «dragão»

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Não fale de hóquei em patins, outra vez! Dragões é no hóquei!

O Orador — O «dragão» é o Governo não querer fornecer à Assembleia da República estatísticas sobre a segurança interna. Evidentemente, isto é uma «inventona» completa. Ainda ontem o Ministro Fernando Gomes garantiu à 1ª Comissão que, agora, que o Gabinete dos Estudo e Planeamento do Ministério da Justiça já tem os dados tratados e cruzados, como é necessário, porque, como sabe, as forças de segurança congregam estatísticas e estas não podem ser somadas arbitrariamente, esses dados serão fornecidos ao Sr. Deputado Marques Júnior e aos outros membros da Comissão que vão fazer o nosso relatório

Os Srs. Deputados Paulo Portas e Guilherme Silva, que querem fazer o seu papel de «sombra da sombra da sombra» na crítica à segurança interna, inventaram uma coisa terrível. O Governo não dá dados!

V. Ex.ª inventou outra coisa o Primeiro-Ministro é o Primeiro-Ministro que é, e não é o Sr. Deputado Luís Fazenda! É uma grande descoberta! Já sabíamos que o Sr. Deputado não era o Primeiro-Ministro...

O Sr. Manuel dos Santos (PS) — Mas há-de ser!

O Orador — ... e que, na sua opinião, o Primeiro-Ministro se comporta como — qual foi a expressão? — «santo de pau carunchoso»

*Risos do PS*

O Sr. Deputado deve ter um horror qualquer aos santos, sobretudo os de pau carunchoso. Porque há dois tipos: os santos de pau carunchoso e os que não são de pau carunchoso. Os que não são, V. Ex.ª vai à boa, agora, os que são de pau carunchoso, V. Ex.ª não aceita! V. Ex.ª parece um dardo, uma tempestade, Zeus! Estamos assustados, Sr. Deputado!

*Risos do PS*

Sobretudo, porque, em relação à matéria, V. Ex.ª nada diz! Então, a cimeira sobre o emprego e o crescimento resumiu-se — eu tomei nota — a uma decisão sobre o *part time* e sobre a idade da reforma?

Sr. Deputado, em que galáxia é que estava, ou embevecido com que «santa de pau carunchoso» é que estaria a essa hora para não ter reparado que a cimeira não só virou uma página em relação ao rumo à economia do conhecimento como fixou metas e um sistema de coordenação aberta, que é uma conquista histórica na construção europeia! E V. Ex.ª, no lugar onde está, BE, devia prezar isso e não saltar sobre isso!

Sobre a cimeira, o que V. Ex.ª tem para dizer é nada!

Quanto às manifestações do 1º de Maio, o Sr. Deputado tenta um outro esforço de equilíbrio «demonizante» — que não passa! —, que é transformar-nos num partido ou numa força política que, em relação ao exercício de direitos dos trabalhadores, tivesse outra atitude de que não fosse... O exercício de direitos dos trabalhadores é o exercício normal de direito e, dentro desse exercício e desses limites,

O Sr. Presidente — Agradeço que termine, Sr. Deputado

O Orador — não é objectável! Não é, contudo, transformável em acto do Governo, instantâneo ou automático, num País que tenha um partido responsável à cabeça dos seus destinos!

Portanto, Sr. Deputado, é totalmente falso! Eu gostaria de perguntar se V. Ex.ª está de acordo com a violação de alguns dos limites da lei da greve por parte de elementos do Sindicato Nacional dos Maquinistas dos Caminhos de Ferro Portugueses e se há alguma objecção da sua parte a que o Governo, no quadro da lei, dentro dos limites da lei, exerce os poderes que a Constituição e a lei lhe reconhecem, quando há violação da mesma. É que fazer greve não significa violar a greve, como é suposto V. Ex.ª saber! Este, para nós, é um princípio, do qual não saímos! Pode «berrar» o que quiser!

*Vozes do PS*. — Muito bem!

O Sr. Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda

O Sr. Luís Fazenda (BE) — Sr. Presidente, Sr. Deputado José Magalhães, agradeço-lhe a pergunta e também o esclarecimento de que faço parte da oposição. Teria al-

guma dificuldade em situá-lo mas, depois do seu pré-claro ensinamento.

**O Sr. José Magalhães (PS)** — Os amigos são para isso!

**O Orador** — .. fico perfeitamente esclarecido sobre essa matéria

Sr Deputado, não vou embarcar nesse debate, porque ele é um pouco a imagem da fábula do cão que anda sempre à procura da cauda e que nunca a encontra Não vou por aí!

Quanto aos santos, há-os de todas as condições e qualidades.

**O Sr. José Magalhães (PS)** — É verdade!

**O Orador** — Mas o que o povo português vai descobrindo é que se pode pôr uma cara de santinho e, depois, praticar-se muitas maldades E o Sr Primeiro-Ministro tem sido um especialista, um mestre em *marketing*, em pôr uma cara compungida, em mostrar aquela generosidade, aquela sensação, quase inata, de quem convive com o drama quotidiano, e, depois, ser capaz do realismo mais insensível, ser um burocrata e um governante sem coração E era a isto que eu me referia quando falei em «santos de pau carunchoso» A esse e a outros! Como sabe, eu sou laico, republicano e socialista, mas deixarei isso para outra ocasião.

**O Sr. Paulo Portas (CDS-PP)** — O que é que isso tem a ver com os santos?

**O Orador** — Relativamente à cimeira, toda a imprensa europeia considera como seu vencedor Tony Blair e não António Guterres É uma diferença de «Antónios»! E, de facto, como decisões importantes foram a liberalização das telecomunicações e outras Ninguém encontra a página voltada a que o Sr Deputado alude! Fala-se de indicações, que vão liberalizar e flexibilizar ainda mais o mercado de trabalho e a proteção social

**O Sr. José Magalhães (PS)** — Extraordinário!

**O Orador** — Mas, indo directamente às questões, Sr. Deputado, o que importa saber é o seguinte o Governo vai reabrir o processo negocial para a revisão dos salários na função pública? O Governo vai assumir que prometeu uma meta de inflação que não é atingível? O Governo vai ou não assumir que quer defender o poder de compra dos trabalhadores portugueses?

**O Sr. Manuel dos Santos (PS)** — Vai!

**O Orador** — A questão é essa e não a que me coloco

V. Ex.<sup>a</sup> pode falar de *benchmarking*, pode falar da União Europeia, mas tudo isso é retórica No concreto, o que os trabalhadores querem é saber se o seu poder de compra vai aumentar,

**O Sr. Manuel dos Santos (PS)** — Vai aumentar, vai!

**O Orador** — .. se têm direitos garantidos tanto a nível da segurança social como de outros serviços E esses é que não estão a ser plenamente preenchidos, nem de perto nem de longe, pelo Governo do Partido Socialista

Sr. Deputado, o que se passa em relação à requisição civil dos maquinistas — e vê-lo-emos adiante, nesse debate — é que o Governo decreta, unilateralmente, quais são os serviços mínimos Ora, o Tribunal Constitucional já tinha dito ao Governo de Cavaco Silva que isso era inconstitucional. Não me fale de ilegalidades dos trabalhadores, fale-me, antes, da ausência de diálogo, de um Governo e de administrações com orelhas moucas e de um acto de ilegalidade no decretar desta requisição civil

**O Sr. José Magalhães (PS)** — Que ilegalidade?

**O Sr. Presidente** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Portas

**O Sr. Paulo Portas (CDS-PP)** — Sr Presidente, Sr Deputado Luís Fazenda, não posso deixar de, em primeiro lugar e sem V. Ex.<sup>a</sup> correr o risco de ficar associado a algum pensamento mais conservador, elogiar a sua descrição pictórica do Primeiro-Ministro de Portugal

**Vozes do CDS-PP.** — Muito bem!

**O Sr. José Magalhães (PS)** — Outro com o mesmo problema!

**O Orador** — Depois, quero colocar-lhe uma pergunta sobre a questão da agitação social, que implica fazermos a história das coisas

Começarei por dizer que o Governo cometeu um gravíssimo erro político, social e, a nosso ver, económico, ao proceder ao aumento dos combustíveis nas condições em que o fez, depois de ter mantido o preço da gasolina alto — e os contribuintes sabem-no — quando o petróleo estava baixo e de artificialmente não o ter aumentado quando o petróleo baixou

**O Sr. Manuel dos Santos (PS)** — Não diga isso!

**O Orador** — Agora o petróleo voltou a baixar e o Governo continua a manter o preço da gasolina em alta Ora, como é isto o que o contribuinte sabe, sente-se profundamente revoltado porque o Governo abusa da condição de contribuinte No caso dos combustíveis, é inelutável o que o Governo decidir E como o Governo decide abusar do contribuinte, este revolta-se e com toda a razão

Perante esta revolta, foram convocadas greves, afectando, sobretudo, a área dos transportes e, com particular dimensão, o acesso das grandes zonas metropolitanas às cidades de trabalho — não às cidades-dormitório mas às cidades de trabalho —, o que é o caso, nomeadamente, de Lisboa e do Porto

Essas greves, que incidiram sobre o metro, sobre os autocarros, sobre os comboios, começaram a gerar aquilo a que poderemos chamar um «inferno» para as pessoas, o que era lógico e previsível Portanto, as pessoas, que já demoram uma ou duas horas para chegarem ao seu emprego em Lisboa ou no Porto e que, manhã sim, manhã não, verificam não têm autocarro, que não têm metro, que não têm comboio, começam, evidentemente, a entrar em desespero

O Governo, perante isto, não tomou nenhuma medida de pacificação, quando tinha a obrigação estrita, por ser responsável pelo erro, de tentar pacificar a sociedade, vem agora fazer aquilo que, mais tarde ou mais cedo, seria inevitável, independentemente das discussões jurídicas É

que, como as pessoas estão a sentir que é um inferno o que lhes está a acontecer, sem que tenham culpa alguma — embora respeitem as razões de queixa de quem convoca as greves —, de quem estão a queixar-se profundamente é do Governo, porque este não resolve os problemas. Perante isto, o Governo resolveu decretar a requisição civil, que depois discutiremos se é ou não juridicamente correcta.

Mas de uma coisa eu tenho a certeza quando chegar a hora, o povo português vai fazer uma requisição democrática do Governo, para entregá-lo a quem queira governar e resolver os problemas.

**O Sr Silvio Rui Cervan (CDS-PP)** — Muito bem!

**O Orador** — Portanto, é evidente que o inferno em que está transformada a vida das pessoas que, no Cacém, em Odivelas, em Loures, na Amadora, em Sintra ou em Cascais, querem chegar a Lisboa — para dar apenas este exemplo — para trabalhar e não conseguem...

**O Sr Presidente** — Terminou o seu tempo, Sr Deputado

**O Orador** — vai ter um preço muito alto, porque o responsável último por isso é o Governo, que criou um problema e não contribuiu para pacificar a sociedade portuguesa

*Aplausos do CDS-PP*

**O Sr Presidente** — Para responder, tem a palavra o Sr Deputado Luis Fazenda

**O Sr. Luís Fazenda (BE)** — Muito obrigado, Sr Presidente.

Sr Deputado Paulo Portas, agradeço as suas referências pictóricas, e não só Vindo de onde vêm, elas devem ter um valor acrescido nesta matéria!

*Risos do CDS-PP*

Quanto à questão que colocou, a pergunta é dúbia e parece ter sido dirigida, com a arte que lhe é habitual, para outro lado. O Sr Deputado não atacou nem defendeu a requisição civil

**O Sr José Magalhães (PS)** — Defendeu!

**O Orador** — Falou daquilo que é óbvio, ou seja, do transtorno que as greves causam às populações, mas não o ouvi dizer que defende o direito à greve, não o ouvi condenar o *lock-out*, não o ouvi condenar a requisição civil. Apenas o ouvi transferir para o Governo a respectiva responsabilidade, o que é óbvio e eu já o tinha declarado.

Como tal, só tenho a dizer-lhe que nos mantemos intransigentes na defesa do direito à greve e procuramos a solidariedade da população para com as greves, porque das lutas dos vários sectores e das várias revindicações de direitos é que há uma justiça social acrescida, com que todos ganham, e há, obviamente, o isolamento de uma política do Governo, que é crescentemente anti-social.

Portanto, neste momento, o que exigimos é que o Governo reponha a legalidade no sector ferroviário, até porque não pode, face até a um acórdão do Tribunal Constitucional, decretar uma requisição civil da maneira como o fez. Ao fazê-lo, repetiu algo de pior que se passou no

governo de Cavaco Silva e, como tal, ficará com o ónus dessa realidade

**O Sr José Magalhães (PS)** — Não sei quem é que repetiu o quê?

**O Orador** — Nós, no que nos diz respeito, não nos confundimos. Ficaremos abertamente na defesa do direito à greve e procurando que, cada vez mais, o Governo dê a cara, dialogue, discuta, resolva, que é aquilo que não tem vindo a fazer

Estaremos atentos, porque há outras áreas de conflito emergentes — não certamente os medos que tem o Sr Deputado de que a extrema-esquerda tome conta da polícia, que nem sequer é uma figura pictórica —...

**O Sr Paulo Portas (CDS-PP)** — Mas verdadeira!

**O Orador** — ... e elas têm que ver com a contratação colectiva, o que é gravíssimo na situação portuguesa próxima

**O Sr Presidente** — Srs Deputados, faltam 15 minutos para o final do tempo limite do período de antes da ordem do dia e estão ainda inscritos os Srs Deputados Vitor Peixoto, Machado Rodrigues e Renato Sampaio, para tratamento de assuntos de interesse político relevante

Darei a palavra por esta ordem e, quando chegarmos ao tempo limite, transferirei as inscrições para o próximo período de antes da ordem do dia

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Vitor Peixoto

**O Sr Vitor Peixoto (PS)** — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.<sup>as</sup> e Srs Deputados. Antes de dar início à minha intervenção e dado que se trata da primeira que aqui faço, gostaria de cumprimentar a Mesa da Assembleia da República e, em especial, o Sr Presidente, que muito prezo e admiro como democrata e homem de dimensão humana e intelectual irrepreensível

**O Sr Presidente** — Muito obrigado, Sr Deputado

**O Orador** — Sr Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Deputados. Recentemente, os Deputados do círculo eleitoral de Lisboa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista tiveram a oportunidade de visitar o novo concelho de Odivelas, visita que teve por objectivo último proceder à análise e avaliação *in loco* de alguns dos problemas estruturantes e pendentes do concelho

O conhecimento das prioridades do concelho de Odivelas é uma preocupação nuclear dos Deputados do PS, os quais pretendiam, com a aludida visita, assimilar os problemas existentes, por forma a poderem contribuir, ainda que de forma indirecta, para melhorar a qualidade de vida da população deste concelho

Foram também analisados por este grupo de Deputados alguns projectos e propostas de actuação da Comissão Instaladora do município. Identificaram-se sete grandes áreas de intervenção, que se revelaram fundamentais para o desenvolvimento sustentado do concelho e que decorrem, naturalmente, da necessidade de concretizar as aspirações dos munícipes, da sociedade civil e dos autarcas, que tanto lutaram pela criação deste jovem concelho.

Sr Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Deputados. Considera-se premente e urgente a construção, de raiz, do centro de saúde de Odivelas, em substituição do actualmente exis-

tente, equipamento esse que é de extrema necessidade para os cerca de 60 000 possíveis utentes, justificando por isso uma atenção especial no que respeita às valências

Sr Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Deputados Em vias de arranque estão os arranjos complementares da radial de Odivelas, cujo projecto engloba a execução de rotundas no Senhor Roubado e no cruzamento da Rua Heróis de Chãmita com a Avenida General Alves Roçadas, o arranjo dos espaços inferiores aos viadutos do IC22, a reformulação do nó da Ramada e a construção do acesso do IC22 ao Casal do Monte

A conclusão do nó da CRIL, nas Patameiras, e a beneficiação da EN250 e da EN252 — Odivelas/Caneças — são também intervenções a ocorrer no corrente ano

A EN8 — Odivelas/Loures — requer, ainda, uma atenção muito especial, considerando o seu estado de degradação. Sublinhe-se que, em resposta a um requerimento por mim subscrito, o Ministério do Equipamento Social informou-me que este troço, compreendido entre Odivelas e Loures, foi desclassificado, enquanto estrada afecta à rede nacional, pelo Plano Rodoviário de 1985, tendo em vista a sua posterior integração na rede municipal do concelho de Loures

Verificou-se, ainda, que, no que diz respeito à via em causa, a Câmara Municipal de Loures, de acordo com a Direcção de Serviços Regionais de Estradas de Lisboa, nunca manifestou qualquer abertura para a celebração de um acordo de colaboração, nem, consequentemente, qualquer disponibilidade para receber a estrada

Registe-se que foram cabimentadas verbas, em sede de Orçamento do Estado, para a beneficiação da EN250 e da EN252, sob o impulso do Grupo Parlamentar do Partido Socialista

Todas estas beneficiações revelam-se de extrema importância para a melhoria das acessibilidades e rede diária do concelho

Sr Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Deputados Na área de requalificação ambiental, destaca-se a elaboração de um projecto de reabilitação na zona ribeirinha, que será um *volte-face* em matéria ambiental neste concelho e que conferirá um novo rosto na entrada da cidade de Odivelas

Ao nível desportivo, destaca-se o projecto da Comissão Instaladora, que pretende criar um complexo desportivo municipal na Paiã, o qual inclui uma pista de atletismo, um campo relvado, uma piscina olímpica, quatro campos de ténis e demais infra-estruturas

**Vozes do PS — Muito bem!**

**O Orador** — Ainda no âmbito do sector desportivo, planeia-se a construção de uma piscina municipal na Ramada e de um pavilhão municipal em Odivelas. Estima-se, numa previsão inicial, que os custos ascenderão a 2 384 000 contos

Sr Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados No âmbito da intervenção sócio-habitacional, tiveram ainda os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista a oportunidade de analisar a situação dos moradores do bairro Dr Mário Madeira, sito na Pontinha

Assim, em finais de 1996, num total de 1200 habitações sociais existentes, 400 estavam vendidas, outras 400 foram objecto de contrato-promessa de compra e venda e as remanescentes 400 permaneciam sem ser alvo de qualquer contratualização. Verificou-se, ainda, que, durante mais de cinco anos e meio, entre 1991 e 1996, não foram efectuadas quaisquer escrituras de venda

Congratulamo-nos com o facto de, hoje, a situação ser bem diferente e estar já em vias de conclusão a escrituração das 400 casas que tinham sido objecto de contrato-promessa de compra e venda. Temos consciência de que urge resolver o problema das restantes casas, garantias que obtivemos para este ano, após reunião realizada com os Srs Governador e Vice-Governador Civil de Lisboa

Foi recentemente decidido que os Paços do Concelho se localizarão na Quinta da Memória, decisão, essa, que foi vital para a recuperação desta área integrada no núcleo histórico. Nesses Paços encontram-se reunidas as condições indispensáveis para a criação de um parque verde e de zona de lazer, com bolsas subterrâneas de estacionamento para cerca de 800 viaturas. Ainda nessa área, vão ser construídas uma galeria de exposições, um museu e um auditório, os quais serão financiados através do Programa URBAN.

Por último, gostaria de me referir à decisão histórica do Governo do PS e à intervenção que ficará, sem dúvida, nos anais da história do concelho, dados os benefícios que comportará para Odivelas e todas as freguesias limítrofes. Estou a reportar-me, obviamente, ao metro, o qual modificará, de forma indelével, a vida dos habitantes deste concelho

O arranque formal desta impressionante obra ocorreu no dia 12 de Julho de 1999, na Ameixoeira, e prevê-se que, no início de 2003, as obras estejam concluídas. A primeira fase da obra inclui as estações da Ameixoeira, Lumiar e Quinta das Mouras, a segunda compreende a abertura de um túnel entre a Ameixoeira e Odivelas e a construção de viadutos na Calçada de Carriche e entre o Senhor Roubado e Odivelas

Sr Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Deputados: Não poderia terminar esta intervenção sem me referir ao excelente trabalho e inegável capacidade de diálogo estabelecido entre a Comissão Instaladora do município, os autarcas do concelho e o Governo, parcerias, essas, que têm tido como preocupação nuclear a legítima satisfação das necessidades colectivas das populações

Com efeito, urge encarar o cidadão, na sua relação com o espaço urbano, como sujeito de novos direitos a uma vida com qualidade, ao urbanismo e ordenamento do território, à fruição do espaço e à mobilidade, ao ambiente, designadamente os direitos à natureza e à salvaguarda da paisagem, do ar, da luz e do silêncio, bem como à democratização do acesso à cultura, ao desporto e ao lazer

Sr Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Deputados A gestão municipal do futuro tem que ser necessariamente mais interactiva, englobando escolas, igrejas, associações patronais e sindicais, associações cívicas e outras, pelo que os actuais agentes políticos locais devem estar preparados para serem agentes de mudança, num quadro de democracia avançada e de reconhecimento do policentrismo local. E é precisamente esse o caminho que está a ser trilhado no concelho de Odivelas

*Aplausos do PS*

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares

**O Sr. Bernardino Soares (PCP)** — Sr Presidente, Sr Deputado Vitor Peixoto, julgo entender que as visitas dos Deputados do Partido Socialista, a que o Sr Deputado se referiu, foram as que se realizaram antes da discussão do Orçamento, as quais talvez não tenham tido, ao nível

das propostas do próprio Partido Socialista, o reflexo que as populações de Odivelas gostariam Lembro-me, por exemplo, da questão do centro de saúde de Olival Basto que, a não ser por proposta do PCP, não apareceu equacionado com verba significativa neste Orçamento do Estado

Gostaria de lhe colocar duas questões muito concretas

Quanto ao bairro Dr Mário Madeira, vejo que o Partido Socialista tem mais informação do que os próprios moradores, ou, então, que o Governo Civil não está a dar a informação aos moradores Isto porque o PCP recebeu, há pouco tempo, estes moradores e a informação que eles traziam era a de que nem em relação aos contratos-promessa já celebrados havia a expectativa rápida de celebração das respectivas escrituras — a não ser meia dúzia delas, como vem sendo hábito nos últimos anos — e que, em relação aos que ainda não tinham assinado contrato-promessa, não havia solução, embora o compromisso do Governo Civil fosse sempre o de que todas as casas seriam alienadas aos seus moradores Há, pois, aqui uma diferença de informação que importa salientar

Por último, no que diz respeito à instalação do novo município de Odivelas, porque é disso que se trata, neste caso, gostaria de perguntar ao Sr Deputado se não considera que teria sido muito importante aprovar a proposta do PCP para que o novo município fosse dotado de uma verba própria para a sua instalação e para que isso não decorresse apenas das verbas normais do financiamento das autarquias, que, manifestamente, não são suficientes, tendo em conta o esforço que é preciso fazer para a instalação do novo município

**Vozes do PCP** — Muito bem!

**O Sr Presidente** — Para responder, tem a palavra o Sr Deputado Vítor Peixoto

**O Sr Vítor Peixoto (PS)** — Sr Presidente, Sr Deputado Bernardino Soares, agradeço a possibilidade que me deu de responder às questões que me colocou

No que respeita ao bairro Dr Mário Madeira, quero dizer que é perfeitamente natural que as escrituras não estejam concluídas, considerando que, como sabe e como referi na minha intervenção, no período de 1991 a 1996 não foi feita qualquer escritura e estavam 400 por fazer Obviamente que estas escrituras não se fazem num dia, num mês, num ano Demoram muito tempo, até porque a disponibilidade das entidades que têm esta tarefa, como sabe, não é diária

**O Sr Bernardino Soares (PCP)** — Mas afinal quando é que é?

**O Orador** — Pelo conhecimento que temos, estas escrituras estarão a ser concluídas e só agora é que o Governo Civil está numa fase de poder garantir que as remanescentes casas, que não foram objecto nem de aquisição nem de escrituração, serão adquiridas pelos moradores e escrituradas. Foram essas as garantias que o Srs Governador e Vice-Governador deram ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista

**O Sr Luís Fazenda (BE)** — Aumentando o preço!

**O Orador** — No que respeita ao financiamento do município de Odivelas, Sr Deputado, é muito fácil apresentar aqui uma proposta, em sede de Orçamento do Es-

tado, para poder financiar o município Sabemos que isto está previsto na lei e que é diversa a legislação que prevê não só o apoio técnico como financeiro para os municípios.

O Sr Deputado sabe que sou autarca na freguesia de Odivelas e que o Partido Comunista Português, a propósito desta proposta, já anda a dizer que propôs na Assembleia da República 1 000 000 contos para o financiamento do município e que os restantes partidos.

**O Sr Bernardino Soares (PCP)** — É verdade!

**O Orador** — Mas, Sr Deputado, isto é fácil de dizer! Os senhores apresentam, em sede de Orçamento do Estado, centenas de propostas para badalar nas terras indicadas, a fim de fazerem publicidade!

**Vozes do PS** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr Deputado, o problema é a realidade Não se pode fazer uma proposta «a olho» e a proposta que o Partido Comunista Português apresentou foi uma proposta «a olho» de 1 000 000 contos Então, e os outros novos municípios? Qual é o custo real do financiamento deste município em termos de instalação?

O que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista está a fazer é, em parceria com o Governo Não se esqueça, Sr Deputado, de que foi criado um grupo de trabalho para acompanhar os trabalhos dos municípios de Loures e de Odivelas

Já agora, deixe-me que lhe faça uma recomendação diga à força política que gere a Câmara Municipal de Loures, que, como sabe, é o Partido Comunista Português, que não atrase, como o tem feito, o relatório de partilha, o qual ainda não foi publicado, e que não impossibilite, como o tem feito, de forma clara, o apoio financeiro do Governo,

**O Sr Bernardino Soares (PCP)** — O quê? Isso não é verdade!

**O Orador:** — . o qual tem que ser dado com rigor Esperamos — e o senhor não quer mais do que eu — que esse apoio financeiro seja dado ao município de Odivelas, onde, como já lhe disse, sou autarca.

*Aplausos do PS.*

**O Sr Presidente** — Srs. Deputados, faltam ainda uns escassos minutos para o limite do tempo do período de antes da ordem do dia, pelo que peço ao Sr Deputado Machado Rodrigues que seja o mais sucinto possível.

Tem a palavra, Sr Deputado, para uma intervenção.

**O Sr Machado Rodrigues (PSD)** — Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados: Vengo a esta tribuna para vos falar de Portugal e de portugueses

Da parte de Portugal que corresponde a um dos seis distritos do continente, cujo nível de desenvolvimento é inferior a 75% da média nacional, mas que nem por isso é menos Portugal e que exactamente por isso, e à semelhança do que acontece com a filosofia dos critérios de coesão da União Europeia, deveria ser objecto de medidas específicas e programadas capazes de o fazerm aproximar do nível médio de desenvolvimento do País

Venho falar-vos dos portugueses desse distrito que nem por verem o seu número decrescer à média de 1% por ano, nem por constatarem que a proporção dos mais idosos é cada vez maior, nem por assistirem a que a sua juventude continua a ter que procurar oportunidades de trabalho noutras paragens, são menos portugueses nem têm menores anseios e menos direitos a que, na sua terra, lhes sejam proporcionadas condições de construir o seu futuro

**O Sr. António Capucho (PSD) — Muito bem!**

**O Orador** — Venho falar-vos do rincão português, que é o Nordeste Transmontano e dos portugueses de alma e coração, que são os portugueses do distrito de Bragança

Com uma população de cerca de 150 000 pessoas e um PIB por habitante que não ultrapassa 65% da média nacional, seria necessário, para haver uma convergência de desenvolvimento a atingir num período de 16 anos, o correspondente a quatro legislaturas, que a taxa de crescimento da riqueza no distrito, para um taxa média no País de 3%, fosse da ordem dos 5,7%

Para tal ser conseguido, ou mesmo só tendencialmente lançado, numa região em que o peso do sector primário é ainda muito grande e a presença do secundário é claramente marginal e não tem tradição nem experiência, seria indispensável que medidas específicas e iniciativas integradas e coerentes fossem tomadas, com vista a promover a criação e desenvolvimento de uma forte actividade na área dos serviços, sem prejuízo de haver que salvaguardar e reformular um sector agrícola e agro-alimentar, económica e socialmente importantes.

Seria indispensável, dizia, que medidas especiais fossem tomadas, como, aliás, reconheceu o relatório de apresentação do PNDES, quando mencionava expressamente que a inversão da situação de atraso nas zonas mais desfavorecidas, com tendência para agravamento pelo simples efeito de a riqueza criar mais riqueza e o dinamismo atrair mais dinamismo, implica um novo nível de intervenção pública em programas de desenvolvimento nessas áreas e um novo nível de relacionamento e presença em iniciativas específicas a levar a cabo

Seria indispensável que medidas especiais e excepcionais fossem tomadas, mas não o foram

O Governo de Portugal não as tomou, malgrado as promessas eleitorais feitas e as manifestações de intenção amplamente disseminadas sobre a prioridade à correção das assimetrias regionais, visando um desenvolvimento harmonioso das diversas regiões do País e o reforço da coesão nacional

E o Governo não as tomou nem está a tomá-las, numa altura em que se verificam condições únicas, e que não se prevê que se possam repetir, para a consecução de tais medidas de exceção. Efectivamente, as possibilidades financeiras decorrentes dos meios disponibilizados pelos Quadros Comunitários de Apoio não se vão repetir, nomeadamente em consequência de novas prioridades que o alargamento da União Europeia acarretará e a contribuição das receitas das privatizações, para atenuar os indesejáveis desequilíbrios das contas públicas, não é indefinidamente obtinível

**O Sr. Guilherme Silva (PSD) — Muito bem!**

**O Orador** — E se esta constatação geral é, já de si, suficiente para a extrema preocupação e desapontamento para as gentes do distrito de Bragança, como será para outros, algumas atitudes e factos recentes fazem temer

estarmos perante uma secundarização, de facto, dos interesses e do futuro das populações das regiões menos desenvolvidas

**Sr Presidente. Sr as e Srs Deputados** Ao distrito de Bragança tem estado associada a imagem de uma zona pouco desenvolvida e distante dos grandes centros

Para Portugal é uma periferia e está fora dos grandes eixos de ligação à Espanha e à Europa

As gentes do distrito que acalentam, desde há muito, a esperança de ultrapassarem essa imagem e essa situação, ao verem concretizar-se rapidamente a auto-estrada espanhola da Rias Bajas, que, a partir de Vigo, bordeja a fronteira norte de Portugal, passa a escassos 30 km de Bragança e se prolonga para as grandes vias ibéricas e europeias, ansiaram, de imediato, que, nesses 30 km, se fizesse uma ligação também por auto-estrada

Já visualizavam, e bem, que, com a construção dessa curta ligação, o seu distrito passaria a ser, de facto, o centro geográfico de uma vasta área da Península Ibérica com mais de 15 milhões de habitantes em que, a distâncias de menos de 200 Km, ou seja, a cerca de duas horas, estaria a costa atlântica portuguesa e espanhola, a costa cantábrica e vastas regiões, não só de Portugal, como das regiões espanholas da Galiza, das Astúrias e de Castilla y Léon

E já pressentiam, e bem, que, nesta nova condição, estariam criadas as bases para um grande impulso de desenvolvimento no distrito. Porque as vias de comunicação são propiciadoras de progresso, certamente, mas também porque seria então possível que as condições naturais no distrito fossem aproveitadas com cuidado, sabedoria e eficácia para o fomento da riqueza e do bem-estar das suas gentes, através da criação de um destino turístico de grande qualidade

Na realidade, o distrito é enquadrado por uma verdadeira moldura de «ouro», com o Parque Natural de Montesinho, a norte, o Parque Natural do Douro Internacional, a leste, e o rio Douro e o Parque Arqueológico do Côa, a sul

Estes bens naturais e todas as outras características positivas em que o distrito é pródigo não são, não podem ser, santuários invioláveis e não utilizáveis. Têm que ser postos ao serviço das pessoas e por elas utilizáveis com preservação da sua qualidade e da sua perenidade, por forma a que as gerações futuras deles possam também usufruir

Pressentiam as gentes do distrito de Bragança que uma nova actividade económica para a região se poderia estar a desenhar, ainda para mais uma actividade relativamente à qual todos os estudos a qualificam como de grande crescimento futuro e que, por atravessar horizontalmente todos os aspectos da vida da sociedade, tem todas as condições para provocar o desenvolvimento harmônico

E achavam as gentes do distrito, e bem, que, até do ponto de vista do equilíbrio territorial do País, a ligação do IP2/IP4 à Puebla de Sanabria, por auto-estrada, tinha de ser feita

Pois, se no extremo Noroeste do País, já havia uma ligação, em Valença, e no extremo Sudeste outra existe, em Vila Real de Santo António, ambas por auto-estrada, e como o extremo Sudoeste de Sagres já cumpriu a sua missão de dar novos mundos ao mundo, restava respeitar a harmonia da rosa-dos-ventos e o equilíbrio do País, construindo rapidamente a ligação no Nordeste

Toda a gente assim o sentia. Assembleias municipais, associações empresariais, órgãos de comunicação social e

outras entidades sublinharam a importância sócio-económica da obra

Na campanha para as eleições de Outubro de 1999, todos os partidos políticos concorrentes no distrito tomaram compromissos de, na oposição, se baterem pela obra e, no Governo, fazerem com que se realizasse

A Comissão de Coordenação da Região Norte recomendou os estudos de traçados alternativos da auto-estrada a construir e foram equacionadas, com a participação da Câmara Municipal e do Instituto Politécnico de Bragança, soluções com minimização dos impactes ambientais

Em 25 e 26 de Janeiro, realizou-se, em Salamanca, a Cimeira Luso-Espanhola

Juntamente com o Sr Deputado Adão Silva, solicitei ao Sr Primeiro-Ministro que procurasse, nessa Cimeira, estabelecer um acordo definitivo e calendarizado para a construção desta auto-estrada. O Sr. Primeiro-Ministro mandou informar-me que, ao assunto, fora prestada a melhor atenção Responsáveis locais do Partido Socialista fizeram declarações públicas de que o acordo teria sido estabelecido

Em sessão da Comissão de Economia, Finanças e Plano desta Assembleia, na última semana de Fevereiro, o Sr Ministro do Equipamento Social informou-me que ele próprio e o seu homólogo espanhol tinham decidido constituir uma comissão mista para estudar o processo

Súbita e inesperadamente, em 7 de Abril passado, o Sr Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território dá uma entrevista numa rádio e declara pomposamente que acaba de «excluir da agenda política» quatro matérias

O Sr Ministro, de supetão, decidiu excluir da agenda política a ligação por auto-estrada entre Bragança e Puebla de Sanabria

Não pode ser

Vozes do PSD — Muito bem!

**O Orador.** — Não é admissível, e muito menos aceitável, que um projecto que concentra os anseios e esperanças da população do Nordeste, um projecto oficialmente caracterizado como objecto de estudo para encontrar as melhores soluções que o viabilizem, seja, súbita e inesperadamente, eliminado e abandonado

Não é admissível, e muito menos aceitável, que o Governo «meta no mesmo saco», o «saco» das eliminações da agenda política, assuntos de consequências tão dispares como uma nova travessia do Tejo, entre Algés e Trafaria, que, a somar às três já existentes na Área Metropolitana e às quarta e quinta já programadas, se não se faz aí, noutro sítio se fará, por ponte ou por túnel, por ferrovia ou por estrada, ou pelos dois meios, conforme a experiência tem mostrado

Não é admissível que «meta no mesmo saco» o traçado de auto-estrada para o Algarve, que, se é eliminada da zona da Ribeira da Quarteira, se faz um ou dois quilómetros ao lado

Não é admissível que «meta no mesmo saco» o traçado de uma estrada na zona de Alfarelos, facilmente substituível por outro acesso, numa zona de grande densidade de vias alternativas e, ainda, que meta nesse «saco» a ligação por auto-estrada às Rias Bajas que, pura e simplesmente, ou se faz ou não se faz

Não é admissível, e muito menos aceitável, que o Governo eliminate um projecto estruturante e essencial para a região e liquide a possibilidade que com ele se abriria

de transformar a excentricidade penalizante numa centralidade prometedora, sem, pelo menos e ao mesmo tempo, dizer qual é a nova estratégia que se oferece ao Nordeste Transmontano

Não é admissível, e muito menos aceitável, que, relativamente a uma das zonas mais desfavorecidas do País, o Governo actue pela negativa, mostre lamentável capacidade de decisão em eliminar possibilidades de desenvolvimento e seja incapaz de equacionar, decidir e concretizar, como seria seu dever, iniciativas positivas ou, pelo menos, alternativas claras ao que elimina

O Sr António Capucho (PSD) — Muito bem!

**O Orador** — E tudo isto se passa relativamente a uma região em que o Primeiro-Ministro em funções, ainda no anterior governo, anunciou bombasticamente e cito, «vamos pôr Bragança no mapa»

Vozes do PSD — É só promessas!

**O Orador.** — É certo que estamos habituados às paixões políticas repentinas do Sr Primeiro-Ministro. Também neste caso, o entusiasmo de S Ex<sup>a</sup> se confunde, Sr Presidente, com aquele fado de Coimbra que diz que «o amor de estudante não dura mais que uma hora»

O Sr Presidente — Dura, dura, Sr Deputado! Veja só que o meu já dura há quase meio século!

Risos

**O Orador** — As exceções confirmam a regra. Sr Presidente!

As suas populações têm o direito de ser tratadas de forma radicalmente diferente da que se vem verificando

O Governo tem de dizer, com clareza e rapidamente, se, como parece legítimo depreender de situações recentes, entre as quais menciono a redução efectiva do volume dos investimentos programados em PIDDAC para 2000 relativamente a 1999, a eleição do distrito como o único do País não abrangido pela rede pública de auto-estradas programadas, a eliminação do distrito, conjuntamente com o de Vila Real, da rede de gás natural, por gasoduto, a não inclusão de concelhos da Terra Fria Transmontana em qualquer programa no âmbito do PDR, as hesitações, reticências e dilações sobre o aproveitamento estruturante do Baixo Sabor, e, agora, a eliminação da agenda política da ligação de Bragança às grandes vias ibéricas e europeias

O Governo tem de dizer se o desenvolvimento do distrito de Bragança também foi eliminado da sua agenda política

O Sr Manuel Moreira (PSD) — Muito bem!

**O Orador** — E se disser que não, tem de dizer, com clareza e rapidamente, qual é, afinal, a estratégia que tem para o Nordeste Transmontano e que iniciativas, programas e investimentos vai promover e realizar para compensar as múltiplas decisões negativas que tem tomado

Os anseios das populações do distrito de Bragança, como dos outros distritos menos desenvolvidos, não podem continuar a ser ignorados e as expectativas não podem continuar a ser frustradas

Aplausos do PSD.

**O Sr Presidente** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado Alexandre Chaves

**O Sr Alexandre Chaves (PS)** — Sr. Presidente, Sr Deputado Machado Rodrigues, corre-nos na alma o privilégio de sermos transmontanos e durienses

Trás-os-Montes e Alto Douro foi um espaço bem diferenciado do todo nacional, tem sido um espaço esquecido, se quiser, mal olhado por todos os governos. Foi sempre um espaço de vida difícil, de gente arreigada à sua terra, quase sempre, como nós próprios, obrigada a partir dela para ganhar a vida noutras sítios, embora dilacerados pela saudade, como acontece connosco.

Trás-os-Montes e Alto Douro, Sr Presidente, Srs Deputados, precisa, merece, exige solidariedade do todo nacional, porque sempre nós, transmontanos, damos tudo à Pátria e ao País

Os tempos de hoje também terão de tornar-se tempos de esperança para Trás-os-Montes e Alto Douro. O reforço do poder local a nível financeiro, os investimentos previstos a nível do III Quadro Comunitário de Apoio, os programas operacionais regionais, o plano regional para o emprego em Trás-os-Montes e Alto Douro e os investimentos previstos no PIDDAC são sinais, são indicadores, são oportunidades, para dar corpo à satisfação das necessidades de desenvolvimento que os transmontanos e durienses há anos ambicionam.

Sr Deputado Machado Rodrigues, comungo algumas das preocupações que referiu, mas não algumas acusações que fez a este Governo em relação a Trás-os-Montes. É que V Ex<sup>a</sup> esqueceu as responsabilidades do governo do seu partido que não merece ser poupado a críticas pela ausência de discriminação positiva com que nos tratou.

Nós, transmontanos, porque já não somos muitos, temos o dever de unir esforços para o futuro próximo. Não basta tão-só suscitar os problemas, é necessário dar-lhes uma resposta adequada.

Sr. Deputado e meu caro amigo, não vamos agora culpabilizar os governos, vamos começar a culpabilizar-nos a nós próprios, se não formos capazes de aproveitar as oportunidades de desenvolvimento que nos são oferecidas pelo III Quadro Comunitário de Apoio.

Assim, pergunto a V Ex<sup>a</sup> se está disponível para ajudar a criar essa nova dinâmica de desenvolvimento de que Trás-os-Montes precisa e para a qual nós, transmontanos, também temos de dar uma ajuda.

#### *Aplausos do PS*

**O Sr Presidente** — Tem a palavra o Sr Deputado Machado Rodrigues, para responder

**O Sr Machado Rodrigues (PSD)** — Sr Presidente, Sr Deputado Alexandre Chaves, muito obrigado pelas suas perguntas. Deixe-me cumprimentá-lo, como bons transmontanos que somos, e dizer-lhe que tenho a certeza de que todos queremos pugnar pelo mesmo fim, que é o da tarefa difícil de recuperar anos e anos de esquecimento.

Respondo-lhe, começando por centrar-me na parte cuja resposta o Sr Deputado pensaria que, porventura, iria causar-me maior dificuldade, a relativa ao que outros governos fizeram. Ora, não tenho qualquer dificuldade em responder-lhe.

Devo dizer-lhe que sempre achei que nem tudo foi feito e também digo, com muita sinceridade — e tenho-o dito várias vezes, em vários sítios —, que, por exemplo, a di-

ferença temporal verificada entre o lançamento do IP5 e o do IP4 constituiu um motivo forte para que, numa época em que havia alguns processos de desconcentração industrial, não se tivesse verificado em Trás-os-Montes o mesmo dinamismo que ao longo da Beira Alta. Não tenho qualquer dificuldade em admitir isto.

No entanto, devo dizer, em abono da verdade, que os governos anteriores tinham uma prioridade absoluta que era a de pôr a funcionar a máquina económica do País a fim de criar a dinâmica que viesse a permitir, em seguida, corrigir as assimetrias e pôr os meios do País ao serviço dos mais desfavorecidos e das zonas menos desenvolvidas.

#### **Vozes do PSD — Muito bem!**

**O Orador** — Nessa altura, há 12, 14, 15 anos, não podia fazer-se tudo ao mesmo tempo, havia que criar uma dinâmica de desenvolvimento e que pôr a funcionar a máquina económica do País. Ao dizer isto — e faço-o com toda a sinceridade —, nada obsta a que sejam comuns os nossos anseios de que se façam mais coisas e mais depressa.

Quanto à minha disponibilidade em colaborar em tudo o que seja para o bem da minha terra, é total.

Relativamente ao que referiu sobre o que tem estado a ser feito, incluindo a nível do QCA, do PIDDAC, etc., quero fazer uma observação.

Distingo com inteira clareza — e penso que distingo bem — o que são medidas e investimentos correspondentes à satisfação da dignidade de vida das populações e dos seus anseios básicos. Esse é um nível. O outro nível é o daquilo que é preciso fazer para eliminar obstáculos ao desenvolvimento. Se, no primeiro, incluo todas as iniciativas relativas à terceira idade, à infância, à doença, à educação, no segundo, incluo o que constitui a eliminação de obstáculos, através da criação de acessibilidades, de meios energéticos postos à disposição das iniciativas económicas e das populações, com organização administrativa, que é fundamental para não impedir o desenvolvimento.

Mas, quanto a mim, há, ainda, um terceiro nível que não encaixa em nenhum dos que citei, porque os dois, nomeadamente o segundo, são condições necessárias ao desenvolvimento mas não são condições suficientes. É por isso que digo que, nas regiões menos desenvolvidas, para que o seu ritmo de crescimento seja muito superior ao da maioria do território, tem de haver iniciativas concretas e envolvimento directo do Estado para que possa ter lugar uma nova dinâmica económica.

#### *Aplausos do PSD*

**O Sr Presidente** — O Sr Deputado Renato Sampaio estava inscrito para uma intervenção no período de antes da ordem do dia de hoje. No entanto, devido ao adiantamento da hora, fica desde já inscrito para intervir na próxima sessão em que houver período de antes da ordem do dia.

Srs Deputados, terminámos o período de antes da ordem do dia.

*Eram 17 horas e 25 minutos*

#### **ORDEM DO DIA**

**O Sr Presidente** — Srs Deputados, vamos dar início à discussão conjunta, na generalidade, dos projectos de lei

nº 90/VIII — Pensões degradadas da Administração Pública (Deputado do PSD Arménio Santos), 112/VIII — Pensões degradadas da Administração Pública (BE), 148/VIII — Actualização das pensões degradadas da função pública (PCP) e 162/VIII — Lei de uniformização das pensões da função pública (CDS-PP)

Para apresentar o projecto de lei nº 90/VIII, tem a palavra o Sr Deputado Arménio Santos

**O Sr Arménio Santos (PSD)** — Sr Presidente, Srs Deputados. As questões relativas às pensões de reforma devem merecer da nossa parte a maior sensibilidade e o mais elevado sentido de justiça, porque estão em causa pessoas que deram o seu valioso contributo à sociedade e já deixaram a vida activa

No caso dos funcionários aposentados da Administração Pública, tem-se adiado sucessivamente a correcção das desigualdades que, ao longo dos anos, foram resultando das modificações introduzidas no seu estatuto remuneratório

Com a implementação do Decreto-Lei nº 353-A/89, de 16 de Outubro, que estabelece o novo sistema remuneratório da função pública, há pessoas que se aposentaram em 30 de Setembro de 1989 e que, hoje, recebem menos de metade da pensão de reforma do que outro aposentado da mesma categoria e do mesmo escalão que passou à reforma um dia depois

Isto porque, não tendo havido medidas correctivas adequadas à aplicação do novo sistema remuneratório, criaram-se situações de injustiça que alargaram o fosso entre as pensões dos aposentados que passaram à reforma antes e após Outubro de 1989. Esta situação não é justa, é insustentável, e não podemos fechar-lhe os olhos. Pôr termo às pensões degradadas dos funcionários públicos aposentados antes de Outubro de 1989 é um imperativo moral e político e que não pode ser adiado.

A Assembleia da República já por diversas vezes se pronunciou sobre esta questão, tendo mesmo legislado sobre a matéria relativamente aos educadores de infância e aos professores, através da Lei nº 39/99, de 26 de Maio, que indexou as pensões de aposentação dos funcionários docentes a 70% dos salários dos funcionários no activo.

A recuperação das pensões degradadas dos funcionários públicos não docentes não foi englobada nessa lei, com base no receio de que os custos daí resultantes fossem de difícil sustentabilidade financeira.

Mas os estudos feitos pelo Governo para dar concretização à Lei nº 39/99, na área dos docentes, mostram que não havia razões para o seu alarmismo nem para os números astronómicos que inicialmente avançou, como se prova pelos 10 milhões de contos que orçamento para este ano, na Caixa Geral de Aposentações, para recuperação daquelas pensões.

Recentemente, chegou ao nosso conhecimento um documento da Caixa Geral de Aposentações, com data de Outubro de 1999, através do qual se constata que dos cerca de 150 000 aposentados antes de Outubro de 1989, apenas cerca de 6000 se encontram ainda com pensões escandalosamente degradadas. Isto porque, entretanto, 85 000 viram as suas reformas actualizadas através de diplomas específicos e 46 000 já faleceram, entre 1989 e 1999.

Com base nesse documento da Caixa Geral de Aposentações, estudámos os números e consideramos que os aumentos das pensões degradadas, feitos nos termos que o Partido Social Democrata propõe, não desestabilizam a situação financeira da Caixa Geral de Aposentações e podem dar a resposta desejada às injustiças que se abatem sobre esses aposentados.

Do estudo desses dados, Sr Presidente, Srs Deputados, estimam-se como valores anuais globais dos aumentos, nos cinco anos da sua aplicação, os seguintes montantes no primeiro ano, cerca de 5 milhões de contos, no segundo ano, 5,5 milhões de contos, no terceiro ano, cerca de 6 milhões de contos, no quarto ano, cerca de 6,5 milhões contos, e, no quinto ano, cerca de 7 milhões de contos.

Em resumo, os aumentos que propomos para os reformados da função pública atingem 5 milhões de contos no primeiro ano de aplicação, sucessivamente acrescidos, nos quatro anos seguintes, até cerca de 7 milhões de contos, valor que permaneceria constante nos anos subsequentes se não fosse a inevitável extinção progressiva do número de pensionistas.

Assim, com o projecto de lei nº 90/VIII, o Partido Social Democrata propõe, sem encargos excessivos e salvaguardando a estabilidade financeira da Caixa Geral de Aposentações, a actualização das pensões degradadas, faseada por cinco anos e até 70% da remuneração dos funcionários no activo da categoria e escalão correspondentes.

Mais se propõe que os aposentados que tenham completado ou venham a completar 75 anos de idade tenham acesso imediato à percentagem máxima prevista no projecto de diploma, ou seja, 70% da remuneração base dos funcionários no activo.

No essencial, pretendemos que as disposições da Lei nº 39/99, aplicadas aos educadores de infância e ao corpo docente, sejam também aplicadas aos restantes pensionistas da função pública. Em nossa opinião, não é razoável nem sério que haja, por parte do Governo, desculpas para adiar esta medida de justiça social que só peca por tardia e que é um escândalo se não for assumida nesta Casa por todos e de forma solidária.

Sr Presidente, o que está aqui em causa é saber se temos vontade política e se vamos ou não resolver este problema de grave injustiça.

O PSD está disponível para, em conjunto com todas as bancadas parlamentares, a começar pelo Partido Socialista, encontrar um texto que, visando os objectivos que pretendemos, mereça o consenso e o apoio do Parlamento.

Lembramos, Sr. Presidente, que, na votação da Lei nº 39/99, o Partido Socialista declarou que reconhecia justeza na correcção das pensões degradadas, mas que, por razões de risco de constitucionalidade, se abstinha na especialidade, como já o havia feito na generalidade.

O Sr Provedor de Justiça, também na altura, numa recomendação, suscitou dúvidas quanto à constitucionalidade daquela lei, exactamente por ela não abranger todos os aposentados funcionários públicos.

Pois bem, não vamos protelar mais esta questão. Estamos todos de acordo de que é necessário e imperativo tratar todos por igual e de que não é digno haver aposentados de primeira e aposentados de segunda, uns com os seus direitos respeitados, e bem, outros, ignorados.

Seria incompreensível e imperdoável que os resultados deste debate fossem bloqueados pela insensibilidade e birra do Governo ou por táticas partidárias. Seguramente que estamos todos de acordo com o alto alcance humano, social e moral que representa a resolução deste problema, que só significa, honra e enaltece este Parlamento.

Ora, é em nome desses valores, da justiça social e do designio constitucional da igualdade de tratamento para todos, que a todos é devida, que pedimos o apoio dos

Srs Deputados para que a esperança se torne realidade também para os aposentados até aqui esquecidos

*Aplausos do PSD e do CDS-PP*

O Sr Presidente — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Sílvio Rui Cervan

O Sr Sílvio Rui Cervan (CDS-PP) — Sr Presidente, Sr Deputado Arménio Santos, todos nós sabemos que este é, nesta Casa, um tema já recorrente e queria dizer-lhe, em nome da bancada do Partido Popular, porque há várias iniciativas, que não aceitamos que não haja a coragem política de assumir as responsabilidades políticas sobre todos os diplomas que aqui estão em debate. Nós votaremos todos os diplomas que estão, hoje, em debate

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador. — Portanto, não há, em nosso entender, nem baixas à respectiva comissão sem votação, nem fugas ou irresponsabilidades que permitem que o discurso e a prática sejam completamente dispares

Vozes do CDS-PP e do PSD — Muito bem!

O Orador — Sr. Deputado Arménio Santos, eu queria que V. Ex.<sup>a</sup> fizesse uma apreciação relativamente a um projecto de lei, que aqui foi discutido, sobre esta mesma questão, da iniciativa do Partido Socialista, que, à época, nos dizia o seguinte: «O problema 'comezinho' que discutimos é o da justiça social, o da equidade ( )» e, mais, que não era só de solidariedade social que se tratava, era de moralidade. E mais, ainda: «Nem sequer temos de ser considerados heróis ou corajosos por tomarmos a iniciativa de fazermos meia dúzia de alterações que apenas fazem justiça a quem muito mais mereceria, até porque não se pode voltar atrás e restituir a esta gente o tanto que o Estado lhes deve». Mas mais diziam ainda, à época, os socialistas, então diferentes: «Temos que assumir a nossa responsabilidade porque senão o Estado é imoral e adia-se uma resolução que é absolutamente inevitável»

O Sr Manuel dos Santos (PS) — Grandes palavras!

O Orador — Sr Deputado, também nós entendemos que a injustiça é gritante e que urge repará-la. Mas, Sr. Deputado, o Partido Socialista está a tentar reparar esta injustiça da pior forma.

O Sr. Manuel dos Santos (PS) — Por isso é que vão receber!

O Orador — que é esperando que, dia após dia, semana após semana, mês após mês, mais aposentados possam morrer

O Sr Manuel dos Santos (PS) — Não é verdade!

O Orador — ... para que menor seja o peso que têm na sua consciência e para que menor seja o encargo financeiro para assumir as suas responsabilidades.

Vozes do CDS-PP. — Muito bem!

O Orador — quando têm de as assumir e não uma fuga para a frente absolutamente inaceitável!

*Aplausos do CDS-PP*

Sr. Deputado, queria a sua consideração sobre esta mudança de posição absolutamente inaceitável.

*Protestos do PS*

.. até porque foi com base nesta posição assumida pelo Partido Socialista que este Partido Socialista teve a maioria que, hoje, tem nesta Câmara

*Aplausos do CDS-PP*

*Protestos do PS*

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr Deputado Arménio Santos

O Sr Arménio Santos (PSD). — Sr. Presidente, Sr Deputado Sílvio Rui Cervan, muito obrigado pelas questões que me colocou

Eu parto do princípio de que o Partido Socialista, que teve essa postura em 1989, quando ainda estava — supomos nós — na oposição, honre esses compromissos assumidos, aqui, no Parlamento, mas também que honre os compromissos, bem mais recentes é que, em 1999, o Partido Socialista não teve a coragem de votar a favor da Lei n.º 39/99 e a razão que, na altura, invocou foi a de que tinha receio de que esse diploma pudesse estar viciado de inconstitucionalidade

Ora, as iniciativas legislativas que o PSD, o PP, o PCP e o BE aqui apresentam, todas elas convergentes, coincidem num ponto exactamente o de superar esse obstáculo de inconstitucionalidade que esteve na base da abstenção do Partido Socialista

Portanto, nós não acreditamos que o Partido Socialista — que teve uma posição, no ano passado, em que já era Governo, baseada num motivo que pode ser arredado com estas nossas propostas —, agora, não aproveite esta ocasião exactamente para ser coerente e votar favoravelmente

O Sr Presidente — Terminou o tempo de que dispunha, Sr Deputado

*O Orador — Terminei já, Sr Presidente*

Nós acreditamos que o Partido Socialista não fala só na injustiça social, nos reformados e naqueles que são vítimas do esquecimento em alturas eleitorais e que às palavras associa os actos concretos

É nesse espírito que convidamos, e desafiamos, o Partido Socialista a assumir aqui as suas responsabilidades e estamos disponíveis para, em sede de comissão, aceitarmos todas as alterações que o Partido Socialista queira introduzir ao nosso diploma

O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP) — Este ano não há eleições!

O Orador — para que o objectivo que pretendemos seja alcançado e de acordo com a posição que o Partido Socialista também entender assumir, associado a nós

*Aplausos do PSD*

O Sr Presidente — Para apresentar o projecto de lei n.º 112/VIII, tem a palavra ao Sr. Deputado Francisco Louçã

O Sr Francisco Louçã (BE) — Sr Presidente, Srs Deputados. Há poucos factos incontrovertíveis na política, mas, hoje, discutimos um deles — as pensões degradadas da função pública constituem uma injustiça social e, como acabou de o referir o Sr Deputado Arménio Santos, a propósito do projecto de lei de que, na altura, a sua bancada foi autora, uma relação unconstitutional foi então estabelecida

Ora, a degradação das pensões de aposentação dos funcionários públicos acentuou-se, apesar de várias leis terem tratado deste assunto, e pode mesmo dizer-se que, em grande medida, por causa desses dispositivos legislativos — o Decreto-Lei n.º 184/89, de 2 de Junho, e o Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro

Em 1991, o governo de então assumiu uma tímida recuperação dessas pensões, mediante uma actualização anual superior à atribuída ao pessoal não activo. E fez bem! Mas a injustiça fundamental, essa, ficou por resolver e é essa injustiça que nos tem interpelado desde então e que está aqui, hoje, em discussão para que decidamos, porque a injustiça se tem mantido e, nesse sentido, as correcções verificadas estão muito longe de corrigir os desfasamentos, que temos que criticar e alterar

O próprio Provedor de Justiça fez várias recomendações ao Governo, alertando, precisamente, para a unconstitutionalidade, ilegalidade, ilegitimidade e injustiça incluídas nas leis que estão em vigor e, quando se discutiu aquilo que veio a ser a Lei n.º 39/99, sobre actualização das pensões da carreira docente (ou seja, educadores de infância, professores do ensino básico, secundário e superior, do ensino público e particular), que previa justamente a indexação faseada, pelo período de cinco anos, das suas pensões até 70% da remuneração base dos funcionários do activo, o Provedor de Justiça criticava — e, correctamente! — essa orientação, porque era necessário, já então (em 1989), estender esta medida

Dizia, então, o Provedor de Justiça «Entendo que as razões que subjazem à iniciativa legislativa dessa Câmara, tomada quanto a uma carreira específica, no universo dos subscritores da Caixa Geral de Aposentações, são exactamente as mesmas que estiveram na base da aludida recomendação Esta, porém, não se refere a um grupo de aposentados, mas à generalidade das carreiras da função pública...». Era isto que dizia o Provedor de Justiça, numa carta dirigida ao Presidente da Assembleia da República, a propósito do debate de 1989

E completava o Provedor de Justiça «Na verdade, os desfasamentos ocorridos ao nível das pensões de aposentação com a entrada em vigor do Novo Sistema Remuneratório verificam-se na generalidade das carreiras da função pública»

É por isso que a Lei n.º 39/99, que foi aprovada num Parlamento de maioria PSD, cometia três erros (um dos quais o da unconstitutionalidade, que aqui foi apontada) — não resolvia a situação generalizada de degradação das pensões; não indexava as pensões aos salários no activo, como refere o Estatuto da Aposentação, e era discriminatória em relação ao pessoal não docente — o seu principal erro e a origem da unconstitutionalidade que foi aqui referida. E isso conflita com o princípio constitucional, fundamental, da igualdade de tratamento

Nesta perspectiva, o Provedor de Justiça considerou que a lei tratou «não só de estabelecer um regime de indexação...» — parcial, como disse — «...mas sobretudo de corrigir pontualmente as injustiças de que alguns docentes foram, de facto, vítimas com as alterações ao esta-

tuto da carreira docente e com o regime de condicionamento da progressão na carreira»

Mas completava o Provedor de Justiça, mais uma vez com razão, que este princípio «deve aplicar-se, por razões de equidade, com o mesmo factor de correção para todas as pensões (...)», sem exceção

Pelo princípio constitucional da igualdade de tratamento e pelo cumprimento do Estatuto da Aposentação, porque queremos corrigir as injustiças cometidas em relação aos aposentados da função pública, o Bloco de Esquerda sugeriu um projecto de lei que está agora em discussão

Este projecto de lei define um regime de actualização das pensões de aposentação da Administração Pública, aplica-se a todos os funcionários públicos já aposentados ou que vierem a aposentar-se a partir da data da entrada em vigor deste diploma e tem três princípios fundamentais que estão submetidos à discussão do Plenário: prevê, em primeiro lugar, a actualização anual das pensões, sendo automaticamente actualizadas na mesma proporção do aumento das remunerações dos funcionários no activo; prevê, em segundo lugar, a recuperação das pensões degradadas, equiparando, no caso dos funcionários aposentados até dia 1 de Outubro de 1989, as suas remunerações às dos funcionários na activo, na categoria e no mesmo escalão, de acordo com o Estatuto da Aposentação em vigor, e introduz, também, uma cláusula do regime especial na carreira docente, em relação aos educadores de infância e professores aposentados entre 1 de Outubro de 1989 e 31 de Dezembro de 1991, por causa do regime de condicionamento de progressão na carreira então vigente e que se lhes aplicou, impedindo-os de aceder ao escalão correspondente no topo da respectiva carreira, mas que são considerados como se o tivessem atingido

Naturalmente, a partir desta discussão, queremos manifestar a nossa disposição de viabilizar todos os projectos de lei apresentados para que, em sede de especialidade, sejam discutidas as suas consequências, o seu financiamento e o seu desenvolvimento através de uma iniciativa conjunta desta Câmara

Não cometerei a crueldade de citar declarações anteriores de dirigentes e porta-vozes do Partido Socialista nesta matéria, pela simples razão de que teria de dizer que concordava com todas essas declarações, apelando à correcção destas injustiças e da unconstitutionalidade, que — temos de reconhecer — se mantém em vigor

Direi somente à bancada do Partido Socialista, com o espírito de diálogo que sempre trazemos a esta Casa, e a todas as outras bancadas, que a política, muitas vezes, serve para tornar o mais obscuro possível aquilo que é simples. Se a política puder mostrar que é simples o que é simples, que é complexo o que é complexo e que é verdade o que é verdade, então, talvez tenhamos um bom critério para perceber que neste debate há uma injustiça gravíssima por resolver, que está nas nossas mãos começar a ajudar a resolvê-la e que temos a obrigação política — porque disso trata a política que nos elegeu — de corrigir essa injustiça a partir de agora

#### *Aplausos do BE*

O Sr Presidente — Para fazer a apresentação do projecto de lei n.º 148/VIII, de que o Grupo Parlamentar do PCP é autor, tem a palavra o Sr Deputado Lino de Carvalho

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Sr Presidente, Srs Deputados. Este é um debate que deveríamos estar

dispensados de fazer, porque a questão que está na sua base já há muito deveria ter sido resolvida por iniciativa do Governo

**Vozes do PCP.** — Muito bem!

**O Orador** — Quem afirma, como o Partido Socialista, governar com «sensibilidade social» não pode permitir a continuação de uma situação a todos os títulos injusta e injustificável.

A questão é por demais conhecida e o Governo tem pleno conhecimento e consciência dela com a aprovação e entrada em vigor do novo sistema remuneratório dos trabalhadores da Administração Pública em 1989, as valorizações salariais daí resultantes só se reflectiram nas pensões atribuídas a partir de Outubro de 1989. Todos os aposentados antes daquela data ficaram com pensões calculadas com base na anterior grelha remuneratória e sem indexação ao aumento dos trabalhadores no activo.

É um universo de cerca de 40 000 pensionistas que, nalguns casos, para a mesma função, categoria profissional e anos de contribuições, estão a receber pensões com valores que, nalguns casos, correspondem a menos de metade dos que tiveram a sorte de se aposentar após Outubro de 1989.

O PSD veio aqui afirmar, e bem, que este é um problema de injustiça que importa resolver. Só é pena que o PSD não se tivesse lembrado desta situação quando elaborou a lei, de que é responsável pela injustiça que criou!

**Vozes do PCP** — Muito bem!

**O Orador** — De qualquer modo, bem-vindos a este combate, bem-vindos a esta reparação da injustiça, embora tardivamente.

Calcula-se, Sr Presidente e Srs Deputados, que cerca de 20% daqueles pensionistas estejam com um valor médio de pensão inferior a metade do salário mínimo nacional e que metade daqueles 40 000 não cheguem ao salário mínimo nacional. Segundo os nossos dados, estes são, pois, uns valores um pouco superiores àqueles que o Sr Deputado Arménio Santos aqui trouxe.

Estamos, de facto, perante um gritante problema de injustiça absoluta e relativa que o Estado português têm obrigação de começar a resolver. São 40 000 portugueses que dedicaram uma vida ao serviço do Estado e da Administração Pública. O Governo não pode, pura e simplesmente, tratá-los como números em função de estritos critérios orçamentais.

O Partido Socialista não pode procurar resolver esta questão esperando, como já foi aqui referido, que os aposentados prejudicados vão falecendo. É uma atitude inaceitável, eticamente condenável e imoral!

*Aplausos do PCP e de alguns Deputados do CDS-PP*

Não há órgão do Estado que não tenha conhecimento desta situação.

Desde logo, o Governo, reconhecendo a injustiça (e a incomodidade) da situação, afirma que tem procurado atenuar o problema através de «uma política de aumentos anuais majorados em relação aos aumentos genericamente fixados». Só que essa «majoração», em média, vai pouco mais além de 1%.

Tem conhecimento esta Assembleia que, através da Lei nº 39/99, de 26 de Maio, estabeleceu um regime de actualização das pensões de aposentação da carreira do-

cente. Tendo sido uma lei justa em si mesma, acabou por ser uma lei que criou novas injustiças relativas, porque só se aplicou a um corpo da função pública, deixando todos os outros de fora, ao contrário do que o PCP preconizava no seu projecto de lei nº 300/VII, que foi rejeitado pela maioria desta Câmara. Nem se comprehende que, tendo o Estado português reconhecido o problema, tenha criado situações de desigualdade ferindo o princípio constitucional da igualdade. Não pode haver nesta matéria uma política de dois pesos e duas medidas por meras razões financeiras.

**O Sr Octávio Teixeira (PCP)** — Muito bem!

**O Orador** — Tem conhecimento, finalmente, o Sr Provedor de Justiça, que, através de sucessivas recomendações, tem apelado a que seja posto termo a esta situação, criando-se as condições para uma correcção e actualização efectiva das pensões de todos quantos se aposentaram antes de Outubro de 1989. Só o Governo não dá o passo que lhe competiria dar nesta matéria.

As razões que o Governo apresenta são frágeis: diz que a correcção seria incompatível para as finanças públicas, e, em resposta ao Provedor de Justiça, avança com números que não justifica em parte alguma, nem pode justificar, porque o Governo não fez, minimamente, um trabalho de levantamento da situação e de cálculo dos custos.

Aliás, é a própria Caixa Geral de Aposentações que afirma não dispor de elementos que lhe permitam apurar os custos de uma recuperação das pensões mais degradadas e que tal só é possível apurar serviço a serviço. Só que os 40 000 pensionistas da função pública que se calcula que estejam nesta situação não podem esperar pelo trabalho que ao Governo compete fazer e não faz.

**O Sr Octávio Teixeira (PCP)** — Muito bem!

**O Orador** — Da nossa parte, com os dados disponíveis e com sentido de responsabilidade, procurámos avançar no cálculo dos encargos que o nosso projecto implicaria.

Assim, e tendo em conta os quadros estatísticos de aposentados disponibilizados pela CGA, no primeiro ano, a proposta do PCP representaria tão-somente um acréscimo de 16,5 milhões de contos e, a partir do segundo ano (com as pensões mais degradadas equiparadas por completo às dos que se aposentaram após 30 de Setembro de 1989), os custos adicionais para o Estado são de cerca de 35 milhões de contos. Todos estes valores são incomparavelmente inferiores aos valores arbitrários que o Governo apresentou ao Provedor de Justiça.

Afirma também o Governo que a correcção das pensões mais degradadas da função pública seria incompatível para a Caixa Geral de Aposentações. Mas, para além do facto de o Estado estar legalmente obrigado a subsidiar a CGA, a verdade é que, como se pode ler no Relatório e Contas da CGA referente ao exercício do ano passado, «a capacidade de autofinanciamento do sistema» tem vindo a melhorar e melhorará tanto mais quanto o Governo regularizar completamente as situações de emprego precário na Administração Pública, aumentando o número de subscriptores da Caixa Geral de Aposentações.

**O Sr Bernardino Soares (PCP)** — Muito bem!

**O Orador** — Seja como for, há claramente aqui um problema de extrema injustiça que importa resolver e não

podem ser as vítimas dessa injustiça a continuar a pagar os atrasos e indefinições do Governo nesta matéria

**Vozes do PCP** — Muito bem!

**O Orador** — É esse o sentido do projecto de lei que o PCP apresenta por um lado, propomos que «as pensões de aposentação sejam automaticamente actualizadas na mesma proporção do aumento das remunerações dos funcionários no activo» e, por outro, avançamos com uma proposta de «correcção extraordinária» para todos os aposentados anteriores a 30 de Setembro de 1989 e, também, para os beneficiários de pensões de sobrevivência nas mesmas condições

No primeiro ano de vigência, o montante das pensões a atribuir não poderá ser inferior a 80% dos montantes das pensões que os mesmos aufeririam caso o respectivo cálculo tivesse sido efectuado com base na remuneração actual dos funcionários no activo. A partir do segundo ano, esse montante será equiparado totalmente ao valor das restantes pensões

Estamos naturalmente disponíveis para, em comissão, debatermos a proposta (designadamente aproximando-a dos termos em que foi aprovada a Lei n° 39/99, de 26 de Maio) que fazemos para, sem prejuízo do objectivo fundamental, construirmos os consensos necessários para respondermos positivamente à questão central que está em causa: fazermos justiça aos mais de 40 000 pensionistas com pensões degradadas

A resposta e a responsabilidade de se fazer, ou não, justiça está agora nas mãos do Partido Socialista. Pela nossa parte, cumprimos as nossas obrigações e os nossos compromissos

*Aplausos do PCP e de alguns Deputados do CDS-PP*

**O Sr Presidente** — Para fazer a apresentação do projecto de lei n° 1162/VIII, de que o Grupo parlamentar do CDS-PP é autor, tem a palavra o Sr Deputado Sílvio Rui Cervan

**O Sr Sílvio Rui Cervan (CDS-PP)** — Sr Presidente, Srs Deputados Somos convocados para este debate onde quase todos os partidos têm um projecto de lei por iniciativa política do CDS-PP

É bom, pois, sublinhar que foi o CDS que pediu este agendamento para recolocar no centro da agenda política este problema que afecta directamente dezenas de milhares de portugueses e constitui hoje uma das mais profundas injustiças do nosso sistema de aposentação

Se é certo que foi em 1989 e, portanto, num governo do Partido Social Democrata que todo este problema nasceu, não é menos verdade que o PSD mudou de posição, reconheceu o erro e quer hoje corrigi-lo

Hoje, com o Partido Socialista no Governo, o Partido Socialista dito do diálogo, o Partido Socialista dito da solidariedade, o Partido Socialista dito da consciência social, é esse mesmo Partido Socialista que esquece tudo quanto disse e esquece tudo a que se comprometeu

**Vozes do CDS-PP** — Muito bem!

**O Orador** — Hoje, o Partido Socialista refugiou-se na mais vil das cobardias políticas, esperando que a lei natural da vida e o infortúnio de muitos resolvam um problema para o qual tem retórica mas não tem coragem

*Aplausos do CDS-PP*

Se é certo que este problema já afectou mais de 120 000 portugueses, também é verdade que hoje, com 7 milhões de contos, se resolve um problema que, a números de Setembro do ano passado, afectava 41 463 portugueses, e 5100 portugueses de uma forma de gritante disparidade e injustiça

A título de exemplo, António, que votou PS esperançado na mudança, director de serviços da função pública, aposentado antes de Outubro de 1989, aferre hoje uma pensão de 190 700\$00. Caso António se tivesse aposentado um mês depois, em Novembro de 1989, receberia uma pensão de 454 800\$00.

**Vozes do CDS-PP** — Um escândalo!

**O Orador** — o que significa uma desvalorização mensal de 264 100\$00 e uma desvalorização anual de 3 697 400\$00!

*Aplausos do CDS-PP*

Em cada mês que passa morrem mais algumas centenas de reformados e, portanto, o PS julga que tem menos umas centenas de problemas.

Posso relembrar, se isto não bastasse para inquietar a vossa consciência, a consciência de uma maioria que tudo pode resolver, o que, no Plenário de 2 de Maio de 1989, os vossos representantes defenderam na altura, que para o PS esse era um problema «comezinho» e de justiça social, defenderam, na altura, que era o direito a uma vida condigna e exigiram, também na altura, que o «Estado assumisse as suas responsabilidades», não só como empregador mas como exemplo para outros empregadores!

Defenderam ainda, e bem, na altura, o direito a uma velhice com dignidade para aqueles que tudo deram para que se vivessem momentos de prosperidade em Portugal

**Sr Presidente, Srs Deputados**. Haja verdade e haja coragem! Hoje, o que mudou não foi o País. hoje, o que mudou não foi a injustiça. hoje, tristemente, o que mudou foi apenas e só o Partido Socialista

*Aplausos do CDS-PP*

Dois dias volvidos sobre as manifestações do 1º de Maio, onde ufana e garbosamente, como é seu direito, muitos socialistas saíram à rua de cravo ao peito e verborreia fácil, bastava que alguns dos Srs Deputados do Partido Socialista pusessem a mão na consciência para que amanhã, em Portugal, 40 000 famílias vivessem melhor

*Aplausos do CDS-PP*

**Sr Presidente, Srs Deputados** Ser sindicalista no 1º de Maio podia ter alguma consequência no dia 3 de Maio

**O Sr Paulo Portas (CDS-PP)** — Muito bem!

**O Orador** — Não há baixas à Comissão sem votação, não há expedientes processuais com mais delongas que possam ter um enquadramento moral nesta questão. A questão é simples e está nas vossas mãos ou resolvemos o problema, ou não resolvemos o problema!

Srs Deputados do Partido Socialista, o Partido Comunista Português tem um projecto para resolver o problema, o Bloco de Esquerda tem um projecto para resolver o problema, o Partido Social Democrata tem um projecto para resolver o problema, todos eles querem resolver o

presente problema; o Partido Popular quer resolver o problema e, por isso, tomou a iniciativa de o agendar

Mais, desde 1994, pelo menos, que o Ministério das Finanças reconhece a injustiça e reconhece o problema. Temos já três recomendações da Provedoria de Justiça a denunciar a situação, e todas elas são inequívocas.

Não há mais alibis para que sejamos corajosos nesta decisão. Que mais será necessário para que, pelo menos uma vez, o PS tenha coragem e tome uma decisão? Faço um apelo ao partido Socialista ou nos ajudam a corrigir as pensões degradadas, ou será a vossa maioria que estará cada vez mais degradada!

#### *Aplausos do CDS-PP*

**O Sr Presidente** — Para exercer o direito regimental de defesa da honra da bancada, tem a palavra o Sr Deputado Manuel dos Santos

**O Sr Manuel dos Santos (PS)** — Sr Presidente, fazendo uso desta figura regimental — e verá que é a mais adequada —, queria responder, de forma muito serena, à mórbida intervenção do Sr Deputado Sílvio Rui Cervan

**Vozes do PS** — Muito bem!

**O Orador** — A resposta é esta o Partido Socialista vai resolver o problema;

**Vozes do CDS-PP** — Muito bem!

**O Orador** — o Governo do Partido Socialista vai resolver o problema de grave injustiça que foi criado pelo governo do PSD

**Vozes do CDS-PP** — Quando?

**O Orador** — Diremos exactamente quando, como terá oportunidade de verificar amanhã, aquando da votação destes projectos de lei

**O Sr Honório Novo (PCP)** — Na próxima encarnação!

**O Orador** — E, Sr Deputado Sílvio Rui Cervan, é lamentável que V Ex<sup>a</sup> não refira o seguinte em 1989, o governo de então — não me lembro bem por quem era presidido, mas tenho ideia de que era pelo PSD — criou um estímulo para que os funcionários públicos antecipassem as suas reformas, e fê-lo enganando as pessoas!

**Vozes do PS** — Muito bem!

**O Sr Narana Coissoró (CDS-PP)** — E o que fazem vocês?

**O Orador** — Porque, em 1989, aplicou o novo sistema retributivo que fez disparar exponencialmente os vencimentos da função pública

**O Sr Narana Coissoró (CDS-PP)** — Corrijam isso!

**O Sr Paulo Portas (CDS-PP)** — Estamos em 2000, passaram 11 anos!

**O Orador** — Criou-se, portanto, Sr. Deputado, uma situação verdadeiramente insustentável em termos de finan-

ças públicas. É, pois, lamentável que o Sr Deputado Sílvio Rui Cervan, que diz que deseja resolver o problema, não faça essa referência

Claro que o problema será resolvido, ..

**O Sr Narana Coissoró (CDS-PP)** — Quando?

**O Orador** — mas de forma gradualista e justa, para que não se criem novos problemas, em correspondência, aliás, com o apelo de VV Ex<sup>a</sup> — que tem alguma base de razão —, no sentido de combater o chamado «despesismo» dos Governos do Partido Socialista!

**Vozes do PS** — Muito bem!

**O Sr Narana Coissoró (CDS-PP)** — Isto não é despesismo, despesismo foi a Expo 98!

**O Orador** — Sr Deputado Narana Coissoró, deixe-me acabar

**O Sr Presidente** — Srs Deputados, peço-lhes que não entrem em diálogo.

**O Orador** — O que é lamentável é que os senhores, agora como noutras situações, utilizem uma situação justa, porque há pessoas que estão a ser injustiçadas socialmente, para fazerem um combate exclusivamente partidário

#### *Protestos do CDS-PP*

Os senhores não querem resolver problema algum; os senhores querem ganhar votos à custa da desgraça das pessoas! E, por esse caminho, Sr. Deputado Sílvio Rui Cervan, nós não vamos

É lamentável que V Ex<sup>a</sup> venha colocar aqui a questão das mortes, porque essa não é uma questão justa nem decente!

#### *Protestos do Deputado do CDS-PP, Narana Coissoró*

**O Sr Presidente** — Srs Deputados, não estabeleçam diálogos se fazem favor. Os Srs Deputados do CDS-PP também gostam de ser ouvidos

**O Orador** — O Sr Deputado Sílvio Rui Cervan e, de uma maneira geral todos os Srs Deputados, sabem que há mulheres de problemas para resolver na sociedade portuguesa

**O Sr Narana Coissoró (CDS-PP)** — Vocês não resolvem nenhum!

**O Sr Presidente** — Desculpe-me Sr Deputado, tem de parar com esse sistema de interromper constantemente quem está no uso da palavra. O senhor também não gosta de ser interrompido e não deixarei que o façam

**O Orador** — Sr Presidente, peço desculpa a V Ex<sup>a</sup> pela emoção. Esta é uma questão justa e correcta e revolto-me com a utilização que é feita por algumas pessoas, em termos exclusivamente partidários, porque isso é absolutamente inaceitável

**O Sr Presidente** — Agradeço que termine, por favor

**O Orador** — Vou já terminar, Sr Presidente.

Há muitos problemas por resolver na sociedade portuguesa e é preciso resolvê-los a todos, sem pôr em causa o conjunto e a estabilidade das finanças públicas e o conjunto desta sociedade

**Vozes do PS:** — Eles sabem isso!

**O Orador:** — Ouça, Sr Deputado Sílvio Rui Cervan, porque é para si que estou a falar. O Governo vai comprometer-se aqui, amanhã, a resolver o problema dentro de 60 dias

*Aplausos do PS*

**O Sr Presidente** — Para dar explicações, querendo, tem a palavra o Sr. Deputado Sílvio Rui Cervan

**O Sr Sílvio Rui Cervan (CDS-PP)** — Sr. Presidente e Srs. Deputados, gostaria de dizer ao Sr Deputado Manuel dos Santos que comprehendo até a sua indignação, pois ela manifesta-se pela injustiça concreta em que vivem 40 000 reformados em Portugal e 40 000 famílias

**O Sr Manuel dos Santos (PS)** — São 80 000!

**O Orador** — Sr. Deputado, tenha calma!

**O Sr. Presidente** — Sr Deputado, peço-lhe agora o favor de não interromper. O tratamento por parte da Mesa é igual para todos os Deputados e não posso criar exceções.

**O Orador:** — Sr Deputado, segundo as informações do seu Ministério, em Setembro do ano passado, eram 43 165. Se essas informações não são correctas, o problema está nos dados do Ministério. Se são 80 000, então, ainda é mais grave!

Vamos ao essencial o Sr. Deputado indignou-se, e bem, com a injustiça da situação concreta e com a incapacidade do seu Governo, que, há cinco anos, governa o País, para resolver este problema. Ora, gostaria apenas de dizer ao Sr. Deputado que corre o ano da graça de 2000 e, portanto, esta injustiça tem 11 anos, dos quais cinco são da vossa responsabilidade. Portanto, têm de assumir a responsabilidade política pela permanência da injustiça durante os últimos cinco anos

Muitos portugueses votaram no PS para mudar, não o fizeram para ficar na mesma, muitos portugueses acreditaram que o PS era uma mudança e não um retrocesso, muitos portugueses acreditaram que o PS poderia resolver algum problema e hoje percebem que não resolve problema algum

Mais lhe digo, Sr Deputado que legitimidade têm para resolver este ou outros problemas? Se os professores aposentados vêm hoje «uma luz ao fundo do túnel» e podem ver a sua situação resolvida, devem-no à iniciativa do CDS-PP.

*Aplausos do CDS-PP*

Sr. Deputado, se não percebe que se amanhã houver uma iniciativa do Governo ela se deve à nossa diligência de hoje, então, o Sr Deputado nada percebeu da essência do debate de hoje!

Associamo-nos à resolução do problema e, como V Ex.<sup>a</sup> é um Deputado experiente, com muita tradição nesta

Casa, permita-me que lhe faça esta correcção, para que os nossos colegas não pensem erradamente a seu respeito V Ex.<sup>a</sup> percebeu bem o que está em causa, mas não pode dizer o que lhe vai na alma, pois tem uma grande vontade de dar os parabéns à nossa bancada pela iniciativa que teve hoje aqui!

**O Sr Presidente** — Srs Deputados, aproveito esta pausa para passarmos à discussão e votação de um relatório da Comissão de Ética, pois depende dela e da urgência com que for votada a entrada de novos Deputados que substituem outros na composição do Plenário. O Sr Secretário da Mesa vai dar conta desse relatório

**O Sr Secretário (José Reis)** — Sr Presidente e Srs Deputados, o relatório e parecer refere-se à substituição da Sr<sup>a</sup> Deputada Margarida Botelho (PCP), a partir do dia 1 de Maio, por ter retomado o mandato a Sr<sup>a</sup> Deputada Fátima Amaral, e do Sr Deputado Mota Torres (PS), a partir do dia 3 de Maio, pelo Sr Deputado José António Teixeira Cardoso, por um período não inferior a 45 dias. Refere-se também à transição da situação de suspensão do mandato nos termos da alínea c), do n<sup>o</sup> 2 do artigo 5º do Estatuto dos Deputados, para a situação de suspensão do mandato, nos termos da alínea p), do n<sup>o</sup> 1 do artigo 20º do mesmo Estatuto, do Sr Deputado João Carlos da Silva (PS), a partir do dia 21 de Março

**O Sr Presidente** — Srs Deputados, está em apreciação

Não havendo inscrições, vamos votar o relatório e parecer

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade*

Vamos continuar com o debate. Tem a palavra o Sr Deputado Menezes Rodrigues

**O Sr Menezes Rodrigues (PS)** — Sr Presidente, Srs Deputados. O assunto em discussão nesta Câmara, o da recuperação das pensões de aposentação, de reforma e de invalidez de funcionários que terão entrado na situação de reforma em momento anterior à entrada em vigor do novo sistema retributivo, instituído pelo Decreto-Lei n<sup>o</sup> 353-A/89, é de enorme delicadeza e de evidente preocupação para todas as bancadas desta Assembleia.

Sabemos também que o Governo se tem vindo a debruçar com empenhamento sobre este tema, tendo disso dado nota no processo negocial com os sindicatos. Por essa razão, não terá o Grupo Parlamentar do PS tomado iniciativa de apresentar algum projecto por aguardar pela finalização do trabalho em curso desenvolvido pelo Governo, na busca de uma solução correcta do ponto de vista técnico e justa do ponto de vista dos funcionários afectados pelo corte provocado pela entrada em vigor do novo sistema remuneratório da função pública.

O universo que é afectado pela situação criada pelo diploma acima referido é de grande dimensão e de forte complexidade. Na verdade, estaremos a debruçarmo-nos sobre um conjunto de cerca de 95 000 pessoas, que se agregam nos seguintes subgrupos pessoal da administração central, regional e local com cerca de 41 000 pessoas, pessoal da ex-administração ultramarina e ex-Quadro Geral de Adidos com cerca de 26 000, forças armadas, de segurança e invalidez de militares com cerca de 13 000, funcionários de empresas públicas e ex-empresas públicas

com cerca de 8000, e subsídios vitalícios e ex-subscritores com cerca de 6000

Deverá, porém, notar-se que, desde 1992, se tem vindo a proceder a alguma recuperação das pensões prejudicadas por aumentos majorados relativamente às outras pensões. A recuperação acumulada até ao ano 2000 é de 12% e no corrente ano o aumento das pensões — aumento ponderado — foi de 5%, sabido que no escalão até 50 contos foi de 6,5%, no de 50 a 100 contos foi de 5,7%; no escalão de 100 a 150 contos foi de 3,3%, e no escalão superior a 150 contos foi de 3%

Contudo, é bem necessário promover-se uma aceleração da recuperação das pensões

O Sr. Manuel dos Santos (PS) — Muito bem!

O Orador — Por outro lado, para evitar equívocos e evitar que se criem indesejáveis expectativas, será importante que o conceito de pensão degradada seja bem clarificado

Na verdade, a degradação não poderá ser um diferencial entre uma pensão fixada num determinado momento e o valor do salário, para a mesma categoria, de um funcionário na vida activa num outro qualquer momento

Deste modo, a solução que preconizamos será a de se encontrar uma fórmula que ultrapasse o «hiato» perverso criado pela nova situação retributiva, no momento de 30 de Setembro e 1 de Outubro de 1989, e recusar qualquer mecanismo que pressuponha uma automática indexação da pensão aos salários dos funcionários no activo. A pensão deverá ser sempre fixada na referência à carreira contributiva do funcionário e não pressupor que este se encontre em situação activa. Ao contrário, a gestão das grelhas salariais e uma consequente remuneração adequada da prestação dos funcionários sofreria enormes constrangimentos

Todavia, o facto de defendermos a não indexação das pensões ao nível salarial dos activos, o que induziria efeitos secundários bem nocivos, não queremos, antes, veementemente desejamos que o Governo prossiga o esforço, que vem manifestamente revelando, de prática de solidariedade social no sentido de acelerar a recuperação das pensões prejudicadas e repor a equidade que se terá desequilibrado neste processo

Nestes termos, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista entregou já um projecto de resolução, de recomendação ao Governo sobre esta importante matéria, que obriga o Executivo

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Não obriga, recomenda!

O Orador. — a legislar, resolvendo-a com justiça, no prazo máximo de 60 dias

Aplausos do PS

O Sr. Presidente — Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado Menezes Rodrigues, os Srs. Deputados Paulo Portas e Lino de Carvalho

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Portas

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Sr. Presidente, Sr. Deputado, bem dita a hora em que solicitámos na conferência de líderes que a questão das pensões degradadas viesse a Plenário, porque já vos obrigámos a fazer qualquer coisa! Resta saber se é qualquer coisa de bom

Vozes do PS — É com certeza!

O Orador — Porém, o que os senhores aqui apresentam é uma resolução que recomenda, não obriga, que não tem prazos nem valores de indexação, nem percentagens. É tudo vago

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS) — Não é verdade!

O Orador. — Há, sobretudo, uma dúvida que tenho e que é a seguinte: se já estavam a pensar resolver o problema, porque não trouxeram aqui uma proposta de lei concreta, ou um projecto de lei, com datas, actualizações, vencimentos, percentagens e indexações?

O Sr. Silvio Rui Cervan (CDS-PP) — Exactamente!

O Orador — A segunda pergunta que gostaria de lhe fazer é esta: quando se tratou da crise dos combustíveis, ouvi o Sr. Ministro das Finanças dizer que podia poupar 100 milhões de contos em despesas inúteis e, por isso, não precisava de apresentar um orçamento suplementar. Pergunto por que é que a vossa forma de resolver o problema está no Orçamento do Estado de 2001, quando têm folga no Orçamento do Estado de 2000?

O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador. — Porque é que fazem esperar as pessoas mais um ano?

A Sr.ª Manuela Ferreira Leite (PSD) — Muito bem!

O Orador — Se é que as pessoas ganham algo de bom com a vossa resolução, que, repito, não obriga o Governo, apenas recomenda! Se o Governo quiser ficar a fazer o mesmo, ou seja, nada, continua a fazê-lo!

Aplausos do CDS-PP

O Sr. Presidente — Tem a palavra o Sr. Deputado Lino de Carvalho.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Menezes Rodrigues, o mí-nimo que posso classificar do comportamento do Partido Socialista nesta matéria é que é um «monumento» à hipocrisia!

Vozes do PCP — Muito bem!

O Orador — É um monumento à hipocrisia política e social, Sr. Deputado, porque o Partido Socialista pode discutir com o PSD quem é responsável pela criação ou pela manutenção da injustiça, todavia, reconhece que há uma injustiça. O Partido Socialista sabe que este problema tem sido alvo permanente de debate e de preocupação, designadamente do PCP, que apresentou variadíssimas vezes nesta Assembleia um projecto sobre esta matéria

Há um ano, em Maio de 1999, o Partido Socialista esteve aqui no debate de que saiu a lei para o corpo docente e rejeitou o projecto de lei do PCP que propunha que a medida tomada para o corpo docente fosse, desde logo, tomada para todos os trabalhadores da Administração Pública. E agora, passado um ano, vem dizer que ainda se estão a fazer estudos, pelo que reco-

menda, sugere, aconselha ao Governo mais uns tempos para continuar os estudos!

Sr Deputado, fazemos um desafio ao Partido Socialista se há estudos técnicos em curso,

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Que os mostrem!

O Orador — . se já há trabalhos adiantados que permitem, segundo a vossa recomendação, que o Governo, dentro de

Vozes do PS — 60 dias!

O Orador — 60 dias apresente uma proposta de lei, então, o nosso desafio é muito simples aproveitem estes projectos, que baixarão à Comissão, levem à Comissão os estudos técnicos que o Governo tem estado a efectuar e nós comprometemo-nos a procurar, em sede de Comissão, chegar a consenso com o Governo, com base nos estudos técnicos, de forma a que o problema se resolva desde já e que não nos fiquemos por mais uma promessa de o resolver daqui a uns tempos

*Aplausos do PCP e do CDS-PP*

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr Deputado Menezes Rodrigues

O Sr Menezes Rodrigues (PS) — Sr Presidente, Sr Deputado Paulo Portas, quero dizer-lhe que, em política, há decisões que têm especificidades, pelo que não podem ser tomadas de qualquer maneira. Já imaginou a complexidade de analisar 95 000 *dossiers* de funcionários?

Aliás, estamos no Governo há seis anos, é verdade que não resolvemos este problema,

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Seis, não! Cinco!

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — Seis?! Não chegam lá!

O Orador — . mas não advogamos, de todo, qualquer solução final para este processo, como alguém aqui disse

O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP) — A solução final é mórbida!

O Sr Sílvio Rui Cervan (CDS-PP) — Morrem centenas todos os meses!

O Orador — Não queremos matar ninguém para resolver o problema, como foi afirmado!

A solução final não é a nossa vocação, mas é evidente que os estudos necessários para desenvolver todo este processo foram demorados. Por conseguinte, estamos a chegar a uma fase importante de solução final — final, neste caso, para a resolução. E é por isso que o nosso projecto de recomendação prevê a concessão de 60 dias inexoráveis ao Governo para apresentar a solução do problema.

Todos os projectos de lei aqui apresentados previam a iniciação do processo no ano 2001 — todos! —, o que é perfeitamente razoável, pois estamos em Maio. Esta é, realmente, uma situação complicada, difícil, mas é, sobretudo, um problema grave de justiça comparativa, que todos temos de nos empenhar em resolver

O Sr Deputado Lino de Carvalho fez uma quantidade de afirmações — são as suas! Sobre o problema de saber quem teve a iniciativa do processo, devo dizer que, tal como o Deputado Paulo Portas, não estive cá na Legislatura anterior, pelo que não tive oportunidade de seguir ao vivo essa discussão,

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Tem os *Diários* para consultar!

O Orador — ... mas, se calhar, esse problema não será connosco, o Partido Socialista, mas, sim, entre o PCP e o CDS-PP. Porém, não me parece que tal seja relevante; relevante é resolver o problema!

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Aqui, o único partido que não tem iniciativa é o PS!

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Não respondeu às questões!

O Sr Presidente — Srs Deputados, agradeço que terminem o diálogo

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Francisco Louçã

O Sr Francisco Louçã (BE) — Sr Presidente, Srs Deputados Este debate tem a máxima importância e ganhou e ganhará com toda a clarificação política. Mas não penso, e permitam-me esta observação, que ganhe o que quer que seja com alusões de péssimo gosto sobre os vivos e sobre soluções finais!

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — Considero indignante este tipo de referências vindas dessa bancada porque, felizmente, estamos a tratar de pessoas vivas e que, felizmente, têm mais do que estar vivas têm capacidade de indignação perante a injustiça que sentem. Por isso, fizeram-nos chegar, e fazem chegar ao País, desde há tantos a esta parte, a exigência de que haja uma correcção que pareceu ser generalizadamente reconhecida como urgente e necessária. E é a isso que temos de responder, da melhor forma!

Naturalmente, é por isso que a bancada do Bloco de Esquerda, ao propor uma lei e ao associar-se, na Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares, ao consenso que determinou o agendamento deste debate, o faz através de um critério determinante. Sabendo que há uma injustiça, não nos parece que se possa tratar a injustiça através de 30%, de 50%, de 80%, de 90%. A injustiça tem de ser corrigida, e tem de começar a ser corrigida agora!

O Sr Deputado Manuel dos Santos disse-nos que vão resolver o problema em 60 dias. Depois, o Sr Deputado Menezes Rodrigues apresentou a ideia de que, dada a complexidade de estudar mulhares de *dossiers*, com critérios que ele argumentou, seria necessário haver mais tempo para uma intervenção que, no entanto, propõe que seja breve

Há duas questões que importa clarificar a este respeito: o projecto de resolução do Partido Socialista foi distribuído no final deste debate, o que consiste numa prática parlamentar extraordinária, e qualquer partido que queira confrontar-se com opiniões diversas para saber se gera ou não a convergência maioritária que cada um de nós pretende obter para a resolução deste problema, ou de qual-

quer problema que aqui agendemos, procura naturalmente as bases da clarificação, e essas consistem em dizer e propor o que pensamos. Que, depois das intervenções feitas da tribuna mas, oportunamente, antes da intervenção do Sr. Deputado Menezes Rodrigues, seja distribuído um projecto de resolução do Partido Socialista sobre esta matéria é uma prática extraordinária.

**O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP)** — É uma fraude!

**O Orador** — que espero que não se repita por parte de nenhum partido, em nenhum parlamento, com nenhuma maioria ou minoria, porque é, justamente, uma fuga ao debate. Srs. Deputados, e os senhores sabem isto tão bem como eu, que aqui argumento!

**O Sr. Presidente** — Sr. Deputado, agradeço que termine

**O Orador** — Vou já terminar, Sr. Presidente

E esta resolução diz o quê? Se o Governo aceitar o prazo, terá 60 dias para apresentar uma proposta — não para resolver o problema! —, que depois será agendada, em tempo oportuno. Assim, «a recuperação das pensões deverá processar-se de forma escalonada no tempo, mediante um calendário claramente definido, que permita, num período razoável, garantir a resolução de uma situação injusta a que importa pôr cobro».

**O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP)** — É blá, blá, blá!

**O Orador** — Mas, se é injusta e importa pôr-lhe cobro, não era esta a oportunidade, Srs. Deputados, de apresentar propostas, de apresentar resoluções, de procurarmos essa convergência para que todas as bancadas se disponibilizaram?

**O Sr. Presidente** — Sr. Deputado, agradeço que termine

**O Orador** — Creio que o Partido Socialista fez mal ao fugir a este debate e ao submeter-se a este vexame que o Parlamento acabou de viver.

**O Sr. Silvio Rui Cervan (CDS-PP)** — Muito bem!

**O Sr. Presidente** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Alexandre Chaves

**O Sr. Alexandre Chaves (PS)** — Sr. Presidente, Srs. Deputados Entendemos que a valorização do papel da Administração Pública passa pela dignificação profissional dos seus agentes, quer a dos que estão no activo, quer mesmo a daqueles que deram o melhor de si e que hoje estão reformados.

Ao longo dos anos, os trabalhadores da função pública têm sabido conquistar melhores condições sócio-económicas para si, mas nem sempre tem havido solidariedade para com os reformados, quer dos trabalhadores no activo, quer dos sucessivos governos.

Constatava-se hoje a existência de pensões não actualizadas, fundamentalmente as dos funcionários que se aposentaram antes de 1 de Outubro de 1989. Há que corrigir essa *décalage* de montantes financeiros que separam as reformas posteriores a 1 de Outubro de 1989 das reformas anteriores a esta data. Há que assegurar

condições de qualidade de vida compatíveis a todos os reformados da função pública.

O projecto de resolução apresentado pelo PS responde aos anseios e às aspirações dos reformados que tivemos oportunidade de ouvir. O Grupo Parlamentar do PS tem vindo a trabalhar no sentido de encontrar uma solução, partilhada por todas as bancadas, que corrija esta injustiça e garanta a equidade no tratamento das diferentes situações de pensionistas e que não seja, depois, propiciadora de situações de injustiça relativa.

O próprio Governo tem vindo a adoptar medidas tendentes a corrigir essas pensões através da majoração nos aumentos da actualização anual das pensões fixadas até 30 de Setembro de 1989. O projecto de resolução apresentado pelo PS relativo às pensões fixadas até 30 de Setembro de 1989 torna-se necessário porque todos já demos conta de que não sabemos quantos e quem são os reformados. São apenas os reformados da administração central, regional e local, como referiu o Sr. Deputado do CDS-PP? Serão também os reformados da ex-administração ultramarina? E ainda, também, os reformados do ex-Quadro Geral de Adidos? Entendemos que, de uma vez por todas, devemos resolver o problema de todos os reformados da função pública.

**O Sr. Presidente** — Sr. Deputado, agradeço que termine

**O Orador** — Quais são os montantes envolvidos? Ainda o desconhecemos. Qual é o período de tempo (anos) para proceder a essa actualização, compatibilizando os montantes financeiros necessários com o necessariamente curto tempo para efectivar essa actualização?

Srs. Deputados, estas são algumas das questões cujas respostas esta Assembleia terá de possuir para, com rigor, com objectividade, com sentido de justiça, com equidade, encontrar a solução legislativa mais conveniente para dar resposta a esta problemática, que urge resolver de forma justa e atempada.

A proposta de solução apresentada pelo PS define que, no prazo máximo de 60 dias, o Governo apresente a esta Assembleia uma proposta de lei com o objectivo de recuperar as pensões fixadas até 30 de Setembro de 1989 e respeite os critérios que passo a referir. Deve ter em conta o diferencial remuneratório, corrigindo as pensões atribuídas antes e depois de 1 de Outubro de 1989, a recuperação das pensões deve ser escalonada no tempo, o calendário da recuperação das pensões deve iniciar-se com o Orçamento do Estado para 2001.

**O Sr. Presidente** — Sr. Deputado, já lhe pedi o favor de concluir

**O Orador** — Sr. Presidente, peço-lhe só mais 1 minuto

**O Sr. Presidente** — Sr. Deputado, desculpe, mas já lhe dei mais 1 minuto e 44 segundos, pelo que tem mesmo de terminar!

**O Orador** — Com certeza, Sr. Presidente. O PS e o Governo vão resolver o problema das pensões desactualizadas no nosso país.

**Vozes do PS** — Muito bem!

**O Sr. Manuel dos Santos (PS):** — Sr Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa

**O Sr Presidente.** — Sr. Deputado, está convencido de que é mesmo uma interpelação?

**O Sr. Manuel dos Santos (PS)** — Estou, sim, Sr. Presidente, embora pudesse louvar-me novamente no excelente exemplo que nos dá o Sr. Deputado Paulo Portas

**O Sr Presidente** — Tem a palavra, Sr. Deputado, mas agradeço que seja rápido

**O Sr. Manuel dos Santos (PS)** — Sr. Presidente, trata-se do seguinte: penso que há um consenso absoluto quanto à celeridade necessária para a reparação desta injustiça, embora tal só possa ser aplicado, qualquer que seja o diploma aprovado, a partir de 2001. E que há algo que se chama lei-travão e que os Srs. Deputados das oposições estão a esquecer

Sr Presidente, a minha proposta é no sentido de que, tendo em conta que o nosso projecto de resolução tem um caminho regimental diferente, e por isso é que foi apresentado quando foi e não noutra altura — o Sr. Deputado do BE esqueceu-se deste pequeno pormenor —, não fazemos o agendamento da discussão do projecto de resolução e que o votemos amanhã, para ganharmos alguns dias aos 60 dias que queremos impor ao Governo para resolver este problema

**O Sr Lino de Carvalho (PCP)** — Como é que os senhores votam os projectos de lei?

**O Sr Presidente** — Sr. Deputado Manuel dos Santos, como sabe, tal só é possível com o consenso de todos os grupos parlamentares

Pergunto se há consenso de todos os grupos parlamentares

#### *Pausa*

Não há consenso. Ora, basta que um dos grupos parlamentares não dê o seu acordo, pois é o mesmo que todos não darem. Sendo assim, o projecto de resolução em causa não será votado amanhã mas, sim, agendado oportunamente e, depois, votado

**O Sr. Manuel dos Santos (PS)** — Eu já esperava isso, Sr Presidente!

**O Sr. Presidente** — Srs. Deputados, vamos passar à discussão conjunta dos projectos de lei n<sup>o</sup>s 44/VIII — Alteração do Decreto-Lei n<sup>o</sup> 64-A/89, de 27 de Fevereiro (contrato de trabalho a termo) (BE) e 146/VIII — Altera o regime jurídico do contrato de trabalho a termo, combatendo a precariedade no emprego (PCP)

Para introduzir o debate do projecto de lei originário do seu grupo parlamentar, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda

**O Sr. Luís Fazenda (BE)** — Sr Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Uma das questões mais sentidas, hoje, na sociedade portuguesa é a incerteza no posto de trabalho, é saber se no dia de amanhã há uma relação de segurança com o emprego. Nesta área, tão central no quotidiano das portuguesas e dos portugueses, o Governo, infelizmente,

vem tapando os olhos e os ouvidos e esgrime, nesse autismo, argumentos de redução do desemprego, especulando com o emprego criado. No entanto, não esgrime com o mesmo vigor pela qualidade do emprego criado, onde a precarização crescente, aliada aos baixos salários, constitui um dos factores marcantes da instabilidade laboral e social das novas gerações, o que agrava profundamente as desigualdades sociais

O alargamento dos níveis de precariedade das relações de trabalho é profundamente contrário à elevação dos padrões de qualidade que se desejam para o nosso País, onde só a assunção dos direitos do trabalho e de cidadania nos pode trazer níveis de desenvolvimento, que pretendemos sustentável

Pese embora as estatísticas oficiais indicarem números de «quase pleno emprego», a realidade, todos o sabem, é dolorosamente dura para muitos desempregados que, sob o conceito BIT, trabalhando mais de uma hora/mês, são considerados empregados ou são considerados inactivos, mesmo que tenham acabado de arranjar um emprego ou manifestado vontade em trabalhar. O subemprego é, portanto, uma dura realidade para quem pretende um horário a tempo inteiro e não alcança uma oportunidade.

Se é verdade que o trabalho com contratos sem termo teve um ligeiro acréscimo em relação ao ano de 1998, foram os trabalhadores a recibo verde, a tempo parcial, somados aos contratados a prazo, a principal força do aumento do emprego, pela via da precariedade do trabalho

É particularmente preocupante o desemprego que atinge os trabalhadores com formação superior (20 000 desempregados), jovens e também os desempregados de longa duração, tanto mais que existem incentivos fiscais e de isenção de pagamento à segurança social, que deveriam traduzir-se numa maior contratação de trabalhadores sem termo, o que não se verifica.

Por outro lado, a todos deve preocupar a tendência de práticas ilegais de pressão sobre os trabalhadores para que no acto de assinatura do seu contrato a termo assinem logo um outro contrato, sem data, de rescisão. Ao mesmo tempo cresce, de uma forma também preocupante, a tendência para considerar o contrato a termo como uma forma absolutamente normal de contratação

Também nesta vertente o governo tem vindo a dar um triste exemplo em todos os sectores da Administração Pública, contratando trabalhadores a prazo para tarefas permanentes, muitos deles ultrapassando os prazos máximos previstos na presente lei em apreciação, e produzindo legislação avulsa onde tenta legalizar o não legalizável

A este respeito temos até o exemplo bem concreto, ocorrido por estes dias, de 16 trabalhadores da Universidade Aberta que, depois de terem estado a recibo verde, depois de terem feito um contrato a termo certo, foram ilegalmente despedidos, sem notificação, ao mesmo tempo que foram admitidos 15 trabalhadores, 12 dos quais estando já a recibos verdes nessa instituição. Simultaneamente, foram abertos concursos internos para prover a 12 vagas. Este é um exemplo corrente, pelo que verificamos, assim, facilmente, que na própria Administração Pública se pactua com a precariedade e com a ausência da lei, havendo necessidade da efectivação dos trabalhadores para funções permanentes

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O Bloco de Esquerda defende que a contratação a termo deverá ser sempre uma forma excepcional de contratação. Defendemos que o princípio

da contratação deverá ser sempre subordinado a que a uma função permanente deve corresponder um contrato sem termo.

Defendemos, por isso, neste projecto de lei, a eliminação da alínea h) do artigo 41.º do decreto-lei que regula o contrato de trabalho a termo, pois, muito embora se perceba que a previsão dessa alínea tem por objectivo aliciar as empresas à admissão de trabalhadores à procura do primeiro emprego ou desempregados de longa duração, conjugando essa previsão com a dispensa de encargos da segurança social e até criando empregos subsidiados, entende-se que os incentivos deveriam ficar por aí e não estenderem-se à possibilidade legal de contratação a termo de trabalhadores nessa situação, eternizando uma precariedade, quando a existência dos incentivos deveria justificar um posicionamento contrário, ou seja, a criação de empregos sem termo, de qualidade e com direitos

Defendemos que a contratação a termo só é admissível para suprir necessidades comprovada e objectivamente de carácter transitório do empregador, não podendo, em caso algum, ultrapassar um ano, findo o qual os trabalhadores passarão a sem termo.

O Partido Socialista, nesta matéria, ficará sem argumentação. É que o Bloco de Esquerda tem a possibilidade de configurar um mecanismo legal que permite toda a inventariação do recurso económico e a possibilidade de comprovar se um determinado posto de trabalho é transitório ou permanente e um ano chega para essa comprovação. O Partido Socialista não pode invocar razões de mercado nem económicas, já que um ano é mais do que suficiente para comprovar a natureza de um posto de trabalho.

O Bloco de Esquerda, nesta matéria, assinala positivamente o parecer da CGTP-IN a este projecto, registando a preocupação comum quanto ao aumento da precariedade laboral e a necessidade de enfrentar, de modo a melhorar a qualidade do emprego criado e o respeito pelos direitos dos trabalhadores.

Ponderando os preocupantes níveis de precariedade de trabalho existentes no nosso País, a que já me referi, e a necessidade de os combater, de assumir a centralidade do trabalho e da cidadania ao nível da empresa e da sociedade, importa dar sinais que contribuam para esse combate, que passa pela moralização e restrição dos trabalhos de natureza objectivamente temporária, pela eficaz fiscalização da Inspecção-Geral do Trabalho e pela alteração ao citado Decreto-lei n.º 64-A/89, de 27 de Fevereiro, no que diz respeito aos contratos a termo, na perspectiva de criação de emprego estável, de qualidade e com direitos.

Esta Assembleia da República tem a responsabilidade de viabilizar sinais importantes a transmitir à sociedade e de pugnar pelo direito constitucional ao trabalho e ao emprego com direitos. Os sinais que a sociedade vai enviando são claros e significativos, os sinais têm a ver com o facto de mais de 50 000 trabalhadores, no passado dia 23 de Março, terem estado na rua, respondendo ao apelo da CGTP, lutando contra o desemprego e por emprego qualificado. São os mesmos sinais, hoje, na contestação a uma globalização cega, que nos são enviados de Seattle, Washington e um pouco dos 1.º de Maio realizados por esse mundo fora, contra a globalização, de ataque aos níveis sociais e de segurança social, bem como aos empregos precários.

Sr.ºs e Srs. Deputados: O Bloco de Esquerda viabilizará os dois projectos que tratam desta matéria e apela ao Partido Socialista para que, em matéria de regulação do mercado de emprego, e já que tanto têm

vindo a falar de ideologia e de combate ao liberalismo, embora sem contraprova prática, não faça como Diógenes, que anda com a candela na mão à procura do motivo e da forma; acendam as luzes, mas viabilizem uma iniciativa concreta, realista de combater a precariedade no emprego como esta que o Bloco de Esquerda aqui e agora nos apresenta.

Esta lei contra a precariedade do emprego estará ao serviço da regulação do mercado de trabalho e contra o liberalismo e não será mais uma lei, como a que temos em vigor, que está objectivamente ao serviço da desregulação do mercado do emprego e que frusta as expectativas não só de quem trabalha mas de todos aqueles para quem o trabalho constitui a centralidade da sua vida e dos seus direitos.

O Sr. Francisco Louçã (BE) — Muito bem!

*Neste momento, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Narana Coissoró*

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Sr. Deputado, está inscrito um Sr. Deputado para pedir esclarecimentos. A sua interpelação é urgente?

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — É urgente, é estrita e é absolutamente uma interpelação

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Faça favor, Sr. Deputado

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Sr. Presidente, às vezes não ficam clarificadas as questões e, por isso, relativamente ao debate que terminou há pedaço, gostaria que a posição do CDS-PP ficasse clara, e o que vou dizer é importante porque se trata de um eventual agendamento para amanhã. Se o Partido Socialista assumir o compromisso, de boa fé, de que todos os projectos da oposição, nomeadamente o nosso, merecerão aprovação na questão das pensões degradadas, por nós, o projecto de resolução do Partido Socialista, nesse entendimento, pode ser apresentado, terá o nosso voto e admitimos esperar, na Comissão, que cheguem os estudos do Governo para, nessa altura, chegar a uma solução de consenso entre todos. Mas, quererem que dê entrada na Mesa um projecto de resolução para anular os projectos de lei da oposição e, depois, nem sequer vincular o Governo, isso é que já não acho que seja boa fé. Portanto, espero que fique claro, para os Deputados do Partido Socialista, que se todos os projectos forem aprovados, por nós, o debate do projecto de resolução é agendado e terá, até, o nosso voto favorável, esperando pelos estudos do Governo e estando dispostos a chegar a um consenso entre todos. D'outra forma, não

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Sr. Deputado, o debate sobre as pensões degradadas está encerrado, pelo que não vou reabri-lo, de modo que fica a constar da acta o que V. Ex.ª disse e vamos continuar o debate que está na Mesa.

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Alberto

**O Sr. Carlos Alberto (PS)** — Sr. Presidente, Srs. Deputados Disse o Sr. Deputado Luís Fazenda que o contrato de trabalho a termo é aquele que tem uma duração determinada, ou seja, dura até à ocorrência de um acontecimento O Sr. Deputado disse também que o contrato a termo não pode ser celebrado em qualquer situação mas somente naquelas que se encontram previstas na lei

Assim, gostaria de perguntar ao Sr. Deputado se as alterações que o Bloco de Esquerda propõe ao regime jurídico do contrato de trabalho a termo não são um obstáculo no combate ao desemprego, que este Governo tem vindo a desenvolver ao longo destes últimos cinco anos.

No vosso projecto de lei aceita-se que os contratos a termo sejam apenas feitos para combater as necessidades de carácter transitório dos empregadores Por isso, pergunto — já que não o referem no vosso projecto — se fica na mesma o que está definido no artigo 41º do Decreto-Lei n.º 64-A/89, de 27 de Fevereiro Esta é a minha primeira pergunta

A segunda pergunta é a seguinte: elimina V Ex<sup>a</sup> a possibilidade da contratação a termo de trabalhadores à procura do primeiro emprego e de desempregados de longa duração Este é o conteúdo da vossa proposta Pergunto: onde é que se vão colocar os jovens à procura do primeiro emprego? Quais são as entidades patronais que vão aceitar os desempregados de longa duração com mais de 45 anos?

**O Sr. Presidente (Narana Coissoró).** — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Luis Fazenda

**O Sr. Luís Fazenda (BE)** — Sr. Presidente, Sr. Deputado, agradeço as perguntas e gostaria de dizer que a nossa intenção, bem como a de todos aqueles que têm vindo a militar pela causa da estabilidade do emprego e do emprego com direitos, a nível parlamentar e extra-parlamentar, nos sindicatos, na luta cívica e social, é a de que termine o escândalo que tem sido a precarização das relações laborais, já que, a coberto da actual lei de contratação de trabalho a termo, tem vindo a desregular-se o mercado de emprego

Já conhecemos como é que funciona a Inspecção-Geral do Trabalho no nosso País e não estamos a chamar isso à colação, mas esta é a realidade O que está em debate não é verificar, agora, um ou outro dispositivo parcial Pela parte do Bloco de Esquerda, se o Partido Socialista viabilizar esta iniciativa, teremos todo o interesse em discutir pormenorizadamente, em Comissão, cada um dos artigos e das alíneas do Decreto-Lei cuja alteração propomos

O que está em discussão é saber se a via para o emprego é a da desregulação É que a teoria dominante e que tem vindo a fazer fé até agora é a da liberalização dos dispositivos e dos direitos dos trabalhadores, é a da desregulamentação do mercado de emprego, tida como a forma fundamental de criar emprego Nem isso se tem provado, muito menos nas economias que disso se reclamam, como a americana, e não é essa a via que preconizamos no nosso País

O que está em discussão, Sr. Deputado, não é saber se os patrões vão aceitar esta ou aquela situação, é se o Governo e a bancada que o suporta querem levantar um

sinal de stop à precarização das relações laborais e enfrentar a efectividade de relações de emprego quando o posto de trabalho não é temporário nem transitório, é, na realidade, um posto de trabalho permanente, ao qual deveria corresponder um emprego permanente.

Portanto, as perguntas concretas que o Sr. Deputado fez terão toda a pertinência na especialidade, se ouvirmos, da parte do Partido Socialista, num projecto que é realista, concreto, que é um passo em frente, embora não definitivo, no combate à precariedade e que seria uma forma muito concreta de vermos se o Partido Socialista e o Governo querem ajudar ou não, como têm feito até agora, num sinal claríssimo de que temos de dar estabilidade ao emprego e travar o escândalo da precarização das relações laborais, que também se faz a coberto do decreto-lei dos contratos de trabalho a termo

**O Sr. Presidente (Narana Coissoró).** — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Telmo Correia.

**O Sr. Telmo Correia (CDS-PP)** — Sr. Presidente, Sr. Deputado Luis Fazendo, queria confrontá-lo com uma ou duas reflexões

Sei que o Sr. Deputado, no limite, partirá do pressuposto de que somos defensores do tal liberalismo que ainda agora criticou na sua intervenção, o que não é bem assim, pelo que espero que não vá por essa via. No entanto, pergunto-lhe o seguinte: Sr. Deputado, concordando com parte do seu diagnóstico, que está correcto, entendemos que esta matéria do emprego está forçosamente ligada à produtividade

Ora, quanto à questão do emprego precário e da sua má qualidade, que efectivamente existe no nosso país, o Sr. Deputado concorda ou não que, em larga medida, essa questão está ligada ao facto de termos um emprego que tem números baixos na estatística? É que o Governo apresenta números baixos quando fala estatisticamente no emprego, mas é um emprego pouco produtivo Ou seja, ao mesmo tempo que há um elevado índice de emprego, há também emprego de má qualidade e pouco produtivo, o que significa que o que está errado nesta matéria são as opções económicas e as opções, eventualmente de fundo, do sistema educativo Esse é que é o problema

É que nós não estamos a formar pessoas para a tal nova economia, para a tal economia de ponta, para a tal economia moderna, tal como outros países têm conseguido fazer — dou-lhe o exemplo da Irlanda —, não estamos a conseguir investir nos sectores hoje em dia mais desenvolvidos em termos económicos, como outros países o estão a fazer Estamos a aumentar o emprego onde? Estamos a aumentar emprego de baixo valor acrescentado, emprego pouco produtivo, emprego em sectores onde, por natureza, ele é mais precário. Estou, por exemplo, a referir-me às grandes superfícies ou a sectores da construção civil, onde o emprego é menos qualificado do ponto de vista das qualificações escolares e também, em simultâneo, emprego de menor valor acrescentado E esse é que parece ser o problema fundamental

Portanto, a primeira pergunta que lhe coloco é a seguinte: Sr. Deputado, apesar das diferenças de perspectiva ideológica sobre a matéria, está ou não de acordo com esta análise? É que isto, Sr. Deputado, leva-nos a que grande parte da solução deste problema passe pela resolução das grandes opções, quer da política económica, quer da política educativa do Governo, e não só pela alteração de legislação sobre esta matéria.

Sr. Deputado, estou de acordo consigo quando diz que é um escândalo que na Administração Pública se dê o exemplo da contratação precária. A Administração Pública deveria, em primeiro lugar, praticar e dar o exemplo nesta matéria, sendo um escândalo que dê exactamente o exemplo contrário. Repito, é um escândalo!

Tenho, pois, dúvidas que seja a regulamentação pura e simples, designadamente para os sectores empresariais e para os sectores do mercado, que nos leve a resolver este problema.

O Sr. Deputado sabe, tão bem como eu, que, a dada altura, com uma legislação que se pretendia muito avançada, nós dissemos que o despedimento, designadamente o despedimento individual, era muito limitado na nossa legislação. E o que é que então surgiu? Os contratos a prazo.

O Sr. Presidente (Narana Coissoró) — Sr. Deputado, faça favor de terminar

O Orador — Terminei já, Sr. Presidente!

Depois dissemos que os contratos a prazo eram inaceitáveis e «apertámos» a legislação. E então o que é que surgiu? A contratação dos trabalhadores a recibo verde.

Portanto, Sr. Deputado, dizer que o trabalhador não pode ser admitido segunda vez, que o prazo passa para 12 meses para que ele seja admitido segunda vez, não resolve. «Apertar» muito a legislação, fazer um excesso de regulamentação, seguir uma via exageradamente garantista pode virar-se contra o seu objectivo, que é o objectivo do emprego.

A pergunta fundamental que deixo é, pois, a seguinte: reconhece ou não que isto pode ser assim?

O Sr. Presidente (Narana Coissoró) — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda

O Sr. Luís Fazenda (BE) — Sr Presidente, Sr Deputado Telmo Correia, não me deterei muito em questões de ordem doutrinária. A minha opinião é naturalmente muito subjectiva: penso que o CDS-Partido Popular é um partido que às segundas, quartas e sextas-feiras é democrata-cristão, às terças, quintas e sábados é liberal e ao domingo descansa.

Portanto, adiantando-me quanto a isso, vou concordar e discordar de si. E vou concordar consigo numa coisa: se fosse verdadeira a tese que preconizou, segundo a qual, desde que vigora este decreto-lei dos contratos a termo certo, a produtividade global tem aumentado, necessariamente deveria também ter aumentado a regulação e a garantia do emprego. Ora, o que se verifica é exactamente o contrário: a produtividade global tem aumentado e tem-se vindo a desregular cada vez mais o mercado de emprego.

Portanto, nesse ponto concordaria consigo, embora discorde do critério — e é esta discordância.

Quando a Constituição nos fala do direito ao trabalho, não subordina esse direito social à produtividade, trata-se de um critério de carácter económico. É dessa forma que entendemos a satisfação do direito ao trabalho, mediante os recursos que o País tem, mas dando garantias de estabilidade no emprego e de realização profissional dos cidadãos.

Entendemos dessa forma o direito de cidadania. Não diminuímos a cidadania pondo no vértice a produtividade da chamada economia de mercado. E, com isso, não somos alienígenas, não somos alguém que veio de outra galáxia, nem de outro planeta. Vemos é essa questão sob

um prisma exactamente oposto ao seu, que não sendo totalmente liberal, lá vai bordejando essa área do liberalismo económico.

O Sr. Presidente (Narana Coissoró) — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr. Deputada Odete Santos.

A Sr. Deputada Odete Santos (PCP) — Sr Presidente, Srs Deputados: Não há muitos dias, aquando da interpelação do PCP sobre a precarização das relações laborais, o Sr. Ministro do Trabalho afirmou, em relação à actual lei sobre contratos a prazo, que seria preferível ter um trabalho precário do que estar no desemprego. Esta é uma afirmação emblemática de um Governo, que, tal como os que o antecederam, consideram o fomento do trabalho precário como uma boa política de emprego.

De facto, por toda a Europa, há muito que se iniciou uma ofensiva contra a estabilidade no emprego, em nome da flexibilidade reclamada pelos grandes empresários. Flexibilidade que, visando reduzir os custos da mão-de-obra, se vem alimentando da aceitação, por parte dos Governos, da inelutabilidade (segundo dizem) da precariedade. Esta, e, em consequência, a flexibilidade, foram avançando por várias formas, e aqui, em Portugal, houve quem fosse lesto na aplicação de receitas importadas de outros lados.

Tivemos, é claro, a nossa lei da contratação a prazo, que seria o motor dos abusos no recurso a esta contratação, o Decreto-Lei nº 781/76, mas a precarização avançou também por outras e variadas maneiras.

Também com os baixos salários se precariza, já que se tornam os trabalhadores disponíveis para aceitarem formas atípicas de trabalho. E, por isso, tivemos os tectos salariais, através de um diploma de 1983.

Visando, há muito, o grande patronato, a instabilidade do tempo de trabalho dos trabalhadores, alargaram-se as exceções à semana inglesa, através do expediente da declaração de empresas, como as da cadeia Pão de Açúcar — coitadas! —, em situação económica difícil. E daí se passou para a desvalorização do descanso ao fim-de-semana, de modo a que também, como lá fora, já temos entre nós os trabalhadores só de fim-de-semana. Outra forma de precarização.

Mas tivemos, e temos também, derrogações à aplicação de tabelas salariais constantes de contratos colectivos de trabalho, que beneficiaram também as ditas empresas supostamente em situação afluente. A degradação do salário foi, e continua a ser, um dos veículos da precarização e da flexibilidade.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP) — Muito bem!

A Oradora — O próprio direito ao salário mínimo nacional sofreu e sofre derrogações, nomeadamente em relação aos jovens, que, apenas por serem jovens, eram constrangidos a produzir trabalho equivalente ao de um adulto por preço inferior, situação que só passou a ser possível combater depois da aprovação de uma iniciativa legislativa do PCP.

O Sr. Honório Novo (PCP) — Exactamente!

A Oradora — A coberto do lema do combate ao desemprego, como já aqui ouvimos, vieram as mais diversas formas de precarização através do chamado emprego subvenzionado, que ofertava às empresas dinheiros públicos para admitirem trabalhadores desempregados. Mas com o termo da subvenção à vista, ei-los, os beneficiários, a de-

clarar caducos os contratos de trabalho e a reenviar os trabalhadores da reserva indirecta de mão-de-obra para a reserva directa

Mas, ainda em nome de um simulado combate ao desemprego, para forçar a flexibilidade e esconder, simultaneamente, os verdadeiros números do desemprego, tivemos programas de formação, programas ocupacionais, trabalho prestado em estágios, contratos de aprendizagem, as pequeninas bolsas para o voluntariado jovem e também o chamado mercado social de emprego. Tudo formas promovidas pelo próprio Estado de precarizar o trabalho e de degradar o salário

E, também em nome da flexibilidade e da precarização, alargaram-se os períodos experimentais, derrubaram-se os entraves administrativos aos despedimentos colectivos, deixando às empresas as mãos livres para despedir

O caminho ficou rasgado para o trabalho temporário, para as empresas de aluguer de mão-de-obra, cobertas pela legislação, para os recibos verdes, para o trabalho à peça, à tarefa, para as subempreitadas, para o trabalho a tempo parcial, para toda a sorte de precariedade, que os Estados fomentaram como um avatar do emprego, e agora mesmo, segundo dizem, do pleno emprego. Precariedade que os Governos, cá, como noutras países onde a grande ofensiva começou, consideram como um avanço

E, de facto, é um grande avanço, mas não para os trabalhadores. É um avanço para quem (como os detentores dos meios de produção, da inovação tecnológica) quer flexibilidade, precariedade, baixos custos de mão-de-obra, trabalho sem direitos, esbulhando a humanidade dos avanços tecnológicos que permitem uma nova organização do trabalho ao serviço das pessoas, e não ao serviço dos empórios que governam descabeladamente o mundo, sem qualquer respeito pelos direitos humanos

**O Sr Octávio Teixeira (PCP)** — Muito bem!

**A Oradora** — Porque é de direitos humanos que se trata. Do direito ao trabalho em condições socialmente dignificantes, do próprio direito à vida e do direito à própria liberdade. Com o laxismo, quando não com a bêncio do próprio Estado, ele mesmo promotor da precariedade nos vínculos precários da função pública, instalou-se a ideia da inevitabilidade da precarização. Ideia acalentada pelos poderes públicos como seria denunciado por um elemento do Bureau International du Travail (BIT) no seminário sobre emprego precário, realizado em Bruxelas, organizado pela Universidade Livre de Bruxelas em conjunto com o Instituto Internacional de Estudos Sociais de Genebra e em cujas conclusões se salienta a ambiguidade ou mesmo a hipocrisia dos poderes públicos, que, motores e promotores da precariedade, não municiaram as inspecções de trabalho com os meios necessários ao combate aos abusos do trabalho precário, como acontece cá

Entretanto, a precarização, mercê dos conceitos estatísticos aprovados em 1982 pelo BIT, até tem permitido a demagogia nos números do emprego, porque tais conceitos permitem contabilizar como empregados muitos dos trabalhadores precários e inactivos alguns trabalhadores na actividade

E se assim se caminhar, qualquer dia a União Europeia, à custa destes conceitos, anunciará que atingiu o pleno emprego, com uma mole imensa de trabalhadores mal remunerados, com o futuro incerto, alguns absorvidos por tentativas de construir aquilo que chamam agora, em França, o terceiro sector da economia, o sector das actividades sociais do Estado, onde se acolheriam os excluídos, em

trabalho não salarizado, enquanto o sector lucrativo endurereria na exploração dos restantes

Mas há outra alternativa possível, porque a empresa não pode estar exclusivamente fundada na procura da rentabilidade e do lucro a curto prazo, porque a empresa tem de ser encarada à luz da utilidade social e não pode continuar a ser considerada como um espaço onde não se aplicam as leis que garantem os direitos humanos, porque a empresa tem de conformar os seus objectivos com os do conjunto de toda a sociedade; porque a empresa tem de ser civilizada e tem de ser impedida de comportamentos que determinam graves custos sociais, como o desemprego e todas as nefastas consequências sobre a saúde mental dos trabalhadores e suas famílias

**O Sr Lino de Carvalho (PCP)** — Muito bem!

**A Oradora** — Como o trabalho precário e o seu contributo para os aumentos brutais dos ritmos de trabalho de todos os trabalhadores precários e permanentes com graves consequências para a saúde mental e física dos trabalhadores. Disto nos falam os números dramáticos dos acidentes de trabalho

Os contratos a prazo que hoje discutimos, têm, ao fim e ao cabo, como pano de fundo, as pessoas e o seu futuro. E não podem desligar-se da censura daquilo que os Governos consideram um *partis pris* inatacável a inevitabilidade do trabalho precário e a imolação de seres humanos no altar do lucro a qualquer preço

Portugal, mesmo segundo as estatísticas oficiais que apenas levam em conta o trabalho precário muito visível, está no *top* da precarização a nível da União Europeia. De resto no Relatório do Conselho da União Europeia sobre a situação de emprego no ano de 1999 destaca-se em relação a Portugal «Subsistem certos problemas estruturais sérios fracos níveis de educação e de qualificação de mão-de-obra particularmente entre os trabalhadores de média idade e entre os mais idosos, péssima qualidade das ofertas de emprego no mercado de trabalho, inadequação entre certos sectores do sistema educativo e as necessidades no mercado de emprego e um sector de serviços cujas taxas de emprego se situam abaixo da média da União Europeia. Estes problemas arriscam comprometer o desenvolvimento futuro da mão-de-obra e da competitividade da economia e tornam a situação do emprego particularmente vulnerável face aos choques exteriores.»

E uma vez que tanto se fala hoje na sociedade do conhecimento, resta ainda reter o seguinte passo do relatório, relativamente ao abandono prematuro do sistema escolar: «O problema é mais grave na Itália, no Luxemburgo, na Espanha e em Portugal, em que 30% ou ainda mais, dos jovens, deixam a escola não possuindo se não qualificações de base muito fracas.»

É claro que num mercado de trabalho onde campeia a precariedade, com uma péssima qualidade de empregos disponíveis, com salários degradados, onde não se vislumbra qualquer possibilidade de promoção profissional, não sentem os jovens qualquer incentivo na aquisição de conhecimentos, ainda por cima num sistema escolar que não corresponde às necessidades ditadas pela vida. É assim que é necessário assumir, simultaneamente ao combate ao desemprego, o combate ao trabalho precário. Só assim se terá em conta as pessoas, os cidadãos.

Na linha de um projecto de lei que apresentou no início da década de 80, o PCP apresenta hoje um outro projecto de lei em que se alteram algumas das normas sobre contratos a termo, constantes da Lei nº 64-A/89

Nele reafirmamos o princípio de que só por necessidades objectivas da empresa, e não por quaisquer atributos subjectivos, se justifica a celebração de um contrato a termo. A contratação a termo é, pois, uma forma excepcional de contratação, correspondendo a uma função permanente na empresa um contrato de trabalho sem termo

Não tem, portanto, qualquer justificação permitir-se, como se permite na alínea e) do n<sup>o</sup> 1 do artigo 41º da lei citada, que o inicio de uma nova actividade possa justificar a contratação a prazo

E nenhuma justificação tem a permissão de contratar a termo jovens à procura do primeiro emprego e desempregados de longa duração só por preencherem essas condições, ainda que vão cumprir actividades dentro das funções permanentes da empresa, como consta da actual alínea h) do referido artigo, alínea cuja eliminação propomos, pois, por erro, no articulado original vem referida a alínea e), mas vê-se do preâmbulo que a nossa proposta é em relação à alínea h), tendo sido já corrigida

Na mira destas disposições, está, fundamentalmente, a flexibilidade exigida pelas empresas.

Propomos a inversão do ónus da prova relativamente aos factos e às circunstâncias que justificam a celebração do contrato a termo, impendendo tal ónus sobre a entidade de patronal

Em ordem a permitir-se uma maior fiscalização da legalidade dos contratos celebrados, e da sua prorrogação e cessação, propomos que tais negócios jurídicos sejam comunicados à comissão de trabalhadores e à estrutura sindical existente na empresa, devendo a menção de tal necessidade constar do contrato de trabalho

Propomos ainda que o contrato de trabalho contenha, expressa e claramente, uma identificação temporal entre a justificação invocada para a celebração e o termo estipulado e que a contratação colectiva possa, de uma forma mais restrita, tipificar os casos em que pode ser celebrado o contrato a termo

Conhecidos que são os abusos na contratação a prazo, para fugir aos limites às renovações, que colocam os trabalhadores longos anos na precariedade, com breves intervalos, para escamotear a violação da lei, propomos que, em tais casos, o segundo contrato celebrado seja considerado sem termo, se as funções forem similares e se destinarem a satisfazer as mesmas necessidades do empregador, à excepção, como é óbvio, das situações de trabalho sazonal e de algumas situações de contrato a prazo incerto

Conhecida como é alguma jurisprudência civilista, propomos também, para obviar a tal, que o contrato a termo celebrado depois da aquisição da qualidade de trabalhador permanente possa ser anulado

Ainda com vista a evitar abusos, consagramos disposições que incluem a certificação por testemunhas da rescisão do contrato e da rescisão por mútuo acordo

Como se verifica, o PCP não rejeita a existência de contratos de trabalho a termo em condições específicas e bem delimitadas. O que nós recusamos é que o que deve ser excepcional seja transformado em regra. O que nós exigimos é que à função permanente corresponda um contrato permanente

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — Muito bem!

A Oradora — Sr Presidente, Srs Deputados O combate à precariedade passa, obviamente, pelo reforço da inspecção do trabalho e pela coordenação desta com as inspecções de finanças e da segurança social. O estado a

que chegámos, nesta matéria, indica que se deu rédea solta à precarização, que se deixaram os trabalhadores à mercé dos objectivos traçados pelas grandes empresas e se esqueceram as pessoas. Mas as pessoas têm capacidade de resistência e têm cabeça para pensar

Que não se admire o Sr Primeiro-Ministro com a agitação social que provocou, nem agite os habituais «espan-talhos» «Quem semeia ventos colhe tempestades»!

#### *Aplausos do PCP*

O Sr Presidente (Narana Coissoró) — Para pedir esclarecimentos à Sr<sup>a</sup> Deputada Odete Santos, tem a palavra a Sr<sup>a</sup> Deputada Maria Celeste Cardona

A Sr<sup>a</sup> Maria Celeste Cardona (CDS-PP) — Sr Presidente, Sr<sup>a</sup> Deputada Odete Santos, antes de mais, quero dizer-lhe que percebemos a razão de ser da apresentação deste projecto de lei por parte do PCP. A tentativa de minorar a fraude à lei, a esta lei — o Decreto-Lei n<sup>o</sup> 64-A/89 —, nomeadamente em matéria de renovação de contratos, parece-nos razoável

Na bancada do CDS-PP, também estamos contra a celebração selvagem de contratos a termo. Temos para nós, portanto, que importa fazer alguma coisa nesta matéria. No entanto, para nós, a questão que se coloca é a de saber se fazer alguma coisa é apenas mudar formalmente a coisa. E temos para nós que não!

Neste sentido, devo dizer que li atentamente os projectos de lei em discussão e há um ou dois pontos que gostaria de esclarecer

Parece que é reconhecido que há fraude a esta lei. Pergunto: mudar apenas formalmente a coisa, como disse há pouco, dá-nos garantias de que a nova lei passa a ser cumprida? Isto é, não seria melhor reforçar, por exemplo, coisa que não vi neste projecto de lei, as sanções pecuniárias, em termos de contra-ordenação, no que diz respeito à violação que se diz existir, e que é reconhecida, relativamente aos contratos a termo? Nessa medida, gostaria de saber por que é que o artigo 60º não contém, porventura, normas sancionatórias e até — por que não? — cumulativas com aquelas que o próprio artigo 41º estipula.

Por outro lado, Sr<sup>a</sup> Deputada, gostaria que me dissesse em que é que se traduz, efectivamente, a afirmação que fez em relação à necessidade de melhorar a fiscalização e a inspecção neste domínio. Tenho para mim que esta questão é também, se não o é quase exclusivamente, uma questão de inspecção, de fiscalização e de procurar resolver os problemas da fraude à lei, porque é disso que estamos curando

Outra questão que coloco vai no sentido de saber qual o significado do disposto no artigo 42º-B. É que não consigo perceber por que razão é necessária a certificação de duas testemunhas para a rescisão do contrato a termo! Não consigo alcançar o sentido desta norma e se há coisa que gosto de fazer, quando analiso um diploma ou um projecto, é perceber a razão de ser das coisas. Esta não a percebo e, por isso, gostaria de ser esclarecida

Para finalizar, Sr<sup>a</sup> Deputada, coloco-lhe uma última questão. A Sr<sup>a</sup> Deputada referiu-se à contratação dos jovens à procura do primeiro emprego e dos desempregados de longa duração. Estive à procura de alguma jurisprudência, bem como da lei que densifica o conceito integrado na alínea h) da lei actualmente em vigor, e, pela jurisprudência e pela redacção do preceito, pareceu-me que a entidade empregadora — pois quem havia de ser! — te-

ria sempre de justificar o motivo determinante da contratação. Pergunto, com esta formulação da lei, é preferível haver um desempregado ou, ainda assim, uma mulher, um jovem, ou não, com um contrato a termo? É que, Sr.<sup>a</sup> Deputada, se a questão é de fraude à lei, então, fiscalize-se, inspecione-se, apliquem-se sanções económicas, porque essas também doem, mas não se procure, a meu ver.

O Sr Presidente (Narana Coissoró) — Sr.<sup>a</sup> Deputada, tem de terminar, já ultrapassou o tempo de que dispunha.

A Oradora — Terminei já, Sr. Presidente.

Como estava a dizer, a nosso ver, mesmo neste contexto, é preferível haver um emprego, um trabalho a não haver rigorosamente nada.

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Sr Presidente (Narana Coissoró) — Sr.<sup>a</sup> Deputada Odete Santos, ainda tem outro pedido de esclarecimentos. Responde já ou no fim?

A Sr.<sup>a</sup> Odete Santos (PCP) — Sr Presidente, uma vez que o meu grupo parlamentar dispõe de pouco tempo, respondo em conjunto.

O Sr Presidente (Narana Coissoró) — Sendo assim, para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado Carlos Alberto

O Sr Carlos Alberto (PS) — Sr Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Odete Santos, gosto muito de ouvi-la, acompanho sempre as suas intervenções, aliás, ao longo dos anos, tenho acompanhado a sua intervenção parlamentar, pois é um ponto de referência no Parlamento, mas a sua intervenção de hoje deixou-me um pouco espantado é que a Sr.<sup>a</sup> Deputada falou muito mas disse muito pouco em relação à matéria que está em discussão

A Sr.<sup>a</sup> Odete Santos (PCP) — Essa é boa!

O Orador — Sr.<sup>a</sup> Deputada, não há leis perfeitas! O Decreto-Lei n.º 64-A/89 é uma lei boa, mas não é perfeito!

A Sr.<sup>a</sup> Odete Santos (PCP) — É do PSD, não é do PS! Se calhar, enganou-se!

O Orador — Sr.<sup>a</sup> Deputada, não me interessa se é do PSD se é do PS. É uma lei

A Sr.<sup>a</sup> Odete Santos (PCP) — E, por acaso, tenho a impressão de que o PS não votou a favor! Não tenho a impressão, tenho a certeza!

O Orador — Sr.<sup>a</sup> Deputada, o Decreto-Lei n.º 64-A/89 prevê mecanismos que penalizam as entidades empregadoras que possam fugir ao que está estipulado na lei. E vou dar-lhe um exemplo, uma empresa que admite um empregado com um contrato de seis meses e que continue com ele mais de um ano e meio sem a devida justificação no contrato vê esse trabalhador como trabalhador efectivo

Mais: o contrato a prazo é um contrato ferido de morte, desde que não sejam contempladas as razões que levaram à celebração desse contrato a termo certo. Portanto,

se não é cumprido o que está estipulado na lei, o contrato a termo passa a efectivo

Outra questão que se coloca, Sr.<sup>a</sup> Deputada, embora esta lei seja uma boa lei e preveja mecanismos de penalização das empresas, é a de que, de facto, devia haver mais fiscalização — e, nesta matéria, concordo com o que foi dito pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria Celeste Cardona. Mas o Governo, preocupado com esta questão, já elaborou uma lei que duplicou as coimas. Por isso, neste momento, estou convencido de que os empresários que não cumprem o que está previsto nesta lei vão pensar duas vezes e, quando admitirem um funcionário com contrato a prazo, verão que será melhor celebrar um contrato efectivo, porque a lei já prevê mecanismos muito penalizadores para as empresas

O Sr Presidente (Narana Coissoró) — Para responder, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Odete Santos

A Sr.<sup>a</sup> Odete Santos (CDS-PP) — Sr Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria Celeste Cardona, em primeiro lugar, quero dizer-lhe que o que está em causa não é apenas uma questão de fraude à lei,

A Sr.<sup>a</sup> Maria Celeste Cardona (CDS-PP) — Mas também é!

A Oradora. — é uma questão de que a lei, esta lei, fomenta os abusos nos contratos a prazo

Relativamente aos jovens à procura do primeiro emprego e aos desempregados de longa duração, o que o empregador tem de justificar é que se trata de um jovem à procura do primeiro emprego e de um desempregado de longa duração, não tem de justificar que se trata de fazer face a uma necessidade transitória. Leia as alíneas todas! A jurisprudência que consultou deve ter sido de um daqueles juízes que, às vezes, excepcionalmente, encontramos — e também conheço alguns —, que lá conseguem dar um jeitinho! Mas não é isso que consta da lei!

Pela nossa parte, consideramos que esta lei fomenta abusos e, de resto, ligando esta ideia às respostas a dar ao Sr. Deputado Carlos Alberto, se os contratos a prazo estivessem feridos de morte não tínhamos das mais altas taxas de contratação a prazo da União Europeia

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Em cada 10 contratos celebrados, 9 são a termo!

A Oradora: — Aliás, isso mesmo pode ver-se nas estatísticas do Instituto Nacional de Estatística

O Sr. Carlos Alberto (PS) — Na União Europeia as normas são ainda mais precárias!

A Oradora — Pois! Isso também é verdade, mas não é critério! Não se louva no resto da União Europeia, porque a política da União Europeia é a da precariedade! Mas eu disse na minha intervenção que os senhores que estiveram no Governo foram aprender lá fora, desde 1976, e aplicaram todas as receitas que a União Europeia tem vindo a aplicar em relação à flexibilidade! Não falha uma!

Mas é o Instituto Nacional de Estatística que, no último «Destaque», refere que Portugal está acima da média nos contratos a prazo na União Europeia. Então, estão feridos de morte? Eles estão aí, todos os dias, a florescer!

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Em cada 10, há 9!

**A Oradora** — Mas, Sr Deputado, é preciso não conhecer a realidade! É que os empregadores não pensam duas vezes, pensam as vezes que forem precisas para conseguirem manter trabalhadores durante seis e sete anos a prazo E sabe como fazem? Mandam-nos para casa, durante 15 dias ou um mês, e depois chamam-nos outra vez para fazer outro contrato a prazo Aliás, não há muito tempo, passei ali na portagem, na Brisa, e uma trabalhadora disse-me o seguinte: «Faça lá alguma coisa por nós! Eu estou aqui há seis anos com contratos a prazo de um mês!»

**Vozes do PCP** — Uma vergonha!

**A Oradora** — Portanto, isto é, de facto, um problema real!

Sr Deputado, não pode esquecer-se de uma coisa que disse na minha intervenção, a empresa tem uma utilidade social, as empresas são obrigadas a respeitar os direitos humanos Não são só os Governos! Os agentes económicos são obrigados a respeitar a Declaração Universal dos Direitos Humanos! E, então, o que é que fazem os Governos? Não têm força para dirigir a política?! Se não têm força, venham-se embora e vão para lá outras pessoas que a têm, porque assim, pelo caminho que isto leva para o horror económico de que muitos já falam, é que isto não pode continuar!

Portanto, Sr Deputado, penso que não lhe falta o conhecimento destas realidades, mas a verdade é que vem aqui tentar «tapar o sol com a peneira», quando toda a gente sabe que, de facto, este é um país de precariedade nas diversas formas que lhe relatei, já que não se trata apenas dos contratos a prazo, mas de muitas outras questões

Respondendo à Sr<sup>a</sup> Deputada Maria Celeste Cardona, devo dizer que é claro que a Inspecção-Geral do Trabalho tem de actuar Aliás, a minha intervenção terminava nesse ponto, no facto de ser imperioso que a Inspecção-Geral do Trabalho actue No entanto, deve actuar para aplicar um diploma melhor do que, de facto, é o Decreto-Lei n° 64-A/89

Em relação às contra-ordenações, no ano passado agravámos aqui substancialmente as coimas em relações a contra-ordenações. Em relação ao artigo 60º, porque foram agravadas no ano passado essas coimas e porque está estabelecida uma actualização das mesmas, contemplámos aqui algumas contra-ordenações que não estão incluídas na lei e uma outra que é a contra-ordenação grave relativa às testemunhas Sabe porquê, Sr<sup>a</sup> Deputada? Porque, e este é um ponto que discutimos muito a respeito da Lei n° 38/96, de 31 de Agosto, quando o trabalhador é demitido põem-lhe à frente um papel em branco para assinar.

**O Sr. Strecht Ribeiro (PS)** — Está aqui um artigo na lei que prevê essa situação!

**A Oradora** — Mas isso não chega!

Como dizia, põem-lhe à frente um papel em branco para ele assinar e depois, no fim, ele é mandado embora porque assinou a rescisão do contrato por mútuo acordo Por isso é que acrescentámos este preceito relativo às testemunhas!

**Vozes do PCP** — Muito bem!

**O Sr. Honório Novo (PCP)** — A Sr<sup>a</sup> Deputada Maria Celeste Cardona não sabia destes papelinhos?!

**A Sr.<sup>a</sup> Maria Celeste Cardona (CDS-PP)** — Não!

**O Sr Presidente (Narana Coissoró)** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Pedro da Vinha Costa

**O Sr Pedro da Vinha Costa (PSD)** — Sr Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Deputados Somos hoje chamados a discutir dois projectos de lei que visam alterar o regime jurídico do contrato de trabalho a termo

O PSD sempre defendeu que matérias desta natureza deveriam ser objecto de negociação em sede de concertação social Assumimos, com orgulho, um passado de defesa da ideia de que Governo e parceiros sociais se devem sentar à mesma mesa na tentativa de acertar um conjunto de princípios que regulamentem as relações laborais O PSD defendeu a concertação social contra tudo e contra todos O PSD defendeu a concertação social contra aqueles que, coerentemente, lutando pela sua própria sobrevivência política, sempre defenderam a conflituallidade social, verdadeiro alimento das suas mobilizações de massas Mas o PSD defendeu a concertação social também contra aqueles que, hipocritamente, afirmam-se defensores da paz social, na prática, tudo fizeram para que não houvesse qualquer acordo entre parceiros sociais

Lembram-se, Sr<sup>as</sup> e Srs Deputados, dos tempos em que o então líder da oposição, Engº António Guterres, na altura ainda pouco dado a viagens ao estrangeiro.

**O Sr Barbosa de Oliveira (PS)** — Já vos ouvi dizer isso pelo menos cinco vezes!

**A Sr<sup>a</sup> Maria Celeste Cardona (CDS-PP)** — Mas eu não ouvi! Diga outra vez!

**O Sr Presidente (Narana Coissoró)** — Sr Deputado, pedem-lhe que o diga outra vez!

**O Orador** — Sr. Presidente, direi as vezes que for necessário O Sr. Deputado Barbosa de Oliveira pode ficar ofendido, mas o Engº António Guterres não muda o seu comportamento!

Lembram-se, Sr<sup>as</sup> e Srs Deputados, dos tempos em que o então líder da oposição, Engº António Guterres, na altura ainda pouco dado a viagens ao estrangeiro, invectivava a UGT por ter aceite celebrar um acordo de concertação social que pressupunha um aumento salarial inferior aos 7% que o Sr. Engº então defendia?

**O Sr Luís Marques Guedes (PSD)** — É verdade!

**O Orador** — Como é evidente e ficou inequivocadamente provado, o que preocupava o Sr Engº não eram os ganhos salariais dos trabalhadores portugueses, porque, se assim fosse, hoje, que o Sr Engº ainda é Primeiro-Ministro, numa qualquer escala em Lisboa entre as suas múltiplas viagens não deixaria de, no mínimo, mandar para casa um Ministro do seu Governo que fecha negociações salariais num dia com uma previsão de inflação e que no dia seguinte altera os pressupostos dessa mesma previsão de inflação.

Não! Ninguém tem hoje dúvidas de que, por um lado, se a culpa pode ser do Sr Ministro, a responsabilidade, essa, é toda do Sr Primeiro-Ministro Como ninguém tem dúvidas hoje de que o que preocupava o então líder da oposição, Engº António Guterres, não eram os ganhos salariais dos trabalhadores, mas, sim, a incapacidade de

conter a sua ira perante o que considerou ter sido uma traição de uma central sindical que o Sr Engº entendeu deveria comportar-se como uma verdadeira correia de transmissão dos interesses do PS

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — É verdade!

O Orador: — Tudo isto, Sr Presidente, Sr as e Srs. Deputados, para afirmar e reafirmar que o PSD não é um partido igual aos outros!

A Srª Maria Celeste Correia (PS) — Pois não!

O Orador. — Não é, seguramente, um partido igual ao PS, para quem o interesse nacional só existe quando se confunde com o interesse egoísta do Partido Socialista

Não, Sr. Presidente, Sr. as e Srs. Deputados, para o PSD o interesse nacional existe e deve ser defendido e salvaguardado, independentemente de o Governo ser do PSD, do PS ou de qualquer outra força partidária

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

O Orador — Por isso, hoje, que ainda — e sublinho «ainda» — somos oposição, defendemos a ideia de concertação social com o mesmo empenho e o mesmo vigor com que nos batemos por ela quando tínhamos a responsabilidade de governar Portugal

Mas quero ser franco, totalmente franco, com esta Assembleia. Não nos surpreende que matérias como esta, que é objecto das propostas de alteração agora em discussão, sejam aqui trazidas pela iniciativa do PCP e do Bloco de Esquerda. Desde logo, não surpreende pela coerência demonstrada por aquelas forças políticas, que, como há pouco referi, sempre se opuseram à ideia de concertação social. Uma vez mais, estão a ser coerentes

Mas não surpreende também, porque, no fundo, está a suceder aquilo que o PS provocou, isto é, o verdadeiro toque a finados de uma concertação social que o Governo tratou como se fosse descartável, ou seja, que o Governo usou e deixou fora logo a seguir ao último dos *flashes* da assinatura do — lembram-se?! — tão badalado acordo de concertação estratégica. Lembram-se até do calendário rigorosíssimo que foi apresentado, com as datas em que seriam apresentadas as contrapartidas governamentais?! Lembram-se dos sucessivos adiamentos dos calendários previamente negociados pelo Governo com os parceiros sociais?! Lembram-se, no fundo, dos compromissos que o Governo assumiu e não cumpriu?! E reparem que não estou a falar de promessas, que essas foram incontáveis

O Sr. Barbosa de Oliveira (PS) — Mas também não está a falar dos contratos a prazo!

O Orador — Falo somente dos compromissos assumidos. Dos compromissos assumidos e, nesta como noutras áreas, não cumpridos

A concertação social só pode existir quando as partes intervenientes — parceiros sociais e, principalmente, Governo — estão de boa fé. Ora, só com muito esforço imaginativo e com muita condescendência é possível afirmar que o Governo tem tido boa fé. É claro que, assim, não há concertação social que resista.

Sr. Presidente, Sr. as e Srs. Deputados Os contratos de trabalho a termo são e devem ser excepcionais no âmbito do ordenamento jurídico português. Para o PSD, a relação

laboral deve ser o mais duradoura possível. Por isso, só em situações de excepção se deve admitir a ideia de contratos de trabalho a termo. Do nosso ponto de vista, o actual quadro legal define correctamente as situações em que este tipo de contrato pode ser admissível, pelo que não nos parece, sinceramente, que das alterações agora propostas pudesse resultar uma maior justiça e maior razoabilidade

É que importa aqui distinguir duas situações que são, e têm de ser, bem distintas. Uma coisa é a lei, outra é utilização que é dada ao normativo legal. E aqui, temos de o afirmar, o PSD vê com preocupação a utilização abusiva que, em demasiados casos, é feita dos contratos de trabalho a termo. Mas, importa reconhecê-lo, tal só sucede porque o Governo não exerce com rigor e eficácia a actividade inspectiva. Tal só sucede porque os cidadãos e as empresas não acreditam no sistema judicial, sendo cada vez maior o número dos crentes na impunidade dos prevaricadores

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

O Orador — Tal só sucede porque, olhando para um Governo em que já não acreditam, os cidadãos e as empresas têm receio do futuro

O que importa nesta matéria, do nosso ponto de vista, é garantir o cumprimento da lei e não alterá-la. Mas, como sabemos, esta é só mais uma área em que a incapacidade e incompetência do Governo do PS é flagrante

Há, contudo, um aspecto na lei que nos merece reparo e para cuja alteração estariam dispostos a dar a nossa colaboração refiro-me à alínea h) do artigo 41º do Decreto-Lei n.º 64-A/89, de 27 de Fevereiro. Na verdade, Sr Presidente, Sr. as e Srs. Deputados, temos dificuldade em entender, hoje, que com a consagração legal do período experimental a lei ainda permita o contrato a termo para situações de contratação de trabalhadores à procura de primeiro emprego ou de desempregados de longa duração. Trata-se, efectivamente, de um exagero, sem razão justificável à luz do actual quadro legal vigente. Para melhorar a lei neste aspecto, contem connosco. Para desvirtuar ou até eliminar a figura do contrato a termo não contam com o nosso voto

O desenvolvimento do País e o acesso ao emprego impõem este importante instrumento jurídico. Saiba o Governo emendar a mão e arrepregar caminho, fazendo, no fundo, aquilo que lhe compete, isto é, governar com seriedade e, ao menos, um mínimo de competência. Quer dizer, faça o Governo o contrário do que tem feito até agora e haverá menos espaço para aqueles que, na verdade, apenas pretendem acabar com os contratos de trabalho a termo, porque hoje, em Portugal, eles são imprescindíveis

*Applausos do PSD*

O Sr Presidente (Narana Coissoró) — Também para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Strecht Ribeiro

O Sr Strecht Ribeiro (PS) — Sr Presidente, Sr. as e Srs. Deputados. Uma boa lei não é, necessariamente, uma óptima lei e, normalmente, as leis óptimas são más! É fácil demonstrá-lo no caso concreto que aqui nos traz. O Decreto-Lei n.º 781/76, de 28 de Outubro — aliás, de um governo socialista — era um excelente diploma e tinha uma cominação notável: qualquer tentativa de defraudar as regras do contrato a termo transformava, *ipso facto*, o con-

trato a termo num contrato sem termo Pois bem, com esse decreto-lei o País ficou quase todo a termo

**A Sr<sup>a</sup> Odete Santos (PCP)** — Pois ficou, porque esse artigo não se aplicava!

**O Orador** — Peço-lhe que não me interrompa, Sr<sup>a</sup> Deputada

Dizia que, com esse diploma, o País ficou quase todo a termo, pela razão simples de que não basta uma cominação legal para que essa realidade se transforme, e os senhores deveriam sabê-lo!

**A Sr<sup>a</sup> Odete Santos (PCP)** — Pois não! É preciso haver vontade política!

**O Orador** — Mais a jurisprudência fê-lo, e fê-lo muito bem, porque o decreto-lei era óptimo, mas não era inteligente

O Decreto-Lei n<sup>º</sup> 64-A/89, menos pretensioso, provou — e estamos à vontade para o dizer, porque é um diploma oriundo do PSD — ser bem mais apropriado e capaz de levar a cabo a verdadeira *ratio* da lei. Nenhum grupo parlamentar, e ouvi-los a todos, aceita que se contrate a termo quem quer que seja para trabalho perene. Todos estamos de acordo (não ouvi ninguém dizer o contrário) em afirmar que para trabalho eventual deve haver trabalhadores a termo, enquanto que para trabalho perene deve haver trabalhadores sem termo. Não é isso que nos divide, como é evidente.

De resto, estou à vontade, já que há vinte e tantos anos faço barra laboral, pelo que posso afirmar que a jurisprudência do Porto foi sempre clara no sentido da justificação dos contratos, tal qual veio depois a ser reconhecido pela lei de 1996, uma lei do governo socialista. Aliás, não percebo por que é que tanto o Bloco de Esquerda como o Partido Comunista escamotearam esta lei. Escamotearam-na, mas não percebo porquê, já que perceberam que este Governo ainda corrigiu para melhor o decreto-lei que estava em vigor, que era bem mais capaz de cumprir que o óptimo decreto-lei anterior, que até foi nosso.

Em relação ao projecto de lei do Partido Comunista Português, e não em relação ao projecto do Bloco de Esquerda, devo dizer-vos, com toda a franqueza, que boa parte das coisas está consagrada na jurisprudência, enquanto outras são munidências desnecessárias. Sinceramente, não vi a razão de ser deste projecto de lei, a não ser para evitarem ficar encostados à vossa esquerda! Isto porque o que os senhores referem aqui são questões puramente interpretativas, no essencial, devo dizer-vos, acolhidas pela jurisprudência.

**O Sr Lino de Carvalho (PCP)** — Essa agora!

**O Orador** — Admito até que, assim como o governo avançou com uma proposta de lei em 1996, pudesse e devesse fazer a correção da própria lei interpretativa de 1996, o que talvez venha a acontecer, no sentido de consagrar legalmente aquilo que jurisprudencialmente tem vindo a ser adquirido. Como tal, digo-vos com franqueza que não percebi a iniciativa.

No entanto, há um ponto em que há discordância e que pode ser um ponto vital. Estou a referir-me ao ponto relativo ao primeiro emprego e ao desemprego de longa duração, e faço-o por uma razão simples e singela. O que se passa é que, se a dificuldade reside precisamente na contratação desse tipo de pessoas, qualquer excesso — no

bom sentido, ou seja, no sentido literal — da lei, pode ter o efeito perverso de uma maior precarização. Com uma larga desvantagem. É que aí, sim, tratar-se-á de trabalho totalmente clandestino, sem qualquer tipo de segurança para o trabalhador, o que seria péssimo do meu ponto de vista.

Há, portanto, uma discordância, e é essa discordância que nos leva a não concordar com parte substantiva do projecto de lei do Bloco de Esquerda. Dou ao Bloco de Esquerda um exemplo simples e elementar. Imaginem uma empresa pequena a quem foi adjudicada uma empreitada de uma estrada por dois anos. Ao cabo de um ano, os trabalhadores precários dessa empresa passam a permanentes. O que é que aconteceria? A falência dessa empresa e o desemprego! Haja Deus! Por aí não vamos lá! De boas intenções está o inferno cheio e esta não é uma questão de boas intenções, mas de reais, capazes e inteligentes concretizações.

O dispositivo legal, tal como está, com as correções da lei de 1996, é capaz e, se há desmandos, o que é possível, tal deve-se às questões da fiscalização.

**O Sr Honório Novo (PCP)** — É possível haver desmandos?

**O Orador** — O senhor, com certeza, não está à espera do emprego falso, ou seja, da situação de subemprego a fingir ser uma situação de emprego. Não está à espera do extinto sistema a que se chamava socialismo real, mas também não está, com certeza, à espera que haja, por trás de cada trabalhador, um polícia a saber se há ou não fraude à lei, porque isso é totalmente inviável e absurdo. A questão não é essa, mas é, como sabemos, a de uma efectiva fiscalização, dentro do que é possível.

Contudo, apesar de o Sr Deputado Pedro da Vinha Costa se ter esquecido, é bom constatar que as dificuldades que conhecemos na Inspecção-Geral do Trabalho são dificuldades herdadas do seu governo. O que este Governo tem vindo a fazer é corrigir com dificuldade os desmandos herdados, porque é evidente que a forma como os quadros da Inspecção-Geral do Trabalho funcionavam era claramente no sentido da ocultação ou do favorecimento. Isto, como é evidente, não se resolve em quatro ou cinco anos, já que é toda uma estrutura que há que mudar e repensar, sendo obrigada a ter uma nova filosofia, o que não é simples.

A questão, portanto — não me levem a mal os Grupos Parlamentares do PCP e do Bloco de Esquerda —, não é da lei, é mais complexa. Quem me dera que se resolvesse com os vossos projectos, mas estou convencido de que não é assim. Todavia, queria deixar claro que para mim e para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista o acréscimo de rigidez é contrário ao trabalhador e ao emprego. Mais: aos que referem, como fizeram, o aumento do período experimental, gostava de lembrar que o período experimental não atinge, como é evidente, o tempo de um período de um contrato a termo. Portanto, estariam a correr o risco de empurrar o empregador — ai, sim, de uma forma ainda mais dramática — para a utilização abusiva, sistemática, incontrolável, incontrolada, do período experimental. E nós, Grupo Parlamentar do Partido Socialista, não vamos cair nessa armadilha.

Portanto, deixem-se de ser arautos de uma verdade que, afinal, é partilhada por todos os grupos parlamentares. O que é perene é perene, e o que é eventual é eventual, todos temos de o reconhecer. Por isso, é bondosa toda e qualquer lei que reconheça ser necessária a regulação do trabalho eventual, sob pena de não haver trabalho.

É evidente que se eu tivesse de empregar, sem termo, um trabalhador para uma actividade sazonal, naturalmente não o empregaria, porque depois não teria capacidade para o manter, porque essa situação levar-me-ia, respectivamente, à falência e ao desemprego sucessivo desse trabalhador. Seria um absurdo em que ninguém acredita — nem o Bloco de Esquerda, nem o Partido Comunista Português —, donde, e concluindo, nada tenho contra as vossas boas intenções, só que «de boas intenções está o inferno cheio».

**A Sr<sup>a</sup> Odete Santos (PCP)** — Mas alguém propôs isso?

**O Orador** — Na nossa opinião, o que está, está bem! A questão não é a lei Uma ou outra consagração legal da jurisprudência pode ser feita, aliás, pode e deve ser feita no âmbito da lei interpretativa de 1996 — o que certamente virá a fazer-se. Tal dependerá, como é evidente, do que o inspector-geral do trabalho, no entretanto, vá recolhendo, do levantamento que vai sendo feito e da própria jurisprudência dos tribunais. Isso, o Partido Socialista e o Governo fá-lo-ão, com certeza. Mais do que isso, não. Não por não estarmos de acordo com a tese que defenderam, mas porque não concordamos com a bondade das emendas que propõem.

#### *Aplausos do PS*

**O Sr Presidente (Narana Coissoró)** — Para pedir esclarecimentos, inscreveram-se os Srs Deputados Odete Santos, Luís Fazenda e Maria Celeste Cardona.

A Sr<sup>a</sup> Deputada Odete Santos não tem tempo, mas foram-lhe concedidos 2 minutos pelo Grupo Parlamentar do PSD. O Partido Socialista, aliás, também tem muito tempo para dar, já que não o gasta.

**A Sr<sup>a</sup> Maria Celeste Correia (PS)** — Não o gasta? Como sabe o Sr Presidente que não é preciso?

**O Sr Presidente (Narana Coissoró)** — Tem a palavra, Sr Deputada Odete Santos.

**A Sr<sup>a</sup> Odete Santos (PCP)** — Sr Presidente, não preciso do tempo do Partido Socialista, muito obrigada.

#### *Risos*

**O Sr Strecht Ribeiro (PS)** — Os trabalhadores não precisam?

**A Sr<sup>a</sup> Odete Santos (PCP)** — Não, os trabalhadores não precisam de esmolas. Precisam que lhes seja feita justiça.

Em primeiro lugar, agradecia ao Sr Presidente que, junto do Sr Dr Almeida Santos, fizesse saber que seria importante que um Sr Deputado, que tem 20 anos de experiência nos tribunais de trabalho, fosse assessor da Assembleia, porque cada vez que o Sr Deputado Strecht Ribeiro fala em questões do trabalho, invoca essa experiência.

**O Sr Strecht Ribeiro (PS)** — Oh, Sr.<sup>a</sup> Deputada

**A Oradora** — Mas eu não invoco!

**O Sr Strecht Ribeiro (PS)** — Invoca, invoca!

**A Oradora** — Não invoco, não! Não invoco, e tenho muita humildade com a interpretação das leis.

Em segundo lugar, o Sr. Deputado até não lê tudo, porque disse que o PCP escamoteou a lei de 1996. Leia o projecto de lei, Sr. Deputado! Refere três vezes essa lei.

**O Sr Strecht Ribeiro (PS)** — Mas não é isso!

**A Oradora** — Em terceiro lugar, Sr. Deputado, não vá dizer da tribuna que toda a gente está de acordo em relação ao facto de uma pessoa não poder ser contratada a prazo para uma função perene, porque o Sr. Deputado disse que estava de acordo que os jovens e os desempregados de longa duração fossem contratados a prazo, só pelo simples facto de serem jovens e serem desempregados de longa duração. Foi isso que o Sr. Deputado disse!

Portanto, fica bem claro que o Partido Socialista

**O Sr Strecht Ribeiro (PS)** — Não foi isso!

**A Oradora** — Explique, então. Porque, para mim, ficou bem claro.

**O Sr Strecht Ribeiro (PS)** — Faça a pergunta!

**A Oradora** — Não faço a pergunta, porque quem me interrompe e quem me diz se devo intervir assim ou assado é o Sr Presidente e não o Sr. Deputado!

**O Sr Strecht Ribeiro (PS)** — Está bem. Não se zague!

**A Oradora** — Não estou zangada. Ia agora zangar-me por causa da intervenção do Sr. Deputado Strecht Ribeiro, que referiu aspectos tão hilariantes que bem que poderiam ser respondidos com a história do socialismo fechado na gaveta e depois para o caixote do lixo?

**O Sr Luís Marques Guedes (PSD)** — Na gaveta já é o mesmo que no caixote do lixo.

**A Oradora** — Sr. Deputado Strecht Ribeiro, a conclusão que se tira é que o Partido Socialista pretende que, quer que os jovens, quer os desempregados de longa duração, estejam perenemente contratados a prazo. É por isso que o Partido Socialista colhe na rua as tempestades dos ventos que semeou.

**Vozes do PCP** — Muito bem!

**O Sr Presidente (Narana Coissoró)** — Sr. Deputado Strecht Ribeiro, tem a palavra para responder, querendo

**O Sr Strecht Ribeiro (PS)** — Respondo no fim, Sr Presidente.

**A Sr<sup>a</sup> Odete Santos (PCP)** — Não quer explicar?

**O Sr Strecht Ribeiro (PS)** — Depois explico!

**O Sr Presidente (Narana Coissoró)** — Também para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda.

**O Sr Luís Fazenda (BE)** — Sr Presidente, devo registar que a intervenção do Sr. Deputado Strecht Ribeiro teve aspectos «notáveis», um deles ao asseverar o que já

vinha na linha da intervenção anterior dessa mesma bancada, ou seja, que a lei do governo do PSD é uma boa lei Penso que se trata, até, de uma lei inteligente.

O Sr. António Capucho (PSD).- Isso é normal!

O Orador — mais inteligente do que a celerada lei dos contratos a prazo do governo do Partido Socialista

A Sr.<sup>a</sup> Odete Santos (PCP) — E chamou «burro» ao Sr. Prof. Mário Soares, que assinou a lei!

*Risos do PCP, do BE e do PSD.*

O Sr. Presidente (Narana Coissoró) — Sr.<sup>a</sup> Deputada Odete Santos, deixe o Sr. Deputado Luís Fazenda prosseguir com o seu pedido de esclarecimento

O Orador — Efectivamente, pôs a orelhas devidas no destinatário devido

*Risos do PCP e do PSD*

Em todo o caso, gostaria também de registar que, na sua intervenção, o Sr. Deputado atirou a responsabilidade para o PSD (que a tem), quanto ao estado lastimável em que se encontra a Inspecção-Geral do Trabalho, não assumindo o Partido Socialista qualquer posição exigente de autocritica, quando, no fundo, detém a tutela dessa Inspecção há cinco anos

Portanto, o PS não pode vir dizer, hoje, que a lei é boa, mas o que falha é a Inspecção, amanhã, é porque a lei não funciona assim tão bem. Dessa forma, acabamos por andar sempre com uma «pescadinha de rabo na boca»

O que sucede é que o problema da fraude e as insuficiências da lei em relação à precarização do trabalho continuam, de forma selvagem, no mercado de emprego

O Sr. Deputado Strecht Ribeiro utilizou um exemplo puramente virtual para criticar a intenção legislativa do Bloco de Esquerda. Considerando uma pequena empresa que tem uma empreitada para uma só obra, por dois anos, faço-lhe uma pergunta inteiramente virtual, como a sua então, e se essa empreitada, dessa mesma pequena empresa, para essa estrada, for de três anos e um mês? Como resolve o problema, Sr. Deputado? O que é que esse exemplo tem a ver com a proposta insita no projecto do Bloco de Esquerda?

**Vozes do PCP — Muito bem!**

O Sr. Presidente (Narana Coissoró) — Ainda para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria Celeste Cardona

A Sr.<sup>a</sup> Maria Celeste Cardona (CDS-PP) — Sr. Presidente, Sr. Deputado Strecht Ribeiro, tenho também uma concepção de lei Aliás, os juristas têm uma concepção de lei, como é natural. Temos a ideia de que uma das características essenciais da lei é a respectiva coacção. Ou seja, no caso concreto, a possibilidade de serem aplicadas, quer potencialmente, quer depois de verificadas as faltas, as correspondentes sanções. Isto, quer as sanções correspondam à transformação do contrato a termo em contrato sem termo, quer correspondam à aplicação de contra-ordenações previstas no dito artigo 60º. Por isso, vamos lá a ver se consigo tirar aqui «o rabo da boca da pescadinha»

A questão que lhe quero colocar, porque fiquei surpreendida, surge porque o Sr. Deputado vem-nos aqui dizer que a Inspecção-Geral do Trabalho, pese embora ser da vossa tutela e responsabilidade há cinco anos, não está em condições de funcionar, porque carece ser reformulada — se percebi mal, espero os seus esclarecimentos

O Sr. Deputado disse, ainda, que se tratava de um problema complexo e muito difícil de resolver, que era uma herança — julgo que mais uma, não sei se das mais pesadas se das mais leves (o Sr. Deputado dirá) — e um problema que carecia ser resolvido de modo a que, então sim, daqui a uns anos (e, já agora, quantos, Sr. Deputado?), poderia ser possível fazer aplicar esta lei

Deixe-me dizer-lhe, Sr. Deputado, que a lei actual, da leitura e da análise que fiz, contém algumas regras que me parecem razoáveis. Fiquei há pouco a perceber que o objectivo da apresentação destes projectos de lei não era apenas aquele que enunciou mas, sim, outro — o que registo, mas com o qual não concordo, naturalmente

Mas gostaria de perguntar-lhe, concretamente que reestruturação é essa, que complexidade problemática é essa que carece de mais não sei quantos anos — porque cinco já passaram —, de modo a que uma lei, que no seu dizer é boa, possa ter a sanção que a própria lei postula e exige, isto é, a respectiva coacção normativa?

O Sr. Presidente (Narana Coissoró) — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Strecht Ribeiro

O Sr. Strecht Ribeiro (PS) — Sr. Presidente, no que diz respeito às questões colocadas pelo Bloco de Esquerda e pelo PCP, devo dizer que, em relação à chicana, como é evidente, não respondo, porque à chicana pode responder-se com chicana, e não vale a pena

Quanto à questão das leis, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Odete Santos, seguramente, compreenderá o que eu disse. O que eu disse é que uma lei bem-intencionada, não tem de ser uma lei que se mostre boa, e mantenho o que disse Demonstre-me o contrário e, quando o fizer, convencer-me-á

Disse-lhe, e é verdade, que o diploma de 1976 é bem intencionado, e muito mais bem intencionado do que as vossas emendas ao Decreto-Lei n.º 64-A/89, de 27 de Fevereiro, porque vocês não têm no vosso diploma nada que se compare à cominação prevista no decreto-lei de 1976.

Afinal, o decreto-lei de 1976 provou mal e digo-vos que os vossos projectos de lei também provariam mal, excepto algumas minudências que considero serem de natureza jurisprudencial, podendo vir a integrar o diploma de 1996. E mantenho que deve ser assim e que o Governo o fará. Sobre isto nada mais tenho a dizer

Em relação à rigidez, o Sr. Deputado Luís Fazenda entende como entender, eu entendo como entender! Se o Sr. Deputado achar que sou hilariante, eu acharei que o senhor é hilariante! A realidade dirá quem é hilariante, e o assunto está resolvido!

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria Celeste Cardona repetiu aquilo que eu disse — e bem, do meu ponto de vista —, que a lei tem de provar que é capaz de à cominação. É verdade e estou de acordo consigo que a IGT é fundamental e vital para que se possam detectar as situações de fraude e corrigi-las

Agora, quando eu lhe disse — e também é verdade — que a herança era pesada — e era —, disse-o porque o problema não é só de números ou da insuficiência dos agentes e dos meios mas também da cultura

**A Sr<sup>a</sup> Maria Celeste Cardona (CDS-PP)** — Mas isso passa de geração em geração!

**O Orador** — Exacto, e é complicado por isso mesmo. E está a dizer muito bem.

Por exemplo, certamente a Sr<sup>a</sup> Deputada também trabalhou no tempo dos célebres juízes dos tribunais de trabalho, antes de 1974, que eram, como sabe, juízes não necessariamente licenciados, os tribunais não eram tribunais comuns, e esses Srs Juízes, às vezes, permitiam-se telefonar à entidade patronal no sentido de resolverem a questão apresentada pelo trabalhador. Logo, isto é uma questão de cultura, como diz, e muito bem!

Portanto, se corre numa dada Inspecção-Geral do Trabalho um certo tipo de mentalidade, é evidente que não vamos alterá-la em cinco anos, infelizmente, talvez se consiga em 10 anos. Mas podemos começar a resolvê-la com a entrada de novos quadros.

**A Sr<sup>a</sup> Maria Celeste Cardona (CDS-PP)** — Por tentativas?

**O Orador** — Bom, é o mesmo que sucede com as polícias! Em Portugal, não se faz um polícia britânico em cinco anos, faz-se, com certeza, em muito mais. Não se consegue um verdadeiro polícia cívico em cinco anos.

**A Sr<sup>a</sup> Maria Celeste Cardona (CDS-PP)** — Faz sim!

**O Orador** — Não se faz! Se «herdar» um polícia da polícia de choque

**A Sr<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite (PSD)** — Esse exemplo é mau!

**O Orador** — Não! Não é mau! É correcto!

Se «herdar» um polícia da polícia de choque não o transforma num *gentleman* em cinco anos. Portanto, esse trabalho de transformação é difícil.

Recentemente saiu o novo Estatuto dos funcionários da Inspecção-Geral do Trabalho e há, é verdade — se o Sr Ministro do Trabalho aqui estivesse, certamente, diria os números —, um reforço considerável em meios humanos e materiais.

Sabemos, muitíssimo bem, que, numa rede empresarial muito disseminada e muito pequena, é muito mais difícil controlar a fraude. É como detectar situações de trabalho infantil, tudo se torna muito mais complicado, nomeadamente, quando há a cooperação dos próprios pais, como é evidente.

«Roma e Pavia não se fizeram num dia!» Agora, é irrecusável que com este Governo tem havido notórias melhorias, mesmo no combate à fraude. Todos se lembram, a propósito das horas extraordinárias, das inspecções que se fizeram, de forma não anunciada, aos bancos — não foi só aos bancos mas também a várias empresas, empresas até curiosamente até de.

#### *Protestos da Deputada do PCP Odete Santos*

É sim, Sr<sup>a</sup> Deputada Odete Santos! Desculpe lá, mas as coisas são como são e não como se gosta que sejam! São como são!

#### *Protestos da Deputada do PCP Odete Santos*

Oiça, Sr<sup>a</sup> Deputada, quanto ao resto, o Partido Socialista é realmente um partido democrático, radicalmente democrático. E, se a senhora tiver razão, os eleitores votarão no Partido Comunista Português e elegê-lo-ão para governar e estarão todos satisfeitos e tranquilos. Por isso, desculpe que lhe diga, mas não vale a pena irmos por aí!

**A Sr<sup>a</sup> Odete Santos (PCP)** — Pelo amor de Deus! O que é que eu fiz agora?!

**O Orador** — Não vai é ensinar o Partido Socialista a ser um partido democrático, porque, desculpe que lhe diga, está no cerne da democracia portuguesa.

Portanto, tenha paciência, submeta-se ao sufrágio e ponto final parágrafo! Desculpe, mas é assim!

#### *Protestos do PCP e contraprotestos do PS*

**O Sr. Presidente (Narana Coissoró)** — Srs Deputados, peço-vos que criem as condições para que possamos prosseguir os trabalhos.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Luís Fazenda.

**O Sr. Luís Fazenda (BE)** — Sr Presidente e Srs. Deputados, serei brevíssimo.

O Sr Deputado Strecht Ribeiro está no seu direito de considerar as minhas afirmações como de chicana ou não, é uma apreciação subjectiva. Com certeza, está no seu direito. Agora, já não está no seu direito atribuir-me afirmações objectivas, que não fiz, como as de considerar as suas observações hilariantes. Enganou-se no destinatário. Nada tive a ver com essas afirmações.

Gostaria de confirmar que o projecto de lei apresentado pelo Bloco de Esquerda, para o qual se solicita a reflexão, não visa a rigidificação das relações de trabalho — é uma opinião da qual divergimos.

Por outro lado, temos a lamentar que os chamados progressos da Inspecção-Geral do Trabalho sejam progressos de «tartaruga».

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD)** — É como o trabalho deste Governo!

**O Orador** — . . . pois gostaríamos que, de facto, as coisas estivessem bem mais avançadas.

Quanto ao desafio de que o sufrágio resolverá e de que o povo sobre isso se pronunciará,

**A Sr<sup>a</sup> Odete Santos (CDS-PP)** — Na Áustria não resolveu!

**O Orador** — com certeza, pela nossa parte, cá estaremos para dar a cara na defesa deste projecto de lei e para, nessa altura, explicar como é que o Partido Socialista considera um diploma do PSD uma boa lei e até inteligente.

Será isto chicana? A nós parece-nos que tem a ver com o quotidiano do cidadão e do trabalhador.

**A Sr<sup>a</sup> Odete Santos (PCP)** — Só daqui a 20 anos é que iremos ter inspectores do trabalho!

**O Sr. Strecht Ribeiro (PS)** — Peço a palavra. Sr. Presidente

**O Sr Presidente (Narana Coissoró)** — É para pedir esclarecimentos?

**O Sr Strecht Ribeiro (PS)** — Sr Presidente, é apenas para fazer uma pergunta rápida

**O Sr Presidente (Narana Coissoró)** — Tem a palavra, Sr Deputado

**O Sr. Strecht Ribeiro (PS)** — Sr Presidente, Sr. Deputado Luís Fazenda, o facto de as leis virem desta ou daquela bancada não significa, à partida, que sejam boas ou más. Não temos uma visão sectária. Se a lei prova, e prova bem, é boa, se prova mal, é má, venha da minha bancada, da bancada do BE, da bancada do PSD ou da bancada do CDS-PP.

**A Sr<sup>a</sup> Maria Celeste Cardona (CDS-PP)** — As do CDS-PP são boas!

**O Sr Presidente (Narana Coissoró)** — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda

**O Sr Luís Fazenda (BE)** — Sr Presidente, Sr Deputado Strecht Ribeiro, então, se a prática é o critério da sua verdade, faça um pouco a experiência desta, para ver se ela também não é uma lei inteligente e boa

**O Sr Lino de Carvalho (PCP)** — Sr Deputado Strecht Ribeiro, se a prova é a prática, aprove ambas as leis!

**O Sr Presidente (Narana Coissoró)** — Srs Deputados, uma vez que não há mais inscrições, dou por terminado o debate conjunto dos projectos de lei n<sup>o</sup>s 44/VIII e 146/VIII.

A próxima sessão plenária, realizar-se-á amanhã, quinta-feira, às 15 horas, tendo como ordem de trabalhos a discussão do projecto de lei n<sup>o</sup> 178/VIII e da proposta de lei n<sup>o</sup> 6/VIII.

Srs Deputados, está encerrada a sessão

*Eram 20 horas e 05 minutos*

*Entraram durante a sessão os seguintes Srs Deputados*

#### Partido Socialista (PS)

Francisco Xavier Pablo da Silva Torres  
José António Teixeira Cardoso

#### Partido Social Democrata (PSD)

Eugenio Fernando Sá Cerqueira Marinho  
José Manuel Durão Barroso  
Nuno Miguel Marta de Oliveira da Silva Freitas

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP)

Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca

*Faltaram à sessão os seguintes Srs Deputados*

#### Partido Socialista (PS)

Alberto Bernardes Costa  
António Alves Martinho  
António Bento da Silva Galamba  
António Fernando Marques Ribeiro Reis  
João Cardona Gomes Cravinho  
João Pedro da Silva Correia  
João Rui Gaspar de Almeida  
Jorge Lacão Costa  
José Carlos Correia Mota de Andrade  
José Carlos das Dores Zorrinho  
José Carlos Lourenço Tavares Pereira  
Luís Pedro de Carvalho Martins  
Manuel Alegre de Melo Duarte  
Manuel Francisco dos Santos Valente  
Maria José Vidal do Rosário Campos  
Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz

#### Partido Social Democrata (PSD)

Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto  
Carlos Manuel de Sousa Encarnação  
Fernando Jorge Loureiro de Roboredo Seara  
Henrique José Praia da Rocha de Freitas  
João Bosco Soares Mota Amaral  
João Eduardo Guimarães Moura de Sá  
Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa  
José David Gomes Justino  
Luís Cirilo Amorim de Campos Carvalho  
Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes  
Maria Manuela Aguiar Dias Moreira  
Mário Patinha Antão  
Pedro Manuel Cruz Roseta  
Rui Fernando da Silva Rio  
Rui Manuel Lobo Gomes da Silva

#### Partido Comunista Português (PCP)

Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes  
António Filipe Gaião Rodrigues

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP)

João Nuno Lacerda Teixeira de Melo

#### Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV)

Fernando Carlos Almeida Pésinho  
Isabel Maria de Almeida e Castro

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL



Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

1 — Preço de página para venda avulso, 10\$00 (IVA incluído)

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República

**PREÇO DESTE NÚMERO 460\$00 (IVA INCLUIDO 5%)**

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 - 1099-002 Lisboa